

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

**CÁTIA SIMONE DE CARDOZO XAVIER**

**PROJETO ESTRATÉGICO: PROMOÇÃO DE AÇÃO DE BINACIONALIZAÇÃO  
NO IFSUL - CÂMPUS AVANÇADO JAGUARÃO**

**Jaguarão**

**2025**

**CÁTIA SIMONE DE CARDOZO XAVIER**

**PROJETO ESTRATÉGICO: PROMOÇÃO DE AÇÃO DE BINACIONALIZAÇÃO  
NO IFSUL - CÂMPUS AVANÇADO JAGUARÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Aires Vieira.

**Jaguarão**

**2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

X3p

Xavier, Cátia Simone

Projeto Estratégico: Promoção de ação de  
binacionalização no IFSUL-Campus avançado Jaguarão / Cátia  
Simone Xavier.

129 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2025.

1. Internacionalização da Educação. 2. Binacionalidade do  
Ensino. I. Título.

**CÁTIA SIMONE DE CARDOZO XAVIER**

**PROJETO ESTRATÉGICO: PROMOÇÃO DE AÇÃO DE BINACIONALIZAÇÃO  
NO IFSUL - CÂMPUS AVANÇADO JAGUARÃO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Dissertação defendida e aprovada em: 26 de fevereiro de 2025.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Maurício Aires Vieira

Orientador

(UNIPAMPA)

---

Prof. Dr. Lucio Jorge Hammes

(UNIPAMPA)

---

Prof. Dr. João Paulo Moraes

(UTFPR)



Assinado eletronicamente por **MAURICIO AIRES VIEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/02/2025, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **LUCIO JORGE HAMMES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/02/2025, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **João Carlos Pereira de Moraes**, **Usuário Externo**, em 26/02/2025, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1679438** e o código CRC **E9F8FFC0**.

*“Não haverá borboletas se a vida não passar  
por longas e silenciosas metamorfoses”.*

Rubem Alves

## RESUMO

Este estudo apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa com o propósito intervencionista, realizada no curso de Mestrado Profissional em Educação da Unipampa (PPGEdu), Campus Jaguarão. O estudo é fruto de uma pesquisa-ação em relação à binacionalização da educação com foco nos Institutos Federais (IFEs), que intenciona promover ações no Câmpus Avançado Jaguarão, na fronteira Jaguarão/Rio Branco. Esta pesquisa teve como objetivo geral promover a política institucional de internacionalização da educação com a realização de um projeto estratégico que se constituiu em elaborar um curso MOOC (*Massive Open Online Courses*), tratado neste projeto como curso MOOC Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai, a ser disponibilizado na plataforma Mundi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL). A estratégia do curso prevê que a sua oferta possa ser realizada em módulos, os quais poderão ser cursados na sequência de quatro módulos com total de 40 horas. A elaboração do curso teve participação de sua instituição parceira a Universidade do Trabalho do Uruguai (UTU) e os docentes uruguaios que produziram os conteúdos audiovisuais a constituir-se em vídeo aulas. A proposta do curso MOOC atende a uma demanda de egressos, docentes, discentes e profissionais que atuam na região fronteira. A fundamentação teórica desta pesquisa se apoia em diversas fontes, abrangendo os conceitos de internacionalização da educação, tipos e estratégias de internacionalização, a educação técnica profissionalizante e a legislação educacional do ensino médio técnico. A coleta de dados, foi conduzida por meio da metodologia de pesquisa-ação. Durante todo o processo de estruturação do curso foram realizadas reuniões nesta pesquisa definidas como Rodas de Conversa com propósito de interação e diálogo constantes em relação a proposta do projeto levando em consideração a participação ativa e coletiva das instituições participantes em todas as atividades a serem desenvolvidas. Após a pesquisa realizada, concluiu-se que o projeto estratégico irá trazer resultados significativos no fortalecimento do perfil Binacional do Câmpus, promovendo a inovação, a qualidade e a excelência na educação.

Palavras-chave: internacionalização, binacionalização do ensino; projeto estratégico.

## RESUMEN

Este estudio presenta los resultados de una investigación cualitativa con finalidad intervencionista, realizada en el ámbito del programa de Maestría Profesional en Educación de la Unipampa (PPGEdu), Campus Jaguarão. El estudio es el resultado de una investigación-acción sobre la binacionalización de la educación con enfoque en los Institutos Federales (IFEs), que pretende promover acciones en el Campus Avanzado de Jaguarão, en la frontera Jaguarão/Rio Branco. El objetivo general de esta investigación fue promover la política institucional de internacionalización de la educación mediante la realización de un proyecto estratégico que consistió en el desarrollo de un curso MOOC (Massive Open Online Courses), denominado en este proyecto curso MOOC sobre Normativa y Legislación de la Construcción en Uruguay, que estará disponible en la plataforma Mundi del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande do Sul (IFSUL), Campus Avanzado de Jaguarão. La estrategia del curso prevé que pueda ser ofrecido en módulos, que pueden ser cursados en una secuencia de cuatro módulos totalizando 40 horas. La propuesta del curso incluye profesores uruguayos que producirán el contenido audiovisual que estará compuesto por lecciones en video. La propuesta del curso MOOC responde a una demanda de graduados, docentes y profesionales que trabajan en la región fronteriza. La base teórica de esta investigación se fundamenta en diversas fuentes, que abarcan los conceptos de internacionalización de la enseñanza, tipos y estrategias de internacionalización, enseñanza técnica profesional y legislación sobre enseñanza técnica secundaria. La recogida de datos se llevó a cabo utilizando la metodología de la investigación-acción. A lo largo del proceso de estructuración del curso, se realizaron reuniones en esta investigación definidas como Rondas de Conversación con el objetivo de interacción y diálogo constante en relación a la propuesta del proyecto, teniendo en cuenta la participación activa y colectiva de las instituciones en todas las actividades a desarrollar. Después de la investigación realizada, se concluyó que el proyecto estratégico traerá resultados significativos en el fortalecimiento del perfil Binacional del Campus, promoviendo la innovación, la calidad y la excelencia en la educación.

Palabras clave: internacionalización; binacionalización de la educación; proyecto estratégico.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reitoria e Unidades do Campus IFSUL .....	29
Figura 2 – Localização Geográfica do Município de Jaguarão/RS .....	38
Figura 3 – Ponte Internacional Barão de Mauá .....	38
Figura 4 – Câmpus Avançado Jaguarão .....	40
Figura 5 – Diploma Binacional .....	44
Figura 6 – Página inicial de acesso à Plataforma .....	62
Figura 7 – Registros da missão internacional realizada em Punta del Este .....	68
Figura 8 – Apresentação inicial do curso na plataforma Mundi .....	78

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações selecionadas .....	20
Quadro 2 – Histórico da Criação dos Institutos Federais .....	31
Quadro 3 – Histórico da Educação Profissional no Brasil .....	36
Quadro 4 – Número de servidores .....	41
Quadro 5 – Infraestrutura física e Laboratórios do Câmpus .....	41
Quadro 6 – Fases da pesquisa .....	64
Quadro 7 – Trajetória percorrida para a proposta do projeto .....	70
Quadro 8 – Fluxo de trabalho .....	77
Quadro 9 – 1º Roda de Conversa - O papel do Campus Avançado Jaguarão na fronteira – Rio Branco/Uruguai .....	81
Quadro 10 – 2º Roda de Conversa - A binacionalização do Campus Avançado Jaguarão - proposição do projeto .....	82
Quadro 11 – 3º Roda de Conversa - Apresentação da proposta do projeto estratégico no Câmpus .....	83
Quadro 12 – 4º Roda de Conversa - Apresentação da proposta do projeto estratégico a UTU .....	84
Quadro 13 – 5º Roda de Conversa - Participação dos docentes da UTU no projeto estratégico .....	85
Quadro 14 – 6º Roda de Conversa - Apresentação da proposta do projeto estratégico aos docentes selecionados como professores conteudistas .....	86
Quadro 15 – 7º Roda de Conversa - Integração dos docentes conteudistas e a equipe técnica do projeto .....	87

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET/RS	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
CETP	Centro Educacional Técnico Profissional
CF	Constituição Federal
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
COEN	Coordenadoria de Ensino
CONSUP	Conselho Superior
CPTE	Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais
CsF	Ciência sem Fronteira
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DDI	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
DEPEX	Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão
DETE	Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias
DGETP	Direção General de Educação Técnica e Profissional
DOU	Diário Oficial da União
EaD	Educação à Distância
EJA	Educação de Jovens Adultos
EPT	Escola Profissional e Tecnológica
ETFPeL	Escola Técnica Federal de Pelotas
ETP	Escola Technico Profissional
ETPEL	Escola Técnica de Pelotas
FAIFSUL	Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFECT	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFs	Institutos Federais

IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
IoC	Internacionalização do Currículo
IPT	Instituto Profissional e Técnico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LP1	Linha de Pesquisa 1
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MERCOSU	Mercado Comum do Sul
L	
MOOC	Massive Open Online Courses
MUNDI	Plataforma de Cursos Online
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PI	Pesquisador Institucional
PMM	Programa Mulheres Mil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
POV	Plano de Oferta de Vagas
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROAP	Pró-reitoria de Administração e Planejamento
PROEJA	Programa de Educação de jovens e Adultos
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PROEP	Programa de Educação Profissional
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REPCT	Rede de Educação Profissional Científica e Tecnológica
RG	Regimento Geral
RI	Regimento Interno
RIU	Repositório Institucional da Unipampa
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUAP	Sistema Unificado da Administração Pública
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas

UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UTU	Universidade do Trabalho do Uruguai

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA DE ESTUDO</b>	<b>.15</b>
<b>2</b>	<b>APROXIMAÇÕES TEÓRICAS AO OBJETO DE ESTUDO</b>	<b>25</b>
2.1	HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS	25
2.2	LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E O ENSINO MÉDIO TÉCNICO NO BRASIL	33
2.3	O CÂMPUS AVANÇADO JAGUARÃO	37
<b>2.3.1</b>	<b>O curso Técnico em Edificações e a Oferta Binacional</b>	<b>42</b>
2.4	PARCERIA DAS INSTITUIÇÕES IFSUL E UTU: A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DAS DUAS NAÇÕES BRASIL E URUGUAI	44
2.5	O CONCEITO CENTRAL DA PESQUISA: A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E OS PRESSUPOSTOS PARA A BINACIONALIDADE DO ENSINO	46
<b>2.5.1</b>	<b>A internacionalização da educação superior</b>	<b>49</b>
<b>2.5.2</b>	<b>A internacionalização da educação básica no Brasil</b>	<b>52</b>
<b>2.5.3</b>	<b>A internacionalização na rede federal de ensino</b>	<b>56</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	<b>59</b>
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO	59
3.2	FASES DA PESQUISA E SEUS INSTRUMENTOS	64
<b>4</b>	<b>RESULTADOS DA PESQUISA</b>	<b>66</b>
4.1	INTERVENÇÃO NO IFSUL CÂMPUS AVANÇADO JAGUARÃO	66
4.2	DESCRIÇÃO DO PROJETO NA PESQUISA-AÇÃO – O PROJETO ESTRATÉGICO: NORMATIVAS E LEGISLAÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO URUGUAI	67
<b>4.2.1</b>	<b>Missão Internacional Punta del Este/Uruguai</b>	<b>67</b>
<b>4.2.2</b>	<b>A definição da ação enquanto projeto estratégico</b>	<b>70</b>
<b>4.2.3</b>	<b>A Instituição parceira UTU na proposta de realização do projeto</b>	<b>74</b>
4.3	OBTENÇÃO DOS DADOS	79
<b>4.3.1</b>	<b>A internacionalização/binacionalização da educação na rede federal no contexto do ensino médio</b>	<b>88</b>
<b>4.3.2</b>	<b>O curso MOOC e a promoção de ação de binacionalização do ensino na fronteira</b>	<b>88</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>90</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>92</b>

<b>APÊNDICE A – PROJETO ESTRATÉGICO: NORMATIVAS E LEGISLAÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO URUGUAI.....</b>	<b>99</b>
<b>APÊNDICE B – ATA DE REUNIÃO DA MISSÃO INTERNACIONAL PUNTA DEL ESTE/URUGUAI .....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE C – PROCESSO NO SUAP REFERENTE AO PROJETO ESTRATÉGICO .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE D – PORTARIA FAIFSUL DESIGNAÇÃO BANCA EXAMINADORA</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE E – PORTARIA DESIGNAÇÃO COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO FINANCEIRA DO PROJETO .....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO A – CRONOGRAMA DO PROJETO ESTRATÉGICO .....</b>	<b>123</b>

## 1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA DE ESTUDO

A criação dos Institutos Federais (IFs) apontam um novo olhar para a Educação Profissional, e traz na sua função social ofertar educação profissional e tecnológica de qualidade, engajada com a formação humana e a transformação social, alinhando-se no sentido da globalidade. Entre as finalidades dos IFs, na sua expansão e interiorização está a de contribuir para o desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, no entanto a questão territorialidade deve ser abordada de forma mais ampla, principalmente pelo fato de essas instituições constituírem uma rede.

O presente estudo faz parte do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) vinculado a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) campus Jaguarão/RS contemplando a Linha de Pesquisa (LP1) relacionada a Gestão das Práticas Docentes na Diversidade Cultural e Territorial, a qual apresenta os resultados obtidos através de um projeto de intervenção realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL), do Câmpus Avançado Jaguarão, localizado no município de Jaguarão. A intervenção se direcionou a realização de um projeto estratégico, com a oferta de um curso *Massive Open Online Courses* (MOOC), que em português significa "cursos online abertos e massivos", e estará disponível na Plataforma de Cursos *Online* (MUNDI) (plataforma de cursos on-line do IFSUL) a partir de janeiro de 2025. O curso será direcionado aos egressos, professores e profissionais da área de construção civil abordando as Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai. O principal objetivo do projeto consiste na promoção da internacionalização institucional, e ação de binacionalização no Câmpus visando preencher uma lacuna identificada no curso técnico em edificações na modalidade subsequente concebido com caráter binacional, onde os egressos têm a possibilidade de atuar em ambos os países. Essa iniciativa se originou da constatação de ausência de conteúdos específicos em relação às normativas e regulamentações da construção civil do Uruguai e os docentes não possuem a capacitação necessária para ministrá-los. Considerando essencial a participação de docentes uruguaios no projeto, a escolha pelo formato MOOC se justifica pela sua capacidade de alcançar o público independentemente de barreiras geográficas ou de agenda. A disponibilização do curso de forma gratuita e acessível online visa democratizar o conhecimento e ampliar as possibilidades de capacitação aos egressos, professores e profissionais da área.

A intervenção se caracterizou como dito, então, na elaboração do projeto estratégico, culminando como produto, no curso Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai disponibilizado na plataforma MOOC para ambos os países.

A pesquisa emerge do atual cargo ocupado pela pesquisadora no Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX), do Câmpus Avançado Jaguarão, do IFSUL, desde 2019. O Departamento orienta os processos de formação com base nas premissas de integração e articulação de ensino, ciência e tecnologia. Aprovada em concurso público para o cargo de pedagoga do IFSUL no ano de 2015, esteve de 2017 a 2019, na coordenação da Coordenadoria de Ensino do Campus (COEN), no desempenho de atividades voltadas a questões do ensino, registro acadêmico, biblioteca, supervisão pedagógica e orientação educacional.

Corroborando na sua trajetória profissional a experiência docente em escolas públicas nos municípios de Pelotas e Rio Grande de 1999 a 2007, atuando em diversas frentes educacionais, desde o ensino fundamental na alfabetização à atuação em programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sua trajetória profissional permeia no início de sua caminhada profissional a Educação Infantil onde teve sua primeira experiência no âmbito da supervisão pedagógica do período de 1999 a 2002. De 2011 a 2013, atuou como professora substituta na área de Supervisão pedagógica no IFSUL – Campus Pelotas.

Considerando a sua atuação profissional associada ao engajamento para as especificidades da região fronteira onde a intersecção entre educação e fronteira se mostra crucial emerge a pesquisa com foco na educação de ensino médio técnico na região de fronteira Jaguarão/Rio Branco. Perceber a importância da educação técnica como fator de desenvolvimento econômico e social na região de fronteira, instiga o trabalho da pesquisadora desde o seu ingresso na instituição, manifestando nas suas atividades profissionais e acadêmicas o interesse em debater o fortalecimento da binacionalidade do campus na região. A partir de sua atuação profissional associada ao interesse pelo tema surge a presente pesquisa voltada a internacionalização da educação e a binacionalidade na região fronteira Jaguarão/Rio Branco.

Segundo Coelho (2018, p. 9), “entender o processo de internacionalização nas instituições de nosso país é compreender o papel da Rede Federal de maneira globalizada, podendo transformar a realidade dos nossos alunos por meio da educação, ciência, tecnologia e da cultura”.

Ainda, segundo a autora:

A internacionalização é um processo que visa possibilitar a aquisição de conhecimentos e experiências” diversas que vão além das fronteiras geográficas e linguísticas, por meio do diálogo entre culturas e da compreensão das diferenças, aspectos que permitem ampliar a visibilidade e a competitividade, assim como as formas de cooperação e mobilidade, no âmbito internacional. (Coelho, 2018, p. 12)

Cabe ressaltar a importância do processo de internacionalizando na rede federal de ensino considerando a sua abordagem estratégica que alinha a rede federal aos desafios globais com a promoção de oportunidades que se conectam a uma educação interdisciplinar e intercultural. E reflete no desenvolvimento pessoal e profissional dos envolvidos ampliando sua visão de mundo e habilidades para atuar em diferentes contextos. A internacionalização contribui para aumentar a visibilidade das instituições no cenário internacional, fomentando a cooperação entre países e a mobilidade acadêmica. Esses elementos são essenciais para que as instituições se posicionem como atores relevantes na busca por soluções para desafios globais.

Busca, assim, fomentar uma perspectiva global na educação. A internacionalização da educação pode incluir programas de intercâmbio estudantil, parcerias acadêmicas entre instituições, cooperação em pesquisas e oferta de cursos com perspectivas internacionais. Esta concepção objetiva preparar os estudantes para atuar em um mundo cada vez mais globalizado, estimulando a compreensão intercultural e a formação de cidadãos globais. A binacionalidade do ensino de fronteira refere-se a uma situação específica em que instituições educacionais geralmente são incluídas em regiões de fronteira entre dois países. Assim, localizada em territórios que fazem divisa e, permitem que estudantes de ambos os países estudem e tenham uma formação em uma língua e currículo específico, com diversas possibilidades de crescimento intelectual, profissional e emancipador.

Neste sentido, a binacionalidade promove a integração cultural e troca de conhecimentos entre as comunidades fronteiriças, construindo uma identidade binacional e o desenvolvimento de atividades bilíngues, onde os atores sociais locais com as instituições de ensino, constituem uma nova visão sobre a fronteira unindo a região e as culturas e, constituindo novas oportunidades e contextos para sua região. Ambas buscam nas suas abordagens promover a abertura e o diálogo de países diferentes. A internacionalização da educação apresenta um escopo mais amplo e abrangente, buscando parcerias com instituições de ensino de diversos países, visando a troca de experiências e conhecimentos em um contexto global. A binacionalidade em regiões de fronteira é mais específica e se concentra na relação entre dois países vizinhos, onde a fronteira é um elemento central para a implementação de programas educacionais diferenciados. Ambas as abordagens têm um papel fundamental na formação dos indivíduos, preparando-os para um mundo cada vez mais globalizado e interconectado<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “Globalização engloba a reconfiguração da geografia social a partir de uma crescente conexão interplanetária entre as pessoas” (Scholte, 2005, p. 17, tradução nossa).

Considerando-se os aspectos envolvidos na temática abordados na apresentação desta pesquisa: educação, internacionalização, função social dos IFs e a implantação de campus em regiões de fronteira, destaca-se a relevância de cada um neste contexto. A educação tem o importante papel de formação para a cidadania<sup>2</sup>, a internacionalização tem a função de promover a circulação de conhecimentos tecnológicos e científicos; os IFs têm a função de ofertar educação profissional e tecnológica como meio para a transformação social. Estes, conectados a expansão da Rede de Institutos Federais que concebeu a implantação de campus em cidades interioranas, dando origem ao Campus na cidade de Jaguarão, procede-se o interesse pelo tema na perspectiva de buscar novos conhecimentos e estratégias possibilitando novas ações no âmbito educacional, voltadas à internacionalização da educação e binacionalidade do ensino. Na pretensão de orientar os objetivos geral e específicos desta pesquisa, apontou-se as seguintes perguntas norteadoras:

- a) Como contribuir no processo de internacionalização da instituição?
- b) Como fortalecer o processo de binacionalização no Campus da fronteira Jaguarão/Rio Branco?
- c) Qual o impacto de cursos binacionais na região fronteiriça?

O objetivo geral da pesquisa visa promover a política institucional de internacionalização da educação com a realização de um projeto estratégico que se constituiu em elaborar um curso MOOC (*Massive Open Online Courses*), tratado neste projeto como curso MOOC Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai, a ser disponibilizado na plataforma Mundi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL).

Os objetivos específicos delinearam os seguintes propósitos: reconhecer os tipos e processos de internacionalização da educação; identificar os processos de binacionalidade do Câmpus Avançado Jaguarão; reconhecer a estruturação das políticas educacionais do Brasil e Uruguai; apontar os acordos que compreendem a parceria binacional; promover ações de fortalecimento da binacionalidade no Câmpus, suprir a lacuna identificada no curso técnico em edificações de caráter binacional em relação a normativas e legislações do Uruguai.

A pesquisa, como afirma Minayo (2012), é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É necessário entender a pesquisa como um processo de construção de conhecimentos na compreensão de determinada realidade.

---

<sup>2</sup> “a primeira referência histórica ao conceito de cidadão, etimologicamente ‘filho da pólis’ ou indivíduo que pertence à cidade e é nela reconhecido. Atualmente cidadania está intimamente correlacionada com direitos e justiça)” (Mendes, 2010, p. 15).

Ainda segundo Minayo (2012):

É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. (p.16)

Assim, a pesquisa sustenta e atualiza o ensino em relação à realidade e conecta o pensamento teórico com a ação prática, ou seja, a pesquisa produz os conhecimentos para a ação. Este trabalho apresenta como procedimento de investigação a pesquisa-ação. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se a pesquisa-ação que apresenta como ponto de partida conforme Thiollent (2011, p. 24), como: “[...] a articulação entre a produção de conhecimentos para a conscientização dos sujeitos e solução de problemas socialmente significativos [...]”. Para Demo apud Tozoni-Reis (2009), a pesquisa ação consiste “em uma abordagem de pesquisa que dispõe a ciência como uma ferramenta para promover a emancipação social, trazendo duplo desafio: o de pesquisar e o participar, o de investigar e educar, realizando a articulação entre teoria e prática no processo educativo” (p. 45). A escolha pela pesquisa-ação se deu pelo fato de que ao mesmo tempo que está se realizando a pesquisa também se promoverá uma prática educacional.

Cabe destacar que a pesquisa tem a capacidade simultaneamente de investigar e intervir na situação que se colocou ao estudo.

Entende-se que a pesquisa-ação não deve ser constituída segundo Thiollent (2011, p. 28), “[...] pela ação ou pela participação, com ela é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas”.

Para contribuir com esta pesquisa, procedeu-se com a análise de trabalhos apresentados em programas de Mestrado e Doutorado em Educação, utilizando como fontes o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Repositório Institucional da Unipampa (RIU). Utilizou-se as seguintes palavras-chave: internacionalização da educação e binacionalização do ensino, compreendendo o período de 2019 a 2023.

Os trabalhos foram selecionados com base nos descritores "internacionalização da educação" e "binacionalização do ensino", evidenciando sua relação direta com os temas centrais da pesquisa. Após o mapeamento, identificaram-se 106 dissertações, todas defendidas

em cursos de mestrado e doutorado. A seleção foi direcionada aos trabalhos desenvolvidos na área da educação, garantindo alinhamento ao foco de investigação. Entre os estudos identificados, cinco dissertações foram destacadas como mais relevantes para análise, considerando critérios adicionais, como a profundidade da abordagem, a pertinência ao objetivo da pesquisa e a atualidade do conteúdo. No quadro abaixo, apresentamos as cinco dissertações selecionadas para análise do tema.

Quadro 1 – Dissertações selecionadas

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR(A)</b>	<b>ANO</b>
Percepções sobre as prioridades da Internacionalização da Educação Superior: caminhos para o multidiálogo.	Ângela Barbosa Montenegro Arndt	2020
Internacionalização da Educação Superior e o desenvolvimento de competências: perspectivas docentes em diferentes contextos	Caroline Baranzeli	2021
Internacionalizando a Rede Federal de Educação Profissional: um estudo substantivo	Cláudia Schiedeck Soares de Souza	2019
Realidades Transformables: grupo de alunos uruguaios de um campus binacional	Martha Fervenza Ribeiro	2020
O (Des)caminho da Binacionalização do Ensino: a experiência do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Santana do Livramento	Graciele Melo Dorneles	2022

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com relação às pesquisas realizadas utilizando-se os descritores, se observou que sobre a internacionalização da educação a maioria destas pesquisas se concentra em debater a internacionalização em relação à educação superior. Se tratando da binacionalização do ensino, há falta de estudos sobre esse assunto, nas bases de dados pesquisadas até o ano de 2024.

Evidenciando a internacionalização da educação no ensino superior o ponto de partida para a internacionalização no Brasil, se considerou a relevância de conhecer aspectos deste campo assim, a tese de doutorado de Arndt (2020), apresentou a internacionalização da educação superior apontando as prioridades da internacionalização da educação na graduação e pós-graduação em educação na percepção dos gestores, docentes e discentes e explorando os caminhos para o multidiálogo. A pesquisa utilizou o estudo de casos múltiplos, realizado em duas universidades brasileiras e uma canadense. Os resultados revelaram que as lideranças reconhecem verbalmente a importância da internacionalização, no entanto os recursos financeiros para a mobilidade e pesquisa são escassos. A responsabilidade pela captação de estudantes e financiamentos recai sobre os professores, enquanto os estudantes demandam suporte para o desenvolvimento de projetos, participação de processos seletivos e competências linguísticas em outros idiomas.

Arndt (2020) concluiu sua pesquisa destacando que para tornar a internacionalização mais efetiva em termos de amplitude e expansão, é fundamental que a universidade assuma coletivamente este diálogo heterogêneo. Neste sentido, o multidialogo deve atuar como mediador de percepções em um mesmo nível, permitindo a concretização das ações das estratégias, planos e programas institucionais de internacionalização.

O segundo trabalho que também destacou a internacionalização na educação superior é de Baranzeli (2021), o objetivo deste trabalho foi entender como acadêmicos de diferentes contextos percebem os processos de internacionalização e identificar quais competências eles consideram essenciais para atuar no ambiente universitário. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa utilizando um estudo de caso múltiplo, que incluiu duas instituições de Educação Superior: uma localizada no Reino Unido e outra no Brasil. No trabalho Baranzeli (2021), realizou 14 entrevistas com docentes de ambos os contextos, e a análise foi conduzida seguindo os critérios da Análise Textual Discursiva e a categorização de competências apontadas pelos docentes, com base nas perspectivas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

De acordo com Baranzeli (2021), os resultados do estudo de caso brasileiro indicaram que os entrevistados possuem um bom entendimento sobre o tema da internacionalização, discutindo suas possibilidades, mas principalmente os desafios enfrentados na realidade brasileira. Em relação às competências necessárias para atuar nos eixos de pesquisa, ensino e extensão, os acadêmicos brasileiros destacam como fundamentais as competências de “aprender a ser” e “aprender a conviver”, conforme apresentadas pela UNESCO. No contexto britânico, também foi observado domínio sobre o tema da internacionalização, mas o foco em questões como a mobilidade estudantil revelaram como as realidades nacionais e institucionais influenciam as percepções sobre a internacionalização. Quanto às competências, os acadêmicos britânicos igualmente consideram essenciais as perspectivas de “aprender a ser” e “aprender a conviver”.

O terceiro trabalho considerado foi de Souza (2019), cujo objetivo principal foi analisar a existência de um modelo de internacionalização para os Institutos Federais, a partir da criação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) pelo governo federal em 2011. Nos objetivos específicos, a autora buscou analisar a dinâmica do processo de internacionalização, incluindo os atores centrais e periféricos, as convergências e divergências nas percepções dos gestores, os pressupostos que orientam a internacionalização nas instituições, bem como delimitar as ações passadas e presentes que podem tê-lo influenciado e quais são suas estratégias futuras. Com os resultados, Souza (2019) destacou a relevância das primeiras experiências

internacionais dessas instituições, especialmente o Programa Mulheres Mil (PMM) e o CsF, como referências na construção de uma política de internacionalização. Como características da internacionalização, os Institutos Federais se conectam com seus parceiros internacionais por meio da cooperação, do compartilhamento de experiências e do respeito institucional.

O quarto trabalho consistiu na dissertação de mestrado de Ribeiro (2020), que apresentou uma pesquisa qualitativa utilizando entrevistas, rodas de conversa e observação participante com estudantes uruguaios do ensino médio integrado no Instituto Federal Sul-rio-grandense, campus Santana do Livramento. O campus é binacional e oferece Educação Profissional e Tecnológica para estudantes brasileiros e uruguaios das regiões de fronteira entre Brasil (Santana do Livramento) e Uruguai (Rivera). Os estudantes foram ouvidos sobre suas experiências em um Instituto Federal de outro país e os motivos que levam alguns à evasão ou repetência. Com base nos dados coletados, Ribeiro (2020), criou um grupo operativo para os estudantes uruguaios do Ensino Médio Integrado, com o objetivo de oferecer um espaço de acolhimento. Esse grupo teve boa adesão, permitindo que muitos estudantes expressassem suas experiências e sentimentos.

Na conclusão do trabalho Ribeiro (2020), constatou que embora esses estudantes tenham um vínculo afetivo com o campus, eles abandonam os estudos por diferentes razões, como a falta de afinidade com o curso escolhido, dificuldades em prosseguir com os estudos e o desejo de abreviar o tempo para ingressar em uma universidade uruguaia.

O quinto trabalho considerado foi a dissertação de Dornelles (2022), o estudo examinou a internacionalização do ensino no Brasil, focando na criação de indicadores e na gestão universitária. Dornelles (2022), destacou no objetivo principal compreender como ocorre a binacionalização e a gestão do ensino no IFSul, especificamente no campus de Sant'Ana do Livramento, que está localizado na fronteira entre Brasil e Uruguai. Os objetivos específicos do estudo apontaram: entender a importância do IFSul para a cidade de Sant'Ana do Livramento, propor uma base de indicadores para a binacionalização do ensino na fronteira entre Brasil e Uruguai, e analisar a gestão universitária no campus de Sant'Ana do Livramento do IFSul.

Dornelles (2022), nos resultados de sua pesquisa observou como se dá a gestão universitária de um campus criado com a proposta de ser binacional, atendendo à região fronteira entre Brasil e Uruguai. Além disso, apresentou uma base de indicadores para a binacionalização do ensino, considerando a realidade específica de um campus binacional. Por fim, a pesquisa revelou que há poucas conceituações sobre a binacionalização do ensino. Portanto, apresentou-se um conceito em que a binacionalização do ensino é definida como:

[...] o desenvolvimento de um sistema de ensino, reconhecido pelos países envolvidos e promovido por instituições de educação em regiões de fronteira ou cidades gêmeas fronteiriças, que fomenta a interculturalidade e a integração social e educacional, a partir de políticas e legislações comuns (Dornelles, 2022, p. 8)<sup>3</sup>

Para Dornelles (2022), a binacionalização do ensino foi definida como o processo de desenvolvimento de um sistema educacional integrado, em que instituições de educação de regiões fronteiriças, situadas entre dois países, colaboram para oferecer programas de ensino reconhecidos por ambos os países. Esse processo visa promover a interação cultural, a cooperação social e educacional, sustentada por normas e políticas específicas que facilitam a mobilidade e a integração na fronteira.

Os cinco trabalhos mencionados oferecem considerações significativas sobre a internacionalização da educação, abordando uma ampla gama de desafios e práticas na educação superior. Eles destacam as perspectivas teóricas e práticas aplicadas em diversos contextos acadêmicos, revelando as percepções de gestores, docentes e discentes sobre a importância da internacionalização. Embora reconheçam sua relevância, os estudos apontam a escassez de recursos financeiros como um obstáculo significativo para a mobilidade e pesquisa. A análise que se concentrou na dinâmica da internacionalização nos Institutos Federais do Brasil, enfatizou a cooperação e o compartilhamento de experiências cruciais para o desenvolvimento de políticas eficazes, especialmente em regiões de fronteira. Além disso, examinou a gestão da internacionalização no IFSul, propondo indicadores específicos para a binacionalização do ensino e destacando a necessidade de políticas educacionais comuns entre Brasil e Uruguai para promover a interculturalidade e integração social através da educação. Esses estudos ofereceram uma visão abrangente dos desafios e das melhores práticas na internacionalização da educação, sublinhando a importância de estratégias inclusivas e colaborativas para garantir um ensino de qualidade em contextos globais e fronteiriços. Diante disto, entende-se que este estudo foi significativo para pensar a internacionalização da educação e a binacionalidade do ensino em contextos distintos e específicos.

Assim, observa-se que este estudo se faz necessário com a intenção de colaborar para desenvolver políticas educacionais que transcendam as fronteiras nacionais e respondam aos desafios econômicos e culturais da globalização. Além disso, destaca a importância de

---

<sup>3</sup> A interculturalidade é usada para indicar um conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade, ao contrário, “fomentando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos” (Fleuri, 2005 apud Vasconcelos, 2007, p. 15).

fortalecer a cooperação internacional e a integração regional para promover uma educação inclusiva e de qualidade. Portanto, pesquisas como esta são essenciais para fomentar o diálogo e a colaboração entre instituições de ensino de diferentes países, proporcionando uma formação acadêmica mais rica e diversificada.

O presente trabalho está dividido nos capítulos que seguem: Introdução e Contextualização da temática de estudo, Aproximações teóricas ao objeto de estudo, Metodologia da pesquisa, Resultados da pesquisa/intervenção e as Considerações finais e, por fim, as Referências.

## 2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS AO OBJETO DE ESTUDO

O capítulo a seguir aborda as aproximações teóricas ao objeto de estudo que sustenta esta pesquisa. Para organizar o texto, optou-se por dividi-lo em subtítulos relacionados à temática do estudo, conforme descrito a seguir: a) História da criação dos Institutos Federais; b) Legislação educacional e o ensino médio técnico no Brasil: o Câmpus Avançado Jaguarão, o curso binacional técnico em edificações, c) A parceria das instituições IFSUL e Universidade do Trabalho do Uruguai (UTU): a política de integração das duas nações Brasil e Uruguai; d) O conceito central da pesquisa: a internacionalização da educação e os pressupostos para a binacionalidade do ensino: a internacionalização da educação superior, a internacionalização da educação básica no Brasil e a internacionalização na rede federal de ensino.

### 2.1 HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

O IFSUL deu início a sua trajetória histórica no século XX, na Biblioteca Pública Pelotense em 7 de julho de 1917. Nesta data, aconteceu a Assembleia de fundação da Escola de Artes e Offícios. Ser uma sociedade civil e ofertar educação profissional a meninos pobres, caracterizaram e foram os objetivos que primaram a fundação da escola. O início das atividades da escola aconteceu em 1930, data em que o município de Pelotas, tornou-se responsável pela mesma. De acordo com Meirelles (2003), a construção da Escola de Artes Offícios, em Pelotas, ocorreu por iniciativa particular, sendo doado um terreno da Intendência Municipal para a construção da mesma, mas, apesar de todo esforço e incentivo voltado para a construção e concretização da escola, a mesma nunca chegou a funcionar. Assumida pelo Poder Público Municipal, passou a chamar-se Escola Technico-Profissional (ETP), formalmente instituída pelo Decreto Municipal nº 1.795, de 08 de março de 1930. A Escola teve seu regulamento expedido pelo Decreto Municipal nº 1.798, de 20 de março de 1930. Antes denominada de ETP, passou a chamar-se Instituto Profissional Técnico (IPT). O Instituto apresentava na sua oferta cursos que compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de couro e. Eletroquímica. O funcionamento do IPT durou uma década e foi extinto em 25 de maio de 1940, deu-se então a demolição de seu prédio para a construção da Escola Técnica de Pelotas (ETPel).

Em 25 de fevereiro de 1942, publicado no Diário Oficial da União (DOU), o Decreto-lei nº 4.127/42, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro de Estado da Educação Gustavo Capanema, estabelece as bases de estabelecimentos de ensino industrial da rede

federal. Em seu art.1, o decreto estabelece que a rede federal de ensino industrial será constituída de escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem.

De acordo com Meirelles (2002), a vinda da Escola Técnica para o município de Pelotas deu-se em razão da atuação política e pessoal do pelotense Luiz Simões Lopes, que ocupava, na época, a presidência do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão vinculado diretamente ao Presidente da República.

A ETP foi fundada em 11 de outubro de 1943. Em relação ao ato solene e as comemorações que aconteceram na cidade sede, Kruger (2007 apud IFSUL, 2023), destaca:

O ato teve a presença do presidente da república, seu fundador e aconteceu com comemoração festiva na cidade de Pelotas. As atividades letivas começaram a partir de 1945, com cursos de curta duração (ciclos). O primeiro ciclo teve a oferta do ensino industrial e os cursos estabelecidos foram de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação. Em 1953 passou a ser ofertado o segundo ciclo da educação profissional e criado o primeiro curso técnico: Construção de Máquinas e Motores. Em 1959 a ETP foi caracterizada como autarquia Federal e em 1965 passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL. (p. 39)

Após consolidada, a Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel) transformou-se numa instituição de referência na oferta de educação profissional de nível médio, tendo um papel social muito forte e grande reconhecimento na formação de técnicos industriais. Neste período, formaram-se alunos nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

A educação profissional foi incorporada como processo educacional específico pela Lei nº 9.394/1996, não vinculado necessariamente às etapas das escolaridades, voltando-se especificamente para o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (Ramos, 2014). O termo educação profissional, trazido pela lei, vem em substituição de diferentes conotações, antes designadas como: educação técnica, ensino técnico, ensino profissionalizante, formação profissional, capacitação profissional, entre outros.

Em 17 de abril de 1997, o Decreto nº 2.208 estabeleceu que a educação profissional deveria ser integrada em “articulação” com o ensino médio, com impacto diretamente na organização curricular dos cursos técnicos, que passaram a compor um sistema de módulos, com caráter de terminalidade para fins de certificação, e com o planejamento de um currículo voltado para o desenvolvimento de habilidades e competências. A partir de 1990 ocorreu, então,

uma maior integração sistêmica neste campo, com um conjunto de ações, programas e concepções claramente relacionadas aos interesses da educação profissional.

A primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) foi colocada em funcionamento no dia 26 de fevereiro de 1996, na cidade de Sapucaia do Sul.

Até este momento a Escola Técnica ofertava o ensino profissional de nível médio. Foi no ano de 1998, que a Escola então começou a efetivar sua atuação no nível superior de ensino. A oferta do ensino superior teve a autorização ministerial após parecer favorável do Conselho Nacional de Educação (CNE) para implantação do Programa Especial de Formação Pedagógica, destinado à habilitação de professores da educação profissional. Os primeiros cursos de nível superior e tecnológico foram em: Tecnologia em Telecomunicações, Tecnologia em Controle Ambiental, e Tecnologia em Saneamento Ambiental. Também iniciou a trajetória na pós-graduação, por meio da oferta do primeiro curso *lato sensu* em Educação Ambiental (IFSUL, 2023a).

Em 1999, a ETFPel transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS). A transformação se deu através de Decreto Presidencial e permitiu a possibilidade de oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Em 13 de outubro de 2006, foi inaugurada a Unidade de Ensino de Charqueadas e, em 27 de novembro de 2007, a Unidade de Ensino de Passo Fundo (IFSUL, 2023a).

Em 29 de dezembro de 2008, nos termos da Lei nº 11.892, foi criado, a partir do CEFET-RS de Pelotas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL). O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, determinou que os CEFETs passassem por “adesão” a compor os Institutos Federais, criando, por conseguinte, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O IF com sede e foro na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, estando vinculada ao Ministério da Educação. Denominados IFs, os mesmos caracterizam-se pela verticalização do ensino, com a oferta de educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades, bem como articular a educação superior, básica e tecnológica.

A criação dos IFs aponta um novo olhar para a Educação Profissional, e traz na sua função social ofertar educação profissional e tecnológica de qualidade, engajada com a formação humana e a transformação social, alinhando-se no sentido da globalidade. Entre as finalidades dos IFs, na sua expansão e interiorização está a de contribuir para o desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a

dimensão do universal, no entanto a questão territorialidade deve ser abordada de forma mais ampla, principalmente pelo fato de essas instituições constituírem uma rede.

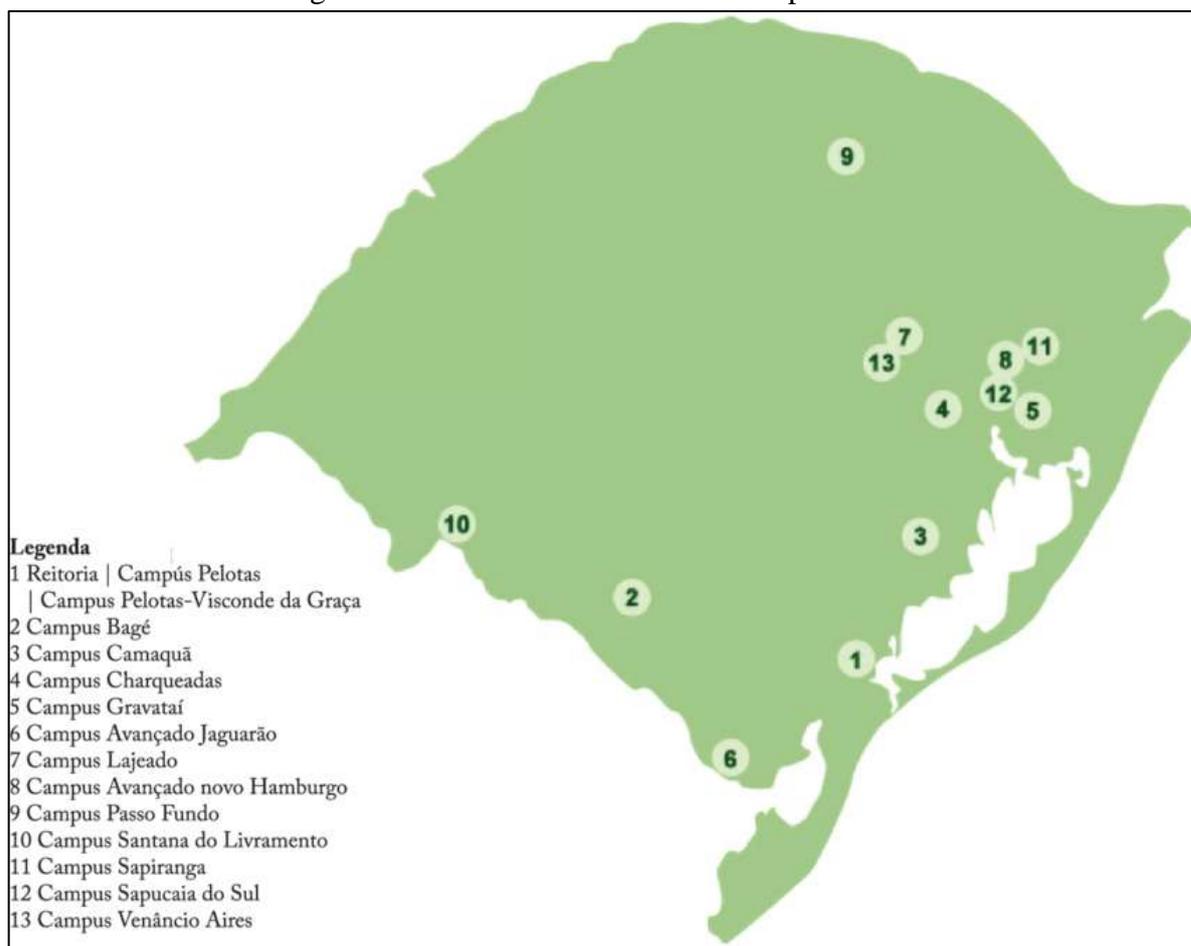
Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT), criados a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008a) instituiu uma rede federal, reunindo instituições centenárias de educação profissional, científica e tecnológica que em sua expansão está cobrindo todo o território nacional brasileiro. Do ano de 2003 a 2014 ocorreu a maior expansão da história da Rede Federal totalizando 562 novas escolas em atividade (Brasil, 2014), entre campi dos Institutos Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e uma Universidade Tecnológica Federal.

A organização dos Institutos é composta pela Reitoria, cinco Pró-reitorias e seus Campus. O Reitor e os diretores dos Campus são eleitos pela comunidade escolar. Para a eleição do Reitor, todas as comunidades dos Campus participam, sendo que o peso de cada grupo é distribuído equitativamente, com um terço para os docentes, um terço para os discentes e um terço para os técnico-administrativos. O Conselho Superior (CONSUP) e o colégio de dirigentes, ambos presididos pelo Reitor, são os órgãos máximos da instituição.

Atualmente o IFSUL é formado por 14 campus: Campus Pelotas – Visconde da Graça (1923), Campus Pelotas (1943), Campus Sapucaia do Sul (1996), Campus Charqueadas (2006), Campus Passo Fundo (2007), Campus Camaquã (2010), Campus Venâncio Aires (2010), Campus Bagé (2010), Campus Santana do Livramento (2010), Campus Sapiranga (2013), Câmpus Avançado Jaguarão (2014), Campus Gravataí (2014), Campus Lajeado (2014) e Câmpus Avançado Novo Hamburgo (2014) (Duarte *et al.*, 2021). Complementando a sua constituição, agregam-se os polos do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculados ao IFSUL, onde são oferecidos cursos na modalidade a distância financiada pela UAB e os polos da rede e-Tec Brasil, onde são ministrados cursos técnicos na modalidade a distância, financiados pela rede e-Tec Brasil do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

No mês de março de 2024 o MEC emitiu Certificado de Disponibilidade Orçamentária (CDO) para que os IFs iniciem as licitações voltadas à construção dos novos campi previstos no plano de expansão anunciado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O plano de expansão incluiu o IFSul com um novo câmpus em São Leopoldo.

Figura 1 – Reitoria e Unidades do Campus IFSUL



Fonte: IFSUL (2023b).

O IFSUL se destaca por verticalizar o ensino, oferecendo educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, bem como articular a educação superior, básica e tecnológica; rege-se pelos atos normativos citados, pela legislação federal e pelos instrumentos normativos na ordem de prioridade: Estatuto, Regimento Geral (RG), Resoluções CONSUP e atos da Reitoria. Possui como embasamento legal os seguintes documentos: Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que apresenta como função social a promoção de uma educação humano-científico-tecnológica capaz de formar cidadãos aptos à compreensão crítica da realidade e sua preparação para o ingresso no mundo do trabalho “por meio da educação continuada de trabalhadores, da educação tecnológica de nível médio, da graduação e pós-graduação e da formação de professores” (IFSUL, 2015, p. 14); o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que apresenta o compromisso da Instituição com a sociedade no período de cinco anos.

O PDI 2020-2024, aprovado pela Resolução 07/2020 do CONSUP, foi construído durante o decorrer do ano de 2019, com a participação de toda a comunidade na decisão dos

rumos que a instituição seguirá neste período. O documento consiste de uma exigência legal, através do Decreto nº 9.235, que dispõe sobre a necessidade de elaboração, apresentação e avaliação dos processos institucionais e dos cursos. As diretrizes institucionais, apontadas no documento apresentam os seus propósitos e destacam a sua missão, visão e valores:

Missão: “Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social” (IFSUL, 2020, p. 24), e tem como visão: “Ser reconhecido nacionalmente como instituição pública, inclusiva e gratuita, referência na educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a inovação e o desenvolvimento regional e atuando como agente de transformação social” (IFSUL, 2020, p. 24). Os valores apontados no documento destacam: **JUSTIÇA SOCIAL, EQUIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**: compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; **PLURALIDADE**: desenvolvimento da cultura do pensar e do fazer, associando-os às atividades de ensino, pesquisa e extensão; **EXCELÊNCIA**: verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; **FORMAÇÃO INTEGRAL**: compromisso com a formação humana, com a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos; **DIÁLOGO DE SABERES**: organização didático-pedagógica dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos, tecnológicos e humanísticos; **DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**: compromisso com a educação inclusiva, com a permanência do educando e com o processo educacional emancipatório; e **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA**: organização administrativa que possibilite aos diversos câmpus, inserirem-se na realidade local e regional, oferecendo suas contribuições e serviços resultantes do trabalho de ensino, pesquisa e extensão. (IFSUL, 2020, p. 24).

O IFSUL tem suas atividades de Gestão de Pessoas amparadas na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), na Lei nº 12.772/2012 (Plano de Carreiras do Magistério Federal) e na Lei nº 11.091/2005 (Plano de Carreiras e Cargos dos Técnicos Administrativos em Educação). De acordo com o relatório de gestão do ano de 2022, o IFSUL tem no seu quadro um total de 1871 servidores, sendo 981 docentes, 781 técnicos administrativos e 13 com vínculo externo (IFSUL, 2023c).

Segundo dados do Pesquisador Institucional (PI), de 01 de outubro de 2024, em relação às matrículas realizadas apresenta os seguintes números, nos cursos presenciais: 9.481 matrículas nos cursos técnicos nas modalidades integrado, concomitante, subsequente e Programa de Jovens e Adultos (PROEJA). As licenciaturas, bacharelado e tecnologia contam com 3.749 matrículas. A pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado contam com 1.452 matrículas. Na modalidade de Educação à Distância (EaD), nos cursos subsequentes, licenciaturas, tecnologia e especialização têm 6.171 matrículas.

No quadro a seguir, apresenta-se o histórico da criação dos IFs no Brasil:

Quadro 2 – Histórico da Criação dos Institutos Federais

ANO	ACONTECIMENTOS
1917	Sediou-se a assembléia de fundação da Escola de Artes e Offícios
1930	O município de Pelotas assumiu a Escola de Artes e Offícios e instituiu a Escola Technico Profissional posteriormente, denominada Instituto Profissional Técnico
1940	O Instituto Profissional Técnico foi extinto
1942 – 1945	Decreto-lei nº 4.127 – criação da Escola Técnica de Pelotas – ETP – Inauguração da ETP – Início das atividades letivas
1953	Oferecido o segundo ciclo da educação profissional, criado o primeiro curso técnico - Construção de Máquinas e Motores
1959	A ETP caracteriza-se como Autarquia Federal
1965	Denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL
1996	Funcionamento da primeira Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, na cidade de Sapucaia do Sul
1998	A Escola Técnica Federal de Pelotas começa a efetivar a atuação no nível superior de ensino - parecer favorável do Conselho Nacional de Educação (CNE), para implantação de Programa Especial de Formação Pedagógica
1999	Decreto Presidencial, efetivou a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS
2006	Inaugurada a Unidade de Ensino de Charqueadas
2007	Criada a Unidade de Ensino de Passo Fundo
2008	Lei nº 11.892 – Criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense IFSUL, a partir da transformação do CEFET/RS
2010	Criação dos Câmpus Camaquã, Câmpus Venâncio Aires, Câmpus Bagé e Câmpus Santana do Livramento
2013	Criação do Câmpus Sapiranga
2014	Criação dos Câmpus Avançado Jaguarão, Câmpus Gravataí, Câmpus Lajeado e Câmpus avançado Novo Hamburgo

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A iniciativa de estabelecer e expandir os IFs promovendo a inclusão social por meio da educação, oferecendo ensino técnico gratuito e de qualidade deve ser reconhecida como uma medida que combate a divisão entre a educação voltada para o trabalho manual e a educação voltada para o trabalho intelectual. Neste contexto, tem o propósito de formar indivíduos capazes de compreender de forma crítica a realidade que estão inseridos e se integrar ao mundo do trabalho.

A política de expansão do IFs, carregou consigo a interiorização no seu processo de expansão. Pereira e Cruz (2019), ao tratar da política educacional, referindo-se a territorialização, destacam a interiorização no processo de expansão da Rede Federal:

O efeito combinado da capilaridade e da interiorização no processo de expansão da educação profissional provocou mudanças na configuração da Rede Federal no território brasileiro, sendo determinante para a territorialização desta política educacional. A aderência territorial faz com que o conjunto das instituições da Rede potencialize suas ações no ensino, na pesquisa e na extensão, para contribuir na dinâmica das diferentes regiões brasileiras, buscando articular e integrar, em múltiplas escalas espaciais, as potencialidades locais nos territórios ainda não contemplados pelo movimento econômico dominante no país com os programas e equipamentos educacionais e produtivos (Pereira; Cruz, 2019, p. 5).

Dessa forma, os IFs seguem os princípios de uma educação voltada para a inclusão social e o desenvolvimento regional, desempenhando um papel de relevância no desenvolvimento e crescimento das comunidades que estão inseridos. Assim, seu objetivo vai além de formar profissionais técnicos, busca capacitar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Os IFs possuem objetivos sólidos voltados à promoção da educação pública de qualidade e promoção da articulação do ensino, pesquisa e extensão. Pacheco (2020), destaca os seguintes objetivos em relação aos IFs:

1. Oferta de uma educação pública, democrática de qualidade e gratuita, que sirva de referência a outras escolas pública, especialmente de ensino médio;
2. Através de itinerários formativos, possibilitar às classes e camadas sociais historicamente excluídas, a progressão de seus estudos e a redução de barreiras entre os níveis e modalidades de ensino;
3. Trabalhar Ensino, Pesquisa e Extensão articuladamente com a realidade socioeconômica e as necessidades do território onde está inserido (territorialidade). O território é o ponto de partida e de chegada. Ensino libertador, pesquisa produtora de novos conhecimentos tecnológicos passíveis de serem transformados em extensão e que ajude a transformar a vida das pessoas;
4. Estabelecer, através de uma educação democrática, uma cultura democrática. A construção da Lei 11.892 (29\12\2008) já adotou uma metodologia democrática, sendo definida coletivamente com os dirigentes do CEFETs, Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades. Passou pelo debate sobre o número de institutos, a localização das reitorias e dos campi, a definição dos cursos a serem ofertados através de discussão com as comunidades e a livre adesão dos CEFETs, Agrotécnicas e vinculadas às Universidades;
5. Eleições diretas, paritárias e uninominais para os dirigentes e autonomia dos campi. Há, portanto, uma cultura democrática no DNA dos IFs. Uma instituição democrática teria que necessariamente, constituída de forma democrática;
6. Criar uma cultura de atuação em Rede, como forma e estrutura de funcionamento e organização, interagindo e o laborativamente “construindo a trama de suas ações tendo como fios as demandas de desenvolvimento socioeconômico e o desenvolvimento social” (Pacheco, E. Institutos Federais. Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo, 2011, ed. Moderna, p. 57). Opõe-se desta forma a cultura isolacionista e individualista, muito forte na universidade clássica;
7. Vertebrar o Ensino Médio em nosso país, estabelecendo vínculos com as escolas públicas, especialmente, as de Ensino Médio, compartilhando espaços, equipamentos e contribuindo na formação de docentes. As licenciaturas têm um papel central, neste objetivo;

8. Estabelecer vínculos com os Movimentos Sociais, por reconhecer neles fontes de conhecimentos através de sua práxis;  
Estabelecer vínculos com as comunidades onde os campi estão localizados, participando da vida destas e contribuindo para o enfrentamento e solução de seus problemas;
9. Implementar a Certificação de saberes não formais adquiridos ao longo da vida, podendo, inclusive, acreditar em outras instituições para a mesma tarefa (Pacheco, 2020, p. 7).

É necessário aos IFs estrutura para garantir o cumprimento de sua função social através da interiorização e oferecer um ambiente educacional de qualidade e que contemple a plena formação do estudante. Os campi avançados trouxeram na sua proposta de interiorização do ensino, a oferta de ensino técnico, cursos de formação inicial e continuada e de educação à distância, atendendo as ações que integram na sua função a extensão e interiorização para fins de integração das diversas regiões e camadas culturais e sociais do país. Estes, desempenham um papel fundamental na democratização do acesso à educação, proporcionando oportunidades de formação acadêmica para estudantes que, de outra forma, teriam dificuldades em buscar uma educação gratuita e de qualidade. Ao levar educação de qualidade para regiões que têm menos acesso a este recurso, colaboram para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa. Através do conhecimento, da pesquisa, da inovação e da interação com a comunidade. Os campi avançados têm o potencial de transformar as regiões em que estão inseridos, impulsionando o desenvolvimento local e promovendo uma educação de excelência para a localidade.

## 2.2 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E O ENSINO MÉDIO TÉCNICO NO BRASIL

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, em seu artigo 205 estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Assim, a educação deve ser vista como o desenvolvimento pleno, visando todos os seus aspectos em um processo integral que busque preparar os indivíduos para o desenvolvimento pleno do exercício da cidadania, com capacidade de participar ativamente na sociedade e contribuir no seu desenvolvimento.

A Lei 11.741 de 16 de julho de 2008, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), localizando a educação profissional técnica de nível médio como seção IV-A, no Capítulo II – D – Educação Básica, ressaltando a concepção de que os cursos técnicos pertencem à educação básica. Na seção IV, o inciso IV aponta a compreensão dos fundamentos

científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 2008b).

O artigo 36, que trata do currículo do ensino médio, aponta a seguinte diretriz no seu parágrafo I:

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I – linguagens e suas tecnologias;

II – matemática e suas tecnologias;

III – ciências da natureza e suas tecnologias;

IV – ciências humanas e sociais aplicadas;

V – formação técnica e profissional. (Brasil, 2017, n.p.)

A Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 altera dispositivos da LDB, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica., estabelecendo em seu artigo 36-A, que o “ensino médio, atendida à educação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (Brasil, 2008b, p. 15).

Segundo a LDB, o ensino médio, após atender a educação geral do educando, poderá prepará-lo para a formação técnica a partir de três modalidades distintas. De forma integrada, cursando a formação geral e as disciplinas que correspondem a área técnica dos seus respectivos cursos, nesta modalidade é necessário atender a carga horária correspondente a cada formação, o ensino se dá de forma articulada entre formação geral e técnica. De forma concomitante, a formação geral pode ocorrer em outra instituição de ensino, ofertando-se apenas a formação técnica ao educando. As áreas geral e técnica ocorrem concomitantemente em turnos opostos. Ou ainda de forma subsequente em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

A LDB, em relação às modalidades educacionais, art. 36-A, no que se refere a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008), Seção IV-A, apresenta o seguinte texto:

[...] o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. [...] educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I – articulada com o ensino médio; II – subsequente em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. [...] A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: I – os objetivos e definições as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de educação; II – as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; III

– as exigências de cada instituição de ensino, nos termos do seu projeto pedagógico (Brasil, 1996, n.p.).

A LDB, com base no Parecer CNE/CEB nº 16/99, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), para a Educação Profissional de Nível Técnico e a Resolução CNE/CEB nº 4/99 que define em 23 de julho do ano de 2004 o Decreto nº 5.154/2004 em substituição ao Decreto nº 2.208/97, apresenta novamente a prática de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de Nível Médio (MEC, 2012a). De acordo com o parecer, as diretrizes curriculares apontam a mudança de eixo nas relações entre trabalho e educação, considerando a educação para o mundo do trabalho como referência para a educação profissional, descaracterizando a formação de mão de obra.

Seguindo as DCNs, como a Resolução do CNE nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB) e alterada pela Lei nº 11.741/2008, os Cursos Técnicos abrangem:

I - Formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Parágrafo único. As instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para o trabalho, entre os quais estão incluídos os cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando-se a matrícula à capacidade de aproveitamento dos educandos e não necessariamente aos correspondentes níveis de escolaridade.

Art. 3º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica (MEC, 2012b, p. 57).

No Decreto 2.208/97, que trata do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e seus atos, tornaram-se conhecidos como a Reforma da Educação Profissional. O ensino médio no sentido legal tornou-se puramente propedêutico e os cursos técnicos obrigatoriamente separados passaram a ser ofertados nas formas concomitante e subsequente. Este Decreto apresentou outra vez a regressão social e educacional, ampliando as desigualdades de classes e o dualismo na educação, desconsiderando-se a educação como forma integral de conhecimentos propedêuticos, técnicos e humanos.

No Decreto 5.154/04 (Brasil, 2004a), os debates sobre o Decreto 2.208/97 (Brasil, 1997) foram retomados, em particular no que diz respeito à separação obrigatória entre ensino médio e formação profissional. O processo teve como resultado uma significativa mobilização dos setores da educação, com vínculo na educação profissional. Do ano de 2003 a julho de 2004, debateu-se constantemente sobre a relação entre ensino médio e educação profissional. Assim, o debate sobre a educação politécnica foi retomado com a compreensão que ela

representa uma abordagem educacional integrada, destinada a superar a dicotomia entre cultura geral e cultura técnica. Compreendendo-a como uma educação unitária e universal e orientada para “o domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (Saviani, 2003, p. 140), apreende-se uma perspectiva que considera a base para o desenvolvimento do ensino técnico, politécnico e profissional, tendo a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho como eixos estruturantes. Pode-se considerar que o Decreto 5.154/04 (Brasil, 2004a), não altera completamente a configuração do Decreto 2.209/97 (Brasil, 1997), no que traduz concepções políticas voltadas ao mercado, à qualidade total, à educação como um produto e não como fim. Porém, traz consigo uma concepção mais social que permite a integralização do ensino técnico com o médio. Assim, estabelece a base para o desenvolvimento do ensino técnico integrado com a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho como pilares fundamentais.

A EPT (Educação Profissional e Tecnológica), no âmbito das políticas educacionais, dá a importância, reconhecimento e valorização da educação para a construção da autonomia dos indivíduos, na sua inclusão em condições sociais e econômicas mais elevadas. Apresenta políticas educacionais voltadas ao respeito à diversidade, a educação de jovens e adultos, a educação escolar indígena, a educação no campo e o ensino agrícola.

No quadro a seguir apresenta-se o contexto histórico da EPT no Brasil, que conta com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, suas mudanças e transformações através de decretos e leis até a instituição da RFEPT, culminando na atual configuração que temos, ou seja, os IFs.

Quadro 3 – Histórico da Educação Profissional no Brasil

(continua)

1909	Promulgação do Decreto nº 7566/1909 que criou dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”. Tornando-se a primeira experiência brasileira de ensino profissional
1930	A educação técnica transforma-se em uma necessidade de caráter econômico para impulsionar a industrialização
1940	Acontece a “Reforma Capanema” que criou uma legislação única para a Educação, reformando o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola
1950-1960	Educação sofre forte influências da ideologia do desenvolvimento e da modernização
1961	Lei 4.024/61 Lei de diretrizes e bases da educação torna equivalente os cursos profissionais e propedêuticos
1971	LDB 5.692/71 tornou obrigatório o ensino técnico profissional, criando grandes contingentes de trabalhadores
1988	Constituição Federal – visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

(conclusão)

1996	LDB 9.394/96 a educação profissional passaria a perpassar diferentes níveis de ensino, proibindo-se a formação integrada
1997	Decreto 2.208/97 Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), o ensino médio no sentido legal tornou-se puramente propedêutico, e os cursos técnicos obrigatoriamente separados passaram a ser ofertados nas formas concomitante e subsequente
2004	Decreto 5.154/04 Busca uma abordagem educacional integrada, destinada a superar a dicotomia entre cultura geral e cultura técnica
2008	Lei 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

### 2.3 O CÂMPUS AVANÇADO JAGUARÃO

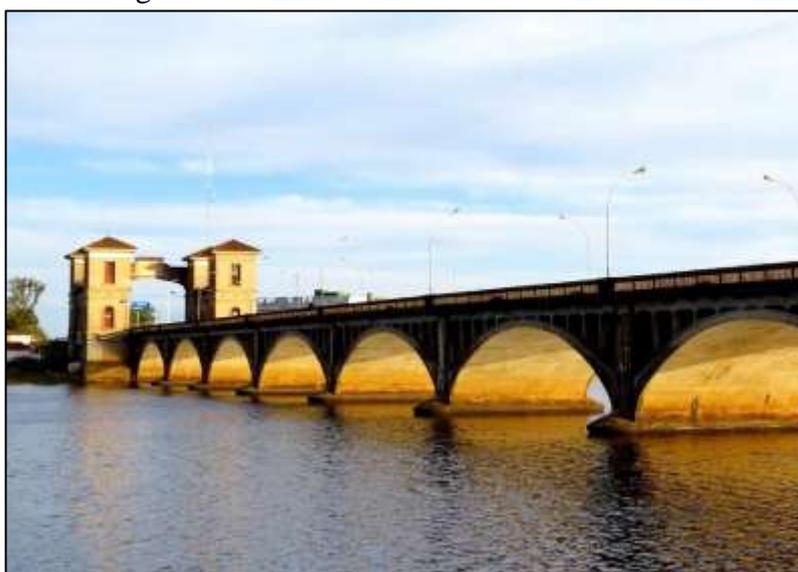
A expansão da rede entre 2003 e 2014 possibilitou o processo de interiorização dos IFs. e em 2014 o IFSUL trouxe aos jovens do município de Jaguarão/RS a possibilidade de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, anteriormente ofertada apenas no município de Pelotas/RS, a uma distância de 143,6 km, sendo a sede do IF. A interiorização deu origem ao Câmpus Avançado Jaguarão, que oportunizou também a implantação de um campus de ensino binacional, na fronteira Jaguarão/Rio Branco. Câmpus Avançado Jaguarão, localizado na zona periférica da cidade, a Rua Corredor das Tropas, 801, no Bairro Bela Vista, no município de Jaguarão/RS. O município de Jaguarão está localizado no extremo sul do país e é fronteiro com o Uruguai, na margem esquerda (norte) do Rio Jaguarão, em frente à cidade uruguaia de Rio Branco. A área do município é de 2.051,845 km<sup>2</sup>, tem aproximadamente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2022, cerca de 26.603 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,707, conforme censo de 2010 (IBGE, 2012). Jaguarão, encontra-se a 396 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul e 409 km de Montevidéu, capital do Uruguai.

Figura 2 – Localização Geográfica do Município de Jaguarão/RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguarão (2022)

Figura 3 – Ponte Internacional Barão de Mauá



Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguarão (2022)

Localizado o Campus em região de fronteira com o Uruguai, considerando-se no Campus a proposta de binacionalidade, organizou-se o projeto estratégico: “Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai”, que objetiva fortalecer a binacionalidade do Câmpus Avançado Jaguarão e contribuir com ações de internacionalização institucional.

O Câmpus Avançado Jaguarão do IFSul teve seus fundamentos nos anseios da comunidade local de contar com uma escola de ensino médio que permitisse o acesso dos jovens e adultos à formação técnico-profissional, formação que historicamente tinha que ser procurada fora da cidade. Neste sentido, desde 2010, a comunidade começou a se articular, realizando audiências públicas e reuniões junto à Reitoria do IFSUL, deste modo, consolidou-se a

perspectiva da implantação de um campus em Jaguarão. O empreendimento concretizou-se com a doação, por parte da Prefeitura de Jaguarão, de um terreno no Corredor das Tropas e um prédio na proximidade do Cais do Porto. Em janeiro de 2014 foi autorizado o funcionamento, nomeando-se os primeiros servidores em funções no novo campus. No primeiro semestre do ano de 2014, iniciaram-se os cursos dentro do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e, em quatro de agosto de 2014, em espaços cedidos pela UNIPAMPA, na gestão do diretor do Campus professor Maurício Aires Vieira, aconteceu a primeira aula do curso de Técnico em Edificações, na modalidade subsequente, destinado a alunos que tinham o ensino médio concluído e buscavam a formação técnica. Este curso, foi realizado em cooperação com a Direção General de Educação Técnica e Profissional/Universidade do Trabalho do Uruguai (DGETP/UTU), juntamente à Escola do Trabalho de Rio Branco/Uruguai e, portanto, de caráter binacional, tendo suas turmas compostas por alunos uruguaios e brasileiros, o curso foi oferecido no IFSUL na modalidade presencial e com duração de dois anos. O processo de ingresso se deu através de vestibular, com 32 vagas, divididas igualmente para os dois países. Como contrapartida, neste mesmo caráter de curso binacional, a UTU/ Rio Branco ofertou o curso de Técnico em Agricultura, na modalidade técnico terciário. Este, realizado na UTU na modalidade presencial e com duração de dois anos, teve oferta de vagas na mesma proporção a alunos brasileiros e uruguaios. Para este curso o preenchimento das vagas se deu em lista de inscrições. Sendo o número de candidatos maior que o número de inscrições, foi realizado sorteio das vagas. Em caso de não preenchimento por parte de uma das instituições, as vagas remanescentes poderiam ser preenchidas por alunos da outra instituição. Conforme já mencionado, os campi avançados, traziam na sua proposta de interiorização de ensino, ofertar cursos técnicos na modalidade subsequente. Segundo o diretor que participou da implantação do campus no município este era o propósito da instituição na época. No entanto, atendendo às expectativas da população que primava também pelo ensino médio, considerou-se a oferta de ensino médio integrado.

Em fevereiro de 2015 iniciaram-se as aulas do Curso Técnico de Edificações, na modalidade integrado, sem caráter binacional. A modalidade com duração de quatro anos onde os estudantes cursaram o ensino médio e o curso técnicos juntos, com ingresso em processo de vestibular ofertou 32 vagas, A oferta se deu nos turnos da manhã e tarde.

Em outubro de 2015 deu-se início à construção do prédio definitivo no terreno do Corredor das Tropas nº 801, obra concluída em fevereiro de 2017 e atual sede do Campus.

Em agosto de 2016 aconteceu a primeira formatura do Curso Binacional de Técnico em Edificações. No ano de 2018, iniciou-se o Curso Técnico em Informática para Internet, na

modalidade integrado, com oferta de 32 vagas, em turno vespertino, em processo de vestibular. Neste mesmo ano a UTU, colocou mais uma oferta de curso binacional, passando a oferecer o Curso de Secretariado Executivo Bilíngue. Para as ofertas dos cursos binacionais ambos precisam de aprovação em suas instâncias responsáveis pelos processos através das propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs). No IFSUL os cursos necessitam atender o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), de nível médio, e cumprir a carga horária estabelecida para os mesmos. Em relação às matrículas dos cursos binacionais, cada instituição é responsável pela matrícula de todos os ingressantes. Após, as matrículas são encaminhadas aos registros acadêmicos, as documentações para a realização do cadastro em sua instituição. Em relação a certificação, cada instituição realiza o procedimento de acordo com os cursos que oferta. Para a emissão do diploma a tramitação acontece em seu país e depois tramita para as assinaturas da instituição parceira.

Figura 4 – Câmpus Avançado Jaguarão



Fonte: IFSUL Câmpus Jaguarão (2022)

A publicação do Diário Oficial da União (DOU), Seção I, N° 253, página 84, através da Portaria N° 1.074 de 31 de dezembro de 2014, autoriza o funcionamento do Câmpus Avançado Jaguarão. O Regimento Interno (RI), do Câmpus Avançado Jaguarão, aprovado pela Resolução CONSUP N° 150/2017 e alterado pelas Resoluções CONSUP N° 56/2019 e N° 162/2022, estabelece os objetivos, a estrutura, as finalidades e as atribuições do Câmpus Avançado Jaguarão do IFSUL. De acordo com o Capítulo 1, dos Objetivos:

Art. 3º, " O Câmpus Avançado Jaguarão tem por objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, **prioritariamente no âmbito binacional**, segundo as diretrizes, regulamentações e normas homologadas e estabelecidas pelo Conselho Superior e pela Reitoria (IFSUL, 2017, p. 3, grifo próprio).

Nos quadros abaixo, apresentam-se o número de servidores, infraestrutura e laboratórios que compõem os espaços físicos do Campus.

Quadro 4 – Número de servidores

Professores Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT)	23
Técnicos Administrativos em educação (TAEs)	11
Colaboradores	11
Total	45

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Quadro 5 – Infraestrutura física e Laboratórios do Câmpus

LOCAL	Nº
Salas de aula	3
Instalações Hidrossanitárias	6
Instalações Hidrossanitárias com acessibilidade	4
Sala de professores	1
Salas administrativas	7
Sala de estudos	1
Biblioteca	1
Miniauditório	1
Copa de servidores e estudantes	1
Laboratório de Informática	2
Laboratório de Desenho Técnico	1
Laboratório de Ciências	1
Laboratório de Práticas de Construção	1
Laboratório de Solos e Materiais de Construção	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O Câmpus Avançado Jaguarão possui em sua infraestrutura as condições de acessibilidade de atendimento para o recebimento de alunos com necessidades específicas, observando os quesitos da legislação vigente, tais como piso tátil e rampas de acesso. No seu Plano de Oferta de Vagas (POV) de 2023, dispôs de 32 vagas para os cursos de Técnico em Edificações e 32 vagas para o curso Técnico em Informática para Internet na modalidade Integrado. No subsequente, a POV ofertou 16 vagas para brasileiros e 16 vagas para uruguaios,

nos cursos de Edificações e Secretariado Bilíngue. Após o período de pandemia onde houve uma perda significativa de cerca de 30 % de alunos, devido ao descompasso do calendário acadêmico diante das instituições de ensino do estado e município, no ano de 2022, o número de vagas ofertadas e matrículas realizadas atingiu 90% do percentual de oferta. A saber, estudantes brasileiros e uruguaios podem participar do processo de concessão de auxílios ofertados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), compreendendo os seguintes auxílios: alimentação, moradia e transporte, concedidos através de edital específico e estudo socioeconômico.

### **2.3.1 O curso Técnico em Edificações e a Oferta Binacional**

A escolha do curso técnico como foco para a realização do projeto de pesquisa foi fundamentada em suas características e seu potencial para promover reflexões significativas sobre a binacionalidade e a internacionalização. O curso, por sua natureza binacional, apresentou os subsídios necessários para debater as dinâmicas de integração entre Brasil e Uruguai, atendendo às especificidades e desafios de uma formação técnica que atenda as especificidades da fronteira.

A formalização do início do curso Técnico em Edificações - forma subsequente, incluindo a aprovação de seu projeto pedagógico e a organização curricular necessária para seu funcionamento, incluiu:

- a) A Portaria nº 1230/2014, assinada em 30 de abril, que autoriza o funcionamento do curso Técnico em Edificações - forma subsequente, no Câmpus Avançado Jaguarão, desde agosto de 2014.
- b) A Resolução nº 97/2013, de 6 de dezembro, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Edificações (PPC).
- c) Posteriormente, a Resolução nº 30/2014, que aprova, para o Curso Técnico em Edificações – forma subsequente, com vigência a partir do segundo semestre letivo de 2014: a complementação do PPC nos itens 9.2 ao 11, os programas das disciplinas do 1º período letivo e a matriz curricular.

A primeira turma do curso técnico em edificações na modalidade subsequente/binacional teve início em 2014/2, com a oferta de 16 vagas para estudantes brasileiros e 16 vagas para estudantes uruguaios. O curso de nível técnico, oferecido no turno da noite, na modalidade presencial, com regime semestral, confere o título de Técnico em Edificações ao final de sua conclusão. A carga horária total do curso compreendeu 1380 horas,

distribuídas ao longo de quatro semestres com estágio não obrigatório e as vagas para o curso oferecidas semestralmente.

De acordo com o PPC, sua proposta pedagógica considerou:

A proposta pedagógica do Curso de Edificações dimana de três elementos construtivos que a alicerçam, a saber: Os dados macroeconômicos e sócias que emergem do estudo do arranjo produtivo local; a manifestação do interesse da comunidade de Jaguarão e Microrregião por meio de pesquisas, audiências públicas e a expressão direta de entidades de classe e do poder público (Municípios) e, finalmente, aspectos que fazem à necessidade de oferta de educação técnico-profissional na fronteira em caráter binacional. (IFSUL, 2013, p. 6)

De acordo com os objetivos do PPC, o curso buscou propiciar uma formação profissional crítica e contextualizada qualificando o Técnico para atuar na área da construção civil, suprimindo as necessidades de desenvolvimento do Brasil e do Uruguai. O egresso deve possuir competências para atuar em ambos os países, seja em empresas públicas ou privadas de construção civil, escritórios de projetos, canteiros de obras, indústrias da construção civil, ou de forma autônoma. Assim, se evidencia desde os objetivos do curso a questão da binacionalidade com a expressão de competências para atuação em ambos os países, fator evidenciado durante o decorrer desta pesquisa.

Ao longo de sua trajetória, o curso passou por alterações na sua oferta. A partir de 2020/1, a estrutura do curso foi modificada para um formato anual, com uma carga horária de 1500 horas e duração de 2 anos. Durante este período, houve reformulações no PPC e na matriz curricular, com o objetivo de integrar disciplinas técnicas e propedêuticas.

Para as reformulações no PPC, sempre são consideradas a posição dos docentes e discentes envolvidos no curso. Esses debates ocorreram em reuniões pedagógicas e de curso, além de capacitações e estudos de casos de outros campus e instituições. A partir de 2015, esta pesquisadora passou a integrar a equipe responsável pelas discussões sobre as reformulações e alterações da proposta inicial do curso. Durante esse período, notou-se uma preocupação evidente em todos os grupos de debate sobre a formação para atuação em ambos os países, Brasil e Uruguai. Foi observado que os profissionais e docentes do curso, sendo brasileiros, não possuíam a formação necessária para ensinar conteúdos específicos sobre a atuação dos egressos no Uruguai.

Para suprir essa lacuna, foram propostas atividades e projetos visando uma maior aproximação e integração entre os dois contextos. No entanto, até o momento, não existe uma proposta oficial que atenda de forma eficaz tanto os docentes quanto os alunos do curso. Com

o objetivo de encontrar uma solução mais concreta e efetiva, a pesquisadora propôs a realização de um curso específico, que será detalhado em um capítulo posterior.

Figura 5 - Diploma Binacional



Fonte: Registro acadêmico – Campus Jaguarão, 2024.

#### 2.4 PARCERIA DAS INSTITUIÇÕES IFSUL E UTU: A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DAS DUAS NAÇÕES BRASIL E URUGUAI

O IFSUL e a DGETP, trazem uma trajetória de parceria de longa data. O início da parceria se deu ainda em 2006 com o então CEFET e o CETP/UTU em reunião realizada em Montevideu, através do Ministério das Relações Exteriores. De acordo com Dinis e Mello (2015), o projeto “Escolas de Educação Profissional na Fronteira”, de 2006, foi a primeira ação proposta, prevendo a criação de cursos técnicos binacionais nas regiões limítrofes entre dois países. A primeira experiência contou com o apoio e fomento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). No ano de 2007, o reitor do IFSUL, o embaixador do Brasil no Uruguai e o diretor-geral do CETP/UTU, assinaram um acordo de formalização da parceria, contemplando novas ações de intercâmbio interinstitucional.

A primeira Ata de Entendimento entre as duas instituições, também foi assinada em 2007. O documento consolidou-se como um convênio para as atividades desenvolvidas em conjunto. Assim, diversas ações em parceria aconteceram no período de 2007 a 2009, tais como: cursos de qualificação profissional, intercâmbio, visitas técnicas e construção de projetos

conjuntos. As capacitações foram ofertadas em forma de seminários, palestras, oficinas e treinamentos envolvendo docentes, gestores da UTU e gestores públicos de diversas cidades de fronteira (IFSUL, 2011).

Ainda, segundo Dinis e Mello (2015, p. 15), no ano de 2009, incentivados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e a partir de um diagnóstico de demandas laborais realizadas pelo Observatório do Mundo do Trabalho Regional Sul, iniciaram-se as tratativas dos primeiros cursos técnicos binacionais. Para a cidade de Sant’Ana do Livramento definiu-se um curso no eixo da informação e comunicação e para Rivera um curso na área de meio ambiente. A segunda ata de entendimento foi assinada em maio de 2010. No ano de 2014 começaram as atividades do Campus IFSUL Jaguarão trazendo mais uma possibilidade de oferta de cursos binacionais na fronteira. Para cada novo curso binacional oferecido nesta parceria, um novo adendo é assinado entre ambas as partes e anexado ao documento principal os diplomas binacionais são reconhecidos em sua origem pelas duas nacionalidades. A parceria entre o IFSUL e o DGETP se estabelece como referência para os demais Institutos Federais na diplomação binacional de estudantes de dois países de fronteira.

O Brasil e o Uruguai possuem uma longa história de relações bilaterais. Essas relações objetivam fortalecer a integração política entre as duas nações vizinhas. Os dois países firmaram acordos de cooperação em diversas áreas, abrangendo temas como defesa, ciência, tecnologia, energia, transporte fluvial, pesca, entre outros.

De acordo com Cavalcanti (1976), citado por Dorneles (2022):

As entidades binacionais têm o propósito de efetivar a cooperação entre duas nações e se fundamentam em acordos estabelecidos entre os governos dos países envolvidos definindo as regras de direitos entre as partes”. Assim, constituem-se como uma política de integração e cooperação entre países para buscar o desenvolvimento socioeconômico das suas regiões, como exemplo destes acordos pode-se citar a binacionalização do ensino. (p. 34)

Na área da educação, três acordos foram fundamentais para a oferta dos cursos binacionais. Eles contam com os elementos legais de amparo à oferta na modalidade binacional:

- a) O Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica (junho de 1975) – assinado pelos governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, comprometeram-se a elaborar e executar programas e projetos de cooperação científica e técnica em comum acordo, incluindo a realização de

projetos de pesquisa, seminários, conferências e programas de estágio, entre outras formas de colaboração (Brasil, 1975).

- b) O Acordo de Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios (agosto de 2002) – permite que os residentes da região de fronteira tenham permissão de residência, trabalho e acesso a estabelecimentos de ensino público e privados na localidade vizinha, desde que possuam o Documento Especial Fronteiriço (Brasil, 2004b).
- c) O Acordo de Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços (abril de 2005) - objetiva promover a qualificação e formação profissional, visando à inclusão social da população fronteiriça e fortalecendo o processo de integração por meio da educação. O acordo prevê que em cada curso oferecido, os candidatos de cada país têm direito a cinquenta por cento do total de vagas (Brasil, 2015).

Além dos acordos, o Decreto nº 8.455, de 20 de maio de 2015 (Brasil, 2015), promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços, firmado em 1º de abril de 2005. O decreto em questão, ao promulgar este acordo, estabelece as bases legais para a implementação e operacionalização das escolas e institutos binacionais e o credenciamento dos cursos técnicos binacionais e define como responsabilidade dos envolvidos os procedimentos de gestão e critérios de funcionamento das instituições e cursos.

A criação de escolas e institutos binacionais busca fortalecer a integração entre as regiões de fronteira do Brasil e Uruguai, por meio da educação profissional e técnica com o propósito de oferecer uma formação de qualidade, atender as demandas e necessidades locais e contribuir para o fortalecimento socioeconômico das regiões fronteiriças.

## 2.5 O CONCEITO CENTRAL DA PESQUISA: A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E OS PRESSUPOSTOS PARA A BINACIONALIDADE DO ENSINO

Antecedente aos avanços tecnológicos da atualidade a internacionalização encontra sua origem no século XII, a partir das primeiras universidades europeias e dos movimentos migratórios de intelectuais que se deslocavam de seu território nacional em busca de formação universitária em outra nação (De Wit, 2001). Até o século XX, a internacionalização esteve

associada à mobilidade acadêmica. Este conceito foi expandido quando surgiram outros tipos de atividades estratégicas no âmbito das universidades, a fim de promover inovação curricular, fomentar pesquisas científicas à nível global e qualificar o corpo docente e discente.

No Brasil, a internacionalização da educação teve seu início e desenvolvimento a partir da década de 90, em um contexto de globalização crescente e avanços tecnológicos que possibilitaram maior conectividade entre as instituições de ensino em todo o mundo.

Quando se trata da internacionalização é necessário compreender sua relação com programas interculturais que trazem objetivos educacionais e visam a promoção coletiva de conhecimentos. Neste sentido, Dalle (2004) argumenta que a internacionalização envolve reestruturar a educação e transformá-la em um produto do mercado global por meio de ações. As ações compreendem a mobilidade acadêmica, acordos de cooperação entre instituições internacionais, cursos de idiomas e políticas públicas que garantam acesso dos cidadãos a instituições acadêmicas estrangeiras. Trata-se de integrar ações internacionais às atividades acadêmicas de uma instituição.

A UNESCO, no que se refere a importância da internacionalização, aponta elementos fundamentais ao desenvolvimento de uma identidade coletiva, e ressalta os seguintes aspectos:

O desenvolvimento de potencial para uma identidade coletiva que transcenda as diferenças culturais, religiosas, étnicas; conhecimento profundo sobre questões globais e valores universais como justiça, igualdade, dignidade e respeito; desenvolvimento de habilidades cognitivas para pensar de forma crítica, sistêmica e criativa e habilidades não cognitivas, incluindo habilidades sociais como empatia e resolução de conflitos capacidades para agir de forma colaborativa e responsável, buscando soluções globais para desafios globais, bem como lutar pelo bem coletivo. (UNESCO, 2015, p. 9)

De acordo com Mueller (2013, p. 24), “a internacionalização surge em decorrência da globalização e se dá por meio da criação de políticas e estratégias institucionais que possibilitam a interação internacional de novos atores sociais baseados no domínio do conhecimento”. Assim, considera-se que para o sucesso do processo de internacionalização é necessário que sejam implementadas políticas de internacionalização bem estruturadas e que apresentem com clareza as razões institucionais ao assumir o compromisso.

De acordo com Castro e Cabral Neto (2012), a internacionalização abrange uma variedade de conceitos, tais como: dimensão internacional, educação internacional, internacionalização da educação superior, educação internacional, cooperação internacional, educação transacional e educação sem fronteiras.

A educação tem o importante papel de formação para a cidadania; a internacionalização tem a função de promover a circulação de conhecimentos tecnológicos e científicos; os IFs têm a função de ofertar educação profissional e tecnológica como meio para a transformação social. Estes, conectados a expansão da Rede de Institutos Federais que concebeu a implantação de campus em cidades interioranas, dando origem ao Campus na cidade de Jaguarão.

A internacionalização da educação e a binacionalidade do ensino de fronteira são estratégias distintas que buscam fomentar o intercâmbio educacional entre países, mas cada uma delas tem características e objetivos específicos.

A internacionalização da educação é um processo abrangente que visa estimular a colaboração entre instituições de ensino e facilitar o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores entre diferentes países. Esse conceito inclui uma variedade de iniciativas, como programas de ensino acadêmico, colaborações entre universidades e a troca de conhecimento e experiências educacionais em escala global. O objetivo principal é aprimorar a formação dos participantes, proporcionando-lhes a oportunidade de vivenciar diferentes culturas, abordagens pedagógicas e perspectivas acadêmicas.

Por outro lado, a binacionalidade do ensino de fronteira concentra-se em regiões específicas, geralmente localizadas em áreas limítrofes entre dois países. Nesse contexto, são desenvolvidas ações e projetos que atendem a necessidades e interesses específicos das comunidades que vivem em regiões fronteiriças. A binacionalização busca resolver questões que envolvem dois países simultaneamente, como o reconhecimento mútuo de diplomas, a oferta de cursos que atendem demandas econômicas e culturais locais, e a promoção de um ensino específico para realidades compartilhadas por ambos os lados da fronteira. Assim, a binacionalidade do ensino é mais focada e direcionada, beneficiando diretamente a política de fronteira.

A internacionalização, vista como base para a binacionalidade, inclui os conceitos de globalização e glocalização. A globalização é o processo de integração e interconexão entre países, sociedades e economias ao redor do mundo, impulsionado pelos avanços nas tecnologias de comunicação, transporte e comércio. Essa comunicação, que se intensifica desde o final do século XV, permite o acesso rápido e dinâmico a informações e eventos de diversas partes do mundo, proporcionando uma interação mais ágil entre diferentes culturas.

A glocalização é um conceito mais recente, que combina as palavras “global” e “local” para descrever as interações multiculturais entre marcas, pessoas e instituições. A glocalização objetiva promover a internacionalização sem perder de vista a valorização das características

locais. Trata-se de globalizar, mantendo o que torna cada cultura única. Em outras palavras, ampliar a visão de mundo para uma perspectiva global, mas ainda considerar a importância dos costumes e tradições culturais de uma localidade específica.

No contexto desta ação de intervenção, o conceito de glocalidade é considerado a partir da combinação de fatores fronteirços, como questões de língua, câmbio, cultura e educação. Esse conceito reflete a interação entre as tendências globais e as características locais, ou seja, enquanto aspectos globais, como políticas econômicas e influências culturais externas, exercem seu impacto, as particularidades regionais, como tradições, práticas educacionais e o uso de uma língua específica, também permanecem relevantes. Dessa forma, a glocalidade promove uma fusão entre o global e o local, criando um espaço onde essas duas dimensões coexistem e se complementam.

### **2.5.1 A internacionalização da educação superior**

O artigo 43 da Lei nº 9.394/96, estabelece as finalidades da Educação Superior:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (Brasil, 1996, n.p.)

No que se refere aos conceitos de internacionalização da educação superior há uma variedade de termos relacionados à palavra internacionalização da Educação Superior, De Wit (2002) cita termos mais genéricos, mais específicos e concretos, bem como termos relacionados ao currículo. Entre os primeiros, elenca: educação internacional, estudos internacionais, internacionalismo, educação transnacional e globalização da Educação

Superior. Entre os segundos: mobilidade acadêmica, cooperação internacional, estudos no exterior e intercâmbio internacional. Entre os terceiros: educação multicultural, educação intercultural, educação transcultural, educação para o entendimento internacional, educação para a paz, educação global, estudos transnacionais, estudos globais.

A internacionalização da educação superior refere-se ao processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global nos objetivos, funções e fornecimento da educação superior. Esse processo é visto como essencial para preparar estudantes para um mundo cada vez mais globalizado, onde habilidades interculturais e uma compreensão global são fundamentais.

De acordo com Thiesen (2021), há um foco significativo na internacionalização da educação superior, termo que frequentemente se refere à internacionalização das universidades. Muitos estudos exploram conceitos relacionados, como as várias dimensões da internacionalização, sua importância acadêmica, política e econômica, o impacto na pesquisa, a promoção da mobilidade estudantil e docente, além das concepções e avaliações externas abrangentes. A busca por resultados acadêmicos internacionais é fundamental, trazendo benefícios em termos de perfil institucional e acadêmico (Thiesen, 2021).

Conforme Knight (2004), a internacionalização da educação superior é um processo que leva à integração da dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementações do ensino superior.

A internacionalização na educação superior é apontada por diversos estudos, com enfoques que apresentam e diversificam sua área de conhecimento e conta com uma extensa produção científica, apontada como um movimento macro pela potência de seus discursos e alta receptividade institucional e política encontrada nos sistemas educativos nacionais. Os pilares da Educação Superior no Brasil são a expansão, a inclusão e a qualidade. A importância das Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras é devidamente apresentada no Plano Nacional de Ensino (PNE) de 2014-2024, no qual destaca-se principalmente as universidades e os grupos de pesquisa. Em relação ao ensino superior, o PNE prevê em suas metas 12, 13, 14: “elevar a taxa de matrícula na educação superior” (Brasil, 2014, p. 73), “elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior” (Brasil, 2014, p. 74).

Leask (2015, p. 27 apud Morosini, 2019), no Guia para a Internacionalização Universitária, destaca diferentes estratégias para a promoção da internacionalização universitária e define as suas características:

A internacionalização transfronteiriça é a que ocorre por mobilidade, seja *out* (saída de pessoas) ou *in* (receber pessoas). Consiste em todas as formas de educação superior realizadas, presencialmente, além das fronteiras do país. Pode incluir a mobilidade de estudantes, professores e técnicos. São processos que envolvem o deslocamento físico de acadêmicos de uma instituição de origem para uma outra, no estrangeiro, com a finalidade de aprimorar a sua formação (MINEDUCACION, 2015, p. 15). [...]

A internacionalização integral – a *comprehensive*, é conceituada como: um compromisso, confirmado através da ação, para infundir perspectivas internacionais e comparativas através do ensino, da pesquisa e das missões de serviço na educação superior. (HUDZIK, 2011). Para implantar um modelo de internacionalização integral não há uma fórmula única que seja aplicada em todos os contextos universitários. Cada IES, a partir de sua missão e cultura institucional definirá as metas e prioridades, a partir de um planejamento que deverá envolver a participação de toda a comunidade universitária, promovendo um movimento de co-responsabilidade institucional. [...]

A internacionalização do Currículo (IoC) é uma forma mais recente. Conceituada como a incorporação de dimensões internacionais, interculturais e/ou globais no conteúdo do currículo, bem como nos resultados da aprendizagem, tarefas de avaliação, métodos de ensino e serviços de apoio de um programa de estudo (p. 18-21).

Morosini (2019), destaca a mobilidade acadêmica ou internacionalização transfronteiriça como a estratégia mais usual. A mobilidade, seja *out* (saída de pessoas) ou *in* (receber pessoas), inclui a mobilidade de estudantes, professores e técnicos de forma presencial e envolve o deslocamento físico de acadêmicos da uma instituição de origem para uma outra no estrangeiro, com a finalidade de aprimorar a sua formação. A abordagem da internacionalização integral envolve a promoção da colaboração global em todas as áreas do conhecimento, transcendendo as fronteiras geográficas e incorporando a dimensão global em todas as políticas e práticas educacionais. A IoC (Internacionalização do Currículo) é considerada uma abordagem mais nova e busca incorporar dimensões internacionais, interculturais e/ou globais nos conteúdos e nas práticas de ensino.

Com a atual demanda global há uma crescente em relação ao setor educacional que precisa capacitar cidadãos com criticidade e comprometimento para atuar num mundo cada vez mais globalizado, multicultural e interdependente. Nesta direção, observa-se que há diferentes abordagens e estratégias relacionadas à internacionalização. Essas diferentes abordagens e conceitos demonstram a complexidade e a diversidade de internacionalização do ensino com enfoque específico para promover a colaboração, a interculturalidade e a compreensão global no campo educacional. A internacionalização coloca-se num cenário de possibilidades de adquirir novos conhecimentos e experiências diversas.

### 2.5.2 A internacionalização da educação básica no Brasil

A educação deve ser vista como o desenvolvimento pleno, visando todos os seus aspectos em um processo integral que busque preparar os indivíduos para o desenvolvimento pleno do exercício da cidadania, com capacidade de participar ativamente na sociedade e contribuir no seu desenvolvimento. Segundo o MEC (2022), a Internacionalização se manifesta na Educação Básica e atua para elevar a qualidade da educação e da escola. Assim, a internacionalização na Educação Básica, busca promover uma formação mais ampla e conectada com as demandas globais. Essa abordagem contribui para elevar a qualidade da educação e das escolas ao integrar práticas, conteúdos e perspectivas internacionais no currículo escolar. Essa integração favorece o desenvolvimento de competências interculturais, o aprendizado de línguas estrangeiras, o estímulo à colaboração entre estudantes de diferentes países e o preparo para uma atuação cidadã em um mundo cada vez mais globalizado. Ao adotar a internacionalização, as escolas passam a oferecer oportunidades que ampliam o horizonte dos estudantes, conectando-os a redes globais de conhecimento e experiências.

O processo de internacionalização na educação básica consiste em ampliar as fronteiras do aprendizado, promovendo a interação e o intercâmbio entre diferentes culturas e sistemas educacionais ao redor do mundo, contribuindo para a formação de cidadãos globais, conscientes e engajados, que tenham condições de se inserir em uma economia global diversificada e tornem-se agentes de mudança para o progresso da sociedade. Segundo Thiesen (2021), na educação básica as discussões relacionadas à internacionalização podem ser consideradas mais recentes, com destaque no âmbito da formulação curricular. Nesta direção, o autor destaca:

Os espaços da Educação Básica, com foco especial sobre questões relacionadas com formulação curricular. A segunda, relacionada de algum modo com a primeira, é a de que esse movimento, que se impõe como solução contemporânea para a educação, em razão de alguns interesses, adota a mesma racionalidade discursiva para ocupar os espaços políticos nos sistemas nacionais e locais. (Thiesen, 2021, p. 19)

Os parâmetros estabelecidos para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil (MEC, 2022), consideram a educação básica o ponto de partida para a internacionalização da educação, sendo ela a origem de todo e qualquer processo educacional. Os parâmetros para a educação básica incorporam o conceito de internacionalização como um processo que integra a perspectiva de abertura para o mundo para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação básica. Esse processo visa promover nos ambientes educacionais transformações

para uma educação de qualidade, enquanto prepara os estudantes e demais atores para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho em níveis local, regional, nacional e internacional. Aponta que a formação do cidadão – cidadãos globais, cosmopolitas e conscientes de seu papel nos âmbitos local e global – deve sempre começar pela base.

Ainda seguindo os parâmetros para a internacionalização da educação básica (MEC, 2022), trata da formação de cidadãos críticos e comprometidos e o papel da internacionalização da educação neste contexto, destaca:

O cenário mundial impõe demandas para o setor educacional no sentido de formar cidadãos críticos e comprometidos com a complexidade das relações estabelecidas pela sociedade contemporânea. Essas relações sinalizam para uma compreensão de mundo que pressupõe a identificação e o respeito às diferentes culturas e a necessidade de atuação num mundo multicultural e interdependente. Conhecer e compreender o mundo e identificar o seu lugar nele requer dos cidadãos o engajamento e o desempenho de um papel ativo em suas comunidades, respeitando os princípios da igualdade, da diversidade e da equidade, com o objetivo de tornar o planeta mais equânime, justo e sustentável. (MEC, 2022, p. 9)

É nesse contexto que a internacionalização da educação se manifesta como meio para preparar os indivíduos para o exercício da cidadania numa perspectiva de compreensão holística, preservando valores universais, desenvolvendo pensamento crítico por meio do diálogo e das interações interculturais. No contexto da internacionalização da educação básica, o posicionamento crítico desenvolve-se por meio da interação entre os conhecimentos locais e regionais, numa via de caminhos múltiplos, direções e formas de internacionalizar. Com a intenção de destacar a importância da internacionalização da educação básica e do desenvolvimento de competências internacionais e interculturais (MEC, 2022).

Os parâmetros têm o papel de orientar as práticas de todos os atores envolvidos no território escolar, objetivando auxiliar na É nesse contexto que a Internacionalização da Educação se manifesta como meio para preparar os indivíduos para o exercício da cidadania numa perspectiva de compreensão holística, preservando valores universais, desenvolvendo pensamento crítico por meio do diálogo e das interações interculturais.

No contexto da internacionalização da educação básica, o posicionamento crítico desenvolve-se por meio da interação entre os conhecimentos locais e regionais, numa via de caminhos múltiplos, direções e formas de internacionalizar. Com a intenção de destacar a importância da internacionalização da educação básica e do desenvolvimento de competências internacionais e interculturais (MEC, 2022). Os parâmetros têm o papel de orientar as práticas de todos os atores envolvidos no território escolar, objetivando auxiliar na reflexão e construção de novas práticas pedagógicas, novas estratégias de ensino e aprendizagem visando o

desenvolvimento de competências internacionais e interculturais. De acordo com os parâmetros nacionais da educação básica, alguns eixos estruturantes sustentam as proposições de internacionalização. Os eixos destacam a educação para a cidadania global (consciência plenária) - capacitação dos estudantes de todas as idades, com valores, conhecimentos e habilidades que se baseiam no respeito e suscitam o respeito por direitos humanos, justiça social, diversidade, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental; a internacionalização integral (para todos) - é central no esforço para garantir que todos os alunos, professores e demais profissionais da educação básica sejam contemplados, em especial aqueles que não têm a oportunidade de estudar ou de vivenciar uma experiência em outro país; a interculturalidade – destaca a troca de experiências, visando nas relações respeitadas e de reconhecimento mútuo, enquanto preserva as diferentes identidades culturais. Nesta proposta pedagógica existe a valorização das relações que promove o reconhecimento de outras culturas, o respeito e a cooperação entre indivíduos distintos; o plurilinguismo - envolve a aquisição e utilização da linguagem, enfatizando tanto os aspectos linguísticos quanto os interculturais em uma sociedade multilíngue que demanda diferentes competências e habilidades de seus membros. Essa abordagem pedagógica se baseia na valorização das relações que promovem o reconhecimento de outras culturas, o respeito mútuo e a cooperação entre diferentes sujeitos. Destaca que espaços plurilíngues e multiculturais, propiciando novas formas de comunicação de engajamento e de participação dos estudantes no mundo social globalizado e plural (MEC, 2022).

Para o desenvolvimento dos processos de internacionalização da educação básica, os parâmetros apresentam referências e orientações que ajudam os professores a compreender os objetivos, razões, planejamento e avaliação das práticas pedagógicas relacionadas à internacionalização. Os parâmetros são ferramentas essenciais para orientar os professores no processo de internacionalização na educação básica, apontando diretrizes para compreender, planejar e avaliar a incorporação de conhecimentos interculturais e globais nas práticas educacionais. Algumas orientações para a utilização dos Parâmetros Nacionais para a internacionalização na educação básica, destacam-se:

Conhecer e aplicar os conceitos de Internacionalização na Educação Básica, especialmente para o desenvolvimento dos estudantes para o exercício da cidadania global e sua qualificação para o trabalho. Utilizar os parâmetros como elementos norteadores para reflexão e melhoria das práticas pedagógicas que colaborem com o desenvolvimento do processo de Internacionalização; Desenvolver estratégias e ações para a aplicação dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica; Adotar os parâmetros no desenvolvimento do currículo escolar, alicerçados nos conceitos de Internacionalização e na promoção da interculturalidade;

Implementar modelos pedagógicos e práticas educativas que contemplem ações de Internacionalização do Currículo; Desenvolver formas de acompanhamento e de monitoramento dos resultados das ações de Internacionalização e os impactos gerados nos estudantes, decorrentes das práticas pedagógicas internacionalizadas; Avaliar o processo de Internacionalização das práticas pedagógicas, com vistas ao melhoramento e redirecionamento, sempre que necessário (MEC, 2022, p. 33-34)

A compreensão dos princípios e fundamentos da internacionalização na educação e a sua aplicação prática no contexto da educação básica inclui a conscientização sobre a importância de desenvolver nas estudantes habilidades para uma cidadania global, preparando-os para atuar em um mundo interconectado e diversificado. Para os educadores os parâmetros devem servir como referência a reflexão de suas práticas de ensino buscando melhorias no processo de internacionalização.

Destaca-se a relevância da internacionalização na educação básica ao enfatizar a preparação dos estudantes para a cidadania global, desenvolvendo habilidades que os capacitam a atuar em um mundo interconectado e diversificado. Quando aplicado a um contexto binacional, como o curso técnico de Edificações na região de fronteira entre Brasil e Uruguai, esse conceito ganha uma dimensão prática e concreta.

Ao contextualizar a internacionalização no curso de edificações, é possível identificar que a formação técnica pode contribuir diretamente para a construção de competências locais – constituindo habilidades que unem uma perspectiva global com ações locais. Na região de fronteira, onde os desafios de integração cultural, social e econômica são evidentes, o curso técnico de edificações assume um papel estratégico. Ele possibilita que os estudantes compreendam as especificidades regionais, como a legislação, os materiais e as práticas construtivas locais, ao mesmo tempo que desenvolvem uma visão global sobre sustentabilidade, inovação e cooperação internacional.

Para os educadores envolvidos no curso, os parâmetros da internacionalização oferecem um referencial importante para reflexão sobre suas práticas de ensino. Eles precisam adaptar conteúdos e metodologias que promovam a interação entre as realidades locais dos dois países e os desafios globais do setor de edificações. Portanto, a combinação da internacionalização, da binacionalidade e das características locais e globais (glocal) no curso técnico de edificações fortalece tanto o desenvolvimento regional quanto a formação de cidadãos aptos a enfrentar as complexidades de um mundo globalizado.

### 2.5.3 A internacionalização na rede federal de ensino

Desde a reorganização da centenária Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REPCT), no final de 2008, e até mesmo em ações desenvolvidas anteriormente à publicação da Lei 11.892, uma série de parcerias com instituições ou organizações internacionais vêm sendo implementadas.

No âmbito dos IFs, a política de relações internacionais está de acordo com o Fórum de Relações Internacionais (FORINTER, 2009), criado em conjunto com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

As Relações Internacionais são essenciais no crescimento institucional e dos cidadãos, especialmente no contexto da educação, onde aspectos científicos e tecnológicos desempenham um papel fundamental. Faz-se de suma importância conhecer experiências de outros países, buscando o diálogo entre culturas, permitindo a compreensão das diferenças, a troca de conhecimentos e o estímulo à solidariedade e à cultura da paz (FORINTER, 2009). O documento norteador da política de internacionalização dos IFs, aponta princípios estabelecidos pelas declarações da Conferência Mundial sobre a Educação Superior da UNESCO, Paris 2009 e Paris 1998, da Conferência Regional de Educação Superior, IESALC-UNESCO, Cartagena de Índias, 2008, pelo Plano do Setor Educativo do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) 2006-2010 e pelo documento Concepção e Diretrizes para os Institutos Federais, SETEC/MEC, 2008. O documento destaca a construção dinâmica e atualizada na elaboração de políticas internacionais de cada instituto, servindo de base para a sua implementação. Assim, as Relações Internacionais apresentam um papel fundamental no desenvolvimento institucional e dos cidadãos, especialmente no contexto educacional, considerando a relevância dos aspectos científicos e tecnológicos.

A política de Relações Internacionais, proposta para a rede federal apresenta os seguintes objetivos:

- Desenvolver gestões articuladas entre os Institutos Federais e a SETEC/MEC, por meio da Assessoria Internacional desta Secretaria de Governo;
- Proporcionar visibilidade às ações dos Institutos Federais, em âmbito nacional e internacional;
- Promover atividades que proporcionem a ampliação dos processos de cooperação e de intercâmbio internacionais dos Institutos Federais, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Estimular a inserção internacional dos Institutos Federais, visando o aperfeiçoamento e a qualificação dos estudantes, professores e técnicos administrativos destas instituições e das instituições parceiras internacionais;
- Promover atividades de relações internacionais sintonizadas com o princípio da educação como um bem público;

- Promover eventos para possibilitar o debate e o aperfeiçoamento da política internacional das instituições de ensino técnico e tecnológico;
- Promover a realização de cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais dos Institutos Federais;
- Debater e apresentar idéias, projetos, programas e ações que contribuam para o desenvolvimento das unidades responsáveis pelas relações internacionais dos Institutos;
- Buscar mecanismos para disseminar a visão internacional no âmbito das instituições de ensino profissional e tecnológico, de maneira que o processo de internacionalização seja uma atividade que inclua, além da cooperação e do intercâmbio, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa;
- Conhecer e divulgar diferentes práticas de políticas públicas da Educação Profissional e Tecnológica, além de outras culturas e idiomas (FORINTER, 2009, p. 4).

Os objetivos apontados neste documento em primeiro momento primam desenvolver uma gestão de cooperação e integração dos IFs com a assessoria internacional do MEC, para fortalecer a atuação internacional. Apresenta nos seus propósitos fomentar e expandir as oportunidades de cooperação e intercâmbio dos IFs e instituições estrangeiras, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Destaca a importância da realização de atividades de relações internacionais articulada ao princípio da educação como um bem público. Dá a devida importância a questão específica da política internacional dos IFs, colocando a promoção de eventos, cursos e oficinas como espaços de debate para aprimorar a política e capacitar os profissionais envolvidos nas relações internacionais dos IFs.

A política de internacionalização da rede federal aponta 4 princípios norteadores que se propõem a expandir a cooperação científica e tecnológica, ampliando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidos. São eles:

Internacionalização como intercâmbio de conhecimentos e aprimoramento de estudantes, professores e técnicos administrativos - Os Institutos Federais devem desenvolver a cooperação científica e tecnológica no sentido de ampliar a qualidade da pesquisa. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia sempre ocorreu no âmbito da cooperação internacional. [...] Internacionalização como estratégia de desenvolvimento - O processo de internacionalização das instituições de educação, ciência e tecnologia repercute no desenvolvimento econômico, político, social e cultural dos países envolvidos. [...] Internacionalização como promoção da solidariedade entre os países - A cooperação internacional necessita estar baseada em solidariedade e respeito mútuo, e na promoção de valores humanísticos e diálogos interculturais, sendo constantemente encorajada. As instituições de educação profissional e tecnológica possuem a responsabilidade social de auxiliar na diminuição da lacuna de desenvolvimento, aumentando a transferência de conhecimentos, especialmente com países menos desenvolvidos, trabalhando para encontrar soluções para promover a mobilidade acadêmica e diminuir o impacto negativo da fuga de cérebros. Redes e parcerias internacionais ajudam a promover o entendimento mútuo, bem como uma cultura da paz. [...] Internacionalização como difusão das atividades dos Institutos Federais - Os Institutos Federais estão ligados a uma determinada área geográfica, mas também estão comprometidos com projetos e programas mais amplos. Faz-se necessário dar visibilidade às atividades dos

Institutos. Neste sentido, é preciso estabelecer o vínculo entre o local e o global. É necessário que as ações conduzam à construção de um sentimento global, a partir de uma identidade de pertencimento territorial. Os projetos locais geram conhecimentos no seu território, a serviço do mundo. A partir da transferência de conhecimentos, gera-se desenvolvimento econômico e social. Portanto, a política de relações internacionais dos IFs necessita ter desdobramentos concretos, tanto locais como regionais, aprofundando, verticalizando e expandindo as suas ações. A cooperação internacional dos Institutos deve gerar benefícios para todas as partes, por meio da criação de mecanismos transparentes, com o propósito de socializar as ações (FORINTER, 2009, p. 4-5).

A política de internacionalização na rede federal proporciona e viabiliza avanços no contexto educacional. Ao promover a cooperação científica e tecnológica fortalece o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e novas práticas educacionais. Esta possibilidade de acesso a conhecimentos e práticas inovadoras, podem ser aplicadas e aprimorar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A internacionalização deve contemplar os objetivos institucionais e as demandas da sociedade. A prática da internacionalização, promovida através de ações, contribui no desenvolvimento da formação humana em todas as dimensões, ao propiciar a aquisição de conhecimento intelectual, social, cultural e técnico, promovendo a troca de experiências e saberes na comunidade escolar envolvida.

Segundo Coelho (2018, p. 9), “entender o processo de internacionalização nas instituições de nosso país é compreender o papel da Rede Federal de maneira globalizada, podendo transformar a realidade dos nossos alunos por meio da educação, ciência, tecnologia e da cultura”.

Ainda, segundo a autora:

A internacionalização é um processo que visa possibilitar a aquisição de conhecimentos e experiências” diversas que vão além das fronteiras geográficas e linguísticas, por meio do diálogo entre culturas e da compreensão das diferenças, aspectos que permitem ampliar a visibilidade e a competitividade, assim como as formas de cooperação e mobilidade, no âmbito internacional. (Coelho, 2018, p. 12)

No contexto da internacionalização da educação considera-se a sua importância e desenvolvimento no âmbito da educação tendo seu início na educação superior a partir desta permeando as outras esferas. A internacionalização é um movimento macro com objetivos e perspectivas amplas e abrangentes.

Dessa forma, a internacionalização desempenha um papel de destaque no campo da educação, trazendo uma série de benefícios e oportunidades. Ela envolve a abertura de fronteiras acadêmicas, o intercâmbio de conhecimentos e a colaboração entre instituições de diferentes países.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O capítulo a seguir refere-se a metodologia da pesquisa e intervenção que conduziram o trabalho. Para a organização do texto, optou-se por dividi-lo em subtítulos referente a temática do método empregado e a intervenção, sendo eles: a) Contextualização da pesquisa-ação, b) Fases e cronograma da pesquisa-ação c) Contextualização da realidade do campo de pesquisa; d) Identificação dos participantes do estudo; e) Técnicas utilizadas para obtenção dos dados.

#### 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO

Esta pesquisa tem como procedimento de investigação a pesquisa-ação. Para realizar este trabalho se optou pela pesquisa-ação que segundo Brandão (1981), articula a produção de conhecimento com a ação educativa. A pesquisa-ação, ao tempo que explora e gera conhecimentos sobre a realidade a ser estudada; também, promove um processo educativo para enfrentar essa realidade. Segundo o autor, este tipo de pesquisa qualitativa também é chamado de pesquisa participante, pesquisa participativa ou pesquisa-ação participativa.

De acordo com Tripp (2005, p. 455), a pesquisa-ação deve ser vista como um método que combina investigação científica com ação prática, enfatiza que a pesquisa-ação segue um ciclo iterativo de planejamento, ação, observação e reflexão. Este ciclo permite que pesquisadores colaborem com os participantes para resolver problemas reais e melhorar práticas em contextos específicos. Assim, no sentido de contribuir na resolução de problemas reais, na prática optou-se pela pesquisa-ação, no contexto de explorar a binacionalidade.

Esta pesquisa, compreendida no contexto do campus e motivada pela atividade exercida pela pesquisadora visa explorar a binacionalidade a partir de demandas não atendidas no curso técnico em edificações na modalidade subsequente caracterizado com a oferta binacional pois atende alunos brasileiros e uruguaios. O curso com a finalidade principal de oferta binacional realiza ações que contemplam sua caracterização como feiras, eventos, palestras, oferta de vagas proporcionais para ambos os países dentre outras atividades. No entanto, existe uma lacuna em relação a alguns temas específicos voltados a conteúdos que deveriam estar apresentados para os alunos uruguaios.

Estes conteúdos estão relacionados à construção civil no Uruguai, em aspectos de legislação, patrimônio, elétrica e instalações hidráulicas. Estes temas fazem parte do exercício da atividade profissional dos alunos e egressos do curso, porém não são ofertados até o

momento. A análise dessas questões foi essencial para avaliar possíveis mudanças e melhorar a situação atual.

Identificada a situação problemática da falta de conhecimentos necessários para a formação integral dos alunos quanto a sua habilitação, a qual se buscou pertinência para solucionar, realizou-se a exploração do tema, o planejamento para a elaboração e execução da proposta no intuito de obter-se nos resultados novos conhecimentos, para a realidade atual.

De acordo com Thiollent (2011), a pesquisa-ação é uma modalidade de pesquisa social empírica realizada em estreita colaboração com uma ação ou resolução de um problema coletivo, envolvendo cooperativamente pesquisadores e participantes representativos do problema. Ainda segundo o autor, a pesquisa-ação é um método que revela questões sociais, educacionais e técnicas através de procedimentos que combinam conhecimento e ação e permite a extração de novos conhecimentos a partir da ação prática. A pesquisa-ação se orienta para a resolução de problemas, visando transformar situações concretas. A base empírica do método está ancorada em situações reais e na intervenção comprometida com a solução dos problemas.

De acordo com Tripp (2005), a pesquisa foi dividida em três etapas: exploratória, desenvolvimento e avaliação da eficácia. A primeira etapa, a “exploratória”, no contexto do problema investigado no IFSul – Campus Jaguarão, envolveu a proximidade com o campo de pesquisa. Foi realizada a primeira reunião que contou com os cinco docentes da área técnica do curso, com o propósito de gerar ideias sobre o tema da pesquisa, identificar questões-chave, hipóteses preliminares e avaliar o interesse deles na participação do projeto, dois docentes demonstram interesse em participar da ação. Na sequência passou-se a pensar o projeto junto aos docentes interessados. Aqui também se realizou uma reunião com a participação de membros da UTU para apresentação da proposta e sua intenção onde solicitou se a participação de docentes uruguaios para compor a equipe e dar suas contribuições.

De acordo com Moura e Lima (2014) uma roda de conversa apresenta um ambiente propício ao diálogo onde todos se sentem à vontade para partilhar e escutar, assim a pesquisadora considerou a reunião no contexto definido pelos autores como este espaço. O propósito de interação e diálogo intencionou dar início sobre os primeiros diálogos em relação a proposta do projeto levando em consideração a participação ativa e coletiva das instituições em todas as atividades a serem desenvolvidas.

Na etapa exploratória, o objetivo consistiu na exploração do tema/problema de forma mais ampla, para obter uma compreensão preliminar e identificar questões relevantes para a investigação mais aprofundada nas etapas subsequentes. Nesta fase, a diretora do Campus e dois docentes da área técnica, que demonstraram interesse nas questões binacionais, colocaram-

se como participantes do projeto. Esses docentes estão frequentemente envolvidos em atividades e iniciativas voltadas para o fortalecimento da identidade binacional do Câmpus na região fronteiriça.

Durante a fase exploratória do projeto, também foram realizadas reuniões com o comitê pedagógico, com o diretor de assuntos internacionais e com representantes do outro campus binacional do IFSUL de Santana do Livramento. A realização de uma Missão Internacional foi parte importante da fase exploratória do projeto, na intenção de ampliar o vínculo com a instituição parceira, entender melhor o contexto local, estabelecer relações pessoais e profissionais com os colaboradores e explorar as condições e recursos disponíveis. A fase exploratória permitiu a troca de ideias, a obtenção de informações qualitativas e a validação preliminar de conceitos, contribuindo para estabelecer uma base sólida para as etapas seguintes.

Na segunda etapa da pesquisa, denominada "desenvolvimento", planejou-se a elaboração do projeto. A composição da equipe também incluiu dois representantes da Reitoria: DETE (Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias) e CPTE (Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais), além de estudantes bolsistas e voluntários.

Para desenvolver essa etapa, referente à construção do projeto estratégico, foi realizada uma reunião com o grupo de participantes envolvidos até aquele momento. O objetivo foi realizar um estudo preliminar das ementas do curso e das demandas conhecidas para, a partir dessas informações, organizar um cronograma com as áreas que deveriam ser abordadas. O grupo evidenciou a necessidade de tratar de temas voltados às normativas, legislação, restauro, instalações elétricas e hidráulicas da construção civil do Uruguai. Nesta etapa considerou-se necessário ter o projeto estratégico delineado para posteriormente convidar a equipe da instituição parceira para fazer parte.

Dando continuidade, realizou-se a primeira reunião com a instituição parceira UTU, na qual estavam presentes a *adscripta* dos assuntos binacionais, a direção de assuntos internacionais e a direção da escola. O projeto foi apresentado à equipe, enfatizando-se a importância da construção e participação coletiva, considerando que a ação teve como objetivo atender à demanda principal e fortalecer o vínculo entre as instituições. Solicitou-se à equipe da UTU que organizasse, junto ao seu corpo docente, professores interessados em participar voluntariamente do projeto, com o objetivo de, em conjunto com a equipe docente do IFSUL, organizar as ementas do curso.

A reunião seguinte, com a inclusão de dois docentes uruguaios da área de construção civil, teve como objetivo apresentar o projeto estratégico em elaboração. O grupo aceitou a

parceria, demonstrando entusiasmo e interesse em contribuir. Constituída a nova equipe passou-se a elaborar coletivamente as ações do projeto incluindo as ementas do curso, divisão dos módulos e carga horária para cada disciplina. Realizou-se novas reuniões, que ocorreram quinzenalmente, para atender a demanda e o cronograma estabelecido. Concluída a etapa, finalizou-se a elaboração do projeto estratégico e passou-se ao desenvolvimento de suas ações.

Assim, apresentou-se o projeto estratégico “Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai” (APÊNDICE A), considerado uma ação de desenvolvimento institucional alinhada ao PDI 2020-2024 do IFSul, especificamente ao objetivo estratégico de desenvolver e consolidar relações com organizações públicas, privadas, movimentos sociais, egressas e egressos.

O projeto estratégico propôs a elaboração de um curso MOOC (*Massive Open Online Course*), a ser disponibilizado após todas as etapas concluídas, na plataforma Mundi do IFSul. Mundi é a plataforma de cursos online da instituição para cursos em formato MOOC. A plataforma é uma iniciativa da Reitoria desenvolvida pela CPTE e pelo DETE com o objetivo de oferecer conhecimento a toda a comunidade, tanto acadêmico quanto externo, de forma totalmente gratuita, por meio de cursos 100% *online*, permitindo flexibilidade para estudar onde e quando quiser. Os cursos MOOC são disponibilizados na web para muitas pessoas e, por isso, considerados massivos.

Figura 6 – Página inicial de acesso a Plataforma



Fonte: IFSUL [2023].

Na sequência proposta no projeto esta fase ainda consistiu em elaborar o edital para seleção dos professores conteudistas. Assim, o grupo aqui composto pela equipe do IFSUL e

da UTU elaborou o edital que selecionou os professores conteudistas. Selecionados os docentes uruguaios passou-se a produção dos conteúdos que consistirão em videoaulas. Neste momento iniciou-se o trabalho junto a equipe da CPTE para orientar os docentes quanto a produção dos conteúdos. Concomitantemente a pesquisadora junto a equipe da CPTE passou a elaborar o edital<sup>4</sup> para a seleção de bolsistas para a equipe técnica do projeto, ou seja, para os profissionais que iriam tratar os dados fornecidos pelos docentes com o acompanhamento da equipe técnica da CPTE. A equipe selecionada contou com um Design Instrucional, um Design Gráfico e Digital, um editor de hipermídias e um tradutor e intérprete de libras. Também foram selecionados alunos bolsistas, alunos voluntários e uma revisora pedagógica voluntária. A estratégia deste projeto incluiu o engajamento de estudantes, tanto bolsistas quanto voluntários, na elaboração do curso. A construção colaborativa, envolveu os alunos do Câmpus junto a docentes brasileiros e uruguaios na definição dos conteúdos a serem produzidos. A abordagem dos conteúdos, definição dos roteiros e participação em cada cena foram debatidos e definidos colaborativamente por docentes e estudantes, assegurando uma linguagem adequada ao público-alvo, que são os docentes, alunos, egressos e profissionais que atuam na área.

Essa abordagem de produção de conteúdo do curso se baseou em uma das metodologias ativas: a instrução por pares, conforme descrito por Bacich e Moran (2018). Segundo os autores, metodologias ativas são estratégias de ensino que colocam os estudantes no centro do processo de aprendizagem, de forma flexível, interconectada e híbrida (Bacich; Moran, 2018). Ou seja, enquanto os estudantes participam da construção do curso, eles também estão se instruindo sobre o conteúdo, e ao debaterem sobre as formas de apresentá-lo, estão ensinando uns aos outros.

Por fim, para a etapa de avaliação do trabalho será utilizado o indicador de acompanhamento do projeto. Este indicador monitorará as ações propostas ao longo do projeto por meio de reuniões regulares da equipe. Ao final de cada atividade planejada, essas reuniões permitiram uma análise detalhada do progresso, identificação de desafios e ajustes necessários para garantir o alcance dos objetivos estabelecidos. O indicador não apenas avaliou o impacto do projeto, mas também forneceu dados para ajustes contínuos e melhorias ao longo do processo, assegurando a eficácia e o sucesso da iniciativa no contexto educacional e estratégico proposto.

---

<sup>4</sup> O acesso ao edital FAIFSUL n.º 111/2024, para seleção de bolsistas, pode ser realizado através do link <<https://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/2953-edital-faifsul-111-2024>>.

Ao longo das etapas e momentos da pesquisa, foi adotado o Diário de Bordo como instrumento fundamental de registro. Segundo Fiorentini e Lorenzato (2006, p. 118), o Diário de Bordo é reconhecido como um dos instrumentos mais eficazes para coleta de informações, permitindo o registro de observações detalhadas sobre o ambiente, pessoas, cenários, episódios e diálogos. A pesquisadora utilizou o Diário de Bordo para registrar de forma atenciosa todas as reuniões e encontros que ocorreram durante o período da pesquisa. Esta prática possibilitou documentar os eventos e discussões realizadas, além de capturar percepções, insights e nuances que surgiram durante os momentos de interação e colaboração. No diário de bordo foram registrados os apontamentos considerados mais importantes das reuniões que aconteceram durante toda a estruturação do projeto.

Para garantir o registro dos diálogos durante as reuniões entre os participantes, foi utilizado o recurso de gravação de áudio. O recurso serviu para destacar as interações, e posteriormente, selecionar e analisar as informações mais pertinentes relacionadas à pesquisa.

### 3.2 FASES DA PESQUISA E SEUS INSTRUMENTOS

A geração de dados foi fundamentada na pesquisa-ação com o objetivo de fortalecer a vocação binacional do campus e contribuir com os objetivos e metas da instituição, promovendo ações que fortaleçam os processos de internacionalização conforme a política institucional.

Quadro 6 – Fases da pesquisa

(continua)

FASES DA PESQUISA	INSTRUMENTO DE PESQUISA PARA OBTENÇÃO DE DADOS
Fase Exploratória (dezembro de 2023 a fevereiro de 2024)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento teórico sobre os elementos que envolvem a pesquisa: aproximação com o campo de pesquisa e a realização de um levantamento de dados pertinentes ao tema de estudo;</li> <li>• Reuniões pedagógicas, de curso e da comissão pedagógica local: objetivo de obter informações e engajar os profissionais na proposta do projeto;</li> <li>• Missão internacional: objetivo de fortalecer o vínculo das instituições parceiras e debater questões relacionadas a binacionalidade do Campus;</li> <li>• Diário de bordo: anotar todas as informações consideradas pertinentes para contribuir na pesquisa;</li> <li>• Gravação de áudio: evidenciar as conversas mais relevantes.</li> </ul>
Fase de Desenvolvimento (março de 2024 a outubro de 2024)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões pedagógicas, de curso e comitê pedagógico: apresentar a proposta do projeto estratégico e engajar colaboradores à pesquisa;</li> <li>• Construção da proposta de trabalho: Propor projeto estratégico e organizar com os participantes o planejamento e execução do projeto;</li> <li>• Diário de bordo: anotar novas percepções que surgirem no decorrer do trabalho;</li> <li>• Gravação de áudio: evidenciar as conversas mais relevantes.</li> </ul>

(conclusão)

Fase Avaliativa (março de 2024 a novembro de 2024)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reuniões avaliativas: aconteceram no decorrer de todo o processo;</li><li>• Feedback do trabalho realizado aos participantes;</li><li>• Tratamento dos dados obtidos;</li><li>• Sistematização dos resultados na forma do relatório crítico-reflexivo.</li></ul>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

## 4 RESULTADOS DA PESQUISA

No capítulo a seguir, refere-se à intervenção, o projeto e a obtenção dos dados. Para organização do texto, optou-se por dividi-lo em subtítulos referente ao resultado e debate dos dados, são eles: a) Intervenção institucional; b) Descrição do projeto na pesquisa-ação; c) Obtenção dos dados; d) Resultados.

### 4.1 INTERVENÇÃO NO IFSUL CÂMPUS AVANÇADO JAGUARÃO

A pesquisadora, enquanto parte da gestão do campus, participou ativamente de processos que evidenciam questões binacionais. Ela esteve envolvida em encontros, reuniões e comitês que discutiam as questões na fronteira do IFSUL, promovidos entre o IFSUL e a UTU. Diante dessas atividades, a pesquisadora vislumbrou a possibilidade de ações que pudessem preencher a lacuna existente no campus em relação à formação dos alunos do curso técnico em edificações na modalidade subsequente objetivando atender ambos os países e fortalecer institucionalmente o campus nesse aspecto.

A participação em atividades organizadas por um grupo de trabalho chamado Comissão Pedagógica Local, criada em 2012 com o início dos primeiros cursos binacionais e oficializados em 2013, tornou-se responsável pelo acompanhamento local desses cursos, pelas decisões e ações cotidianas relacionadas ao andamento das atividades, pelo acompanhamento dos alunos e pela realização de ações conjuntas na fronteira, como fóruns, semanas acadêmicas e formaturas. A Comissão é composta pelos diretores das escolas de fronteira, chefias de ensino, coordenadores de curso, avaliadores binacionais e outros convidados eventualmente. As reuniões ocorrem, alternadamente de um lado da fronteira para o outro, e encaminham regularmente as diretrizes pertinentes ao comitê binacional, colaborando com sua especificidade. Esse grupo de trabalho tem como objetivo abordar temas gerais que envolvem ambas as instituições de fronteira e seus parceiros, discutir temas específicos de cada unidade, compartilhar experiências e conhecimentos, identificar demandas e buscar soluções para questões pertinentes as demandas binacionais.

A importância desse grupo de trabalho é destacada por sua capacidade de expor coletivamente os propósitos da binacionalidade dos campi e articular ações que fortaleçam essa política de maneira institucional, promovendo atividades eficazes. Embora a pesquisadora tenha participado de diversas atividades relacionadas à questão binacional, ela ainda não havia concretizado uma solução para a demanda referente ao curso. Durante sua trajetória, várias

atividades foram realizadas para suprir a lacuna, mas nenhuma delas conseguiu atender de forma permanente e contínua os docentes, egressos e alunos que ingressam na instituição. Até o momento de sua qualificação de mestrado, a pesquisadora tinha consciência da situação e a intenção de transformar essa realidade, mas ainda não havia implementado nada de forma concreta e eficaz. Assim, seu objetivo era debater de forma mais articulada às questões da binacionalidade no campus junto aos docentes, visando um maior engajamento em relação a essas questões.

Então, a intervenção aqui apresentada se refere ao propor um produto, o curso MOOC, intitulado Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai, com os sujeitos da pesquisa (equipe gestora das instituições, docentes brasileiros e uruguaios, equipe técnica e discentes), em que a pesquisadora participou ativamente, contribuindo com suas informações, formações e debates.

#### 4.2 DESCRIÇÃO DO PROJETO NA PESQUISA-AÇÃO – O PROJETO ESTRATÉGICO: NORMATIVAS E LEGISLAÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO URUGUAI

A pesquisa-ação caracterizou-se pela participação ativa da pesquisadora em todas as etapas do processo, desde as reuniões iniciais até a concretização do curso MOOC, produzido pela equipe constituída de ambos os países, envolvendo ações de cooperação binacional. Destaca-se que a pesquisadora acompanhou de perto e contribuiu em todas as fases do projeto, incluindo: a solicitação de recursos financeiros, a elaboração do conteúdo pedagógico, a estruturação dos módulos, a seleção da equipe, definição de estratégias de avaliação, além de promover revisões e ajustes em todas as fases sempre que necessário.

##### 4.2.1 Missão Internacional Punta del Este/Uruguai

Em uma missão internacional realizada em Punta del Este, Uruguai, no dia 27 de julho de 2023, a diretora e a pesquisadora, como parte da equipe gestora do campus, acompanhadas do Reitor da Instituição participaram de um encontro onde surgiu a primeira intenção de realizar o projeto. No entanto, essa intenção foi discutida de maneira informal e não fez parte da pauta oficial da reunião (APÊNDICE B). Em pauta estava a integração na construção dos PPCs dos cursos binacionais, apresentada pela pesquisadora, a diretora do campus e a direção da UTU. Na reunião a pesquisadora, acompanhada dos diretores explicaram que na atual metodologia de avaliação das instituições, os projetos de cursos são avaliados apenas pela instituição

proponente, mas desejam que a parceria comece na concepção dos cursos integrando-se em todas as etapas para atender às especificidades de ambos os países. Para contribuir na pauta, o diretor do Campus Santana do Livramento sugeriu a necessidade de preparar os docentes para trabalhar com um plano de curso binacional. Ele propôs que pequenas revisões dos cursos sejam feitas pelas instituições de forma independente, mas que grandes mudanças sejam trabalhadas conjuntamente. Ainda foi mencionado por outra participante que, nos anos de 2011, 2012 e 2013, houve uma construção conjunta do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Edificações, mas que as atualizações subsequentes podem ter prejudicado essa colaboração inicial. Ela sugeriu a realização de seminários organizados pela UTU para abordar temas importantes que não estão sendo tratados atualmente, e recomendou que esses seminários também sejam oferecidos a estudantes egressos.

Na ocasião, diversos temas relacionados às questões binacionais foram discutidos, como transporte, transformação educativa do Uruguai, emissão e assinatura de diplomas, e a formação e integração dos cursos binacionais. Novamente, foram apontadas possibilidades de ações voltadas à permanência e êxito dos estudantes brasileiros no Uruguai e dos uruguaios no Brasil, ao seguimento dos egressos e à importância de se trabalhar a binacionalidade com os docentes dos cursos.

Figura 7 – Registros da missão realizada em Punta del Este



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023).

Durante a viagem, em conversa com o Diretor do Departamento de Educação e Novas Tecnologias (DETE), a pesquisadora mencionou a intenção de promover um projeto que incluísse componentes uruguaios no currículo e enfatizou que o projeto não deveria ser voltado especificamente para um único grupo, mas sim para atender diversos grupos sempre que houvesse novos ingressos na instituição. Dessa forma, o projeto poderia ser gravado e

disponibilizado conforme necessário. Inicialmente, o projeto seria concebido como uma ação de ensino destinada a alunos e docentes da instituição. O diretor reconheceu a importância da iniciativa, colocou a equipe do Departamento à disposição para contribuir na proposta e sugeriu a possibilidade de inserir o projeto na plataforma virtual da instituição. Ele recomendou que a pesquisadora, então chefe do DEPEX, realizasse uma conversa inicial com o Reitor sobre o tema.

Dada a oportunidade durante a viagem, a pesquisadora falou sobre o tema com o Reitor, destacando a importância da formação integral dos alunos para atuarem como profissionais em ambos os países e a capacitação dos docentes do Campus. Propôs que o projeto fosse realizado com a participação de profissionais/docentes uruguaios, ressaltando que essa colaboração ajudaria a aproximar ainda mais as instituições parceiras e consolidar a binacionalidade do Campus na fronteira.

O Reitor demonstrou interesse na proposta e solicitou que a demanda fosse enviada por e-mail. Ele mencionou que, a partir dessa solicitação formal, avaliaria a possibilidade de disponibilizar recursos financeiros para sua execução. Assim, na data de 21 de agosto de 2023 foi enviado ao Reitor da instituição e ao diretor do DETE o primeiro e-mail evidenciando a proposta. O e-mail enviado com o tema "Projeto Binacional do Campus Jaguarão ", destacou que:

[...] o curso de Edificações na modalidade subsequente conta com a oferta binacional e a formação profissional dos docentes que atuam no curso de edificações (engenheiros e arquitetos) não abarca as leis, normas e regulamentos vigentes no Uruguai. No entanto, a formação binacional dos estudantes, considera que se offerte, durante a formação, o estudo das regulamentações de ambos os países em que poderão vir a atuar os egressos. Levando-se em consideração, que apesar da proximidade fronteiriça, a estrutura do sistema educacional do Uruguai possui diferenças e peculiaridades que tornam ainda mais complexa a oferta binacional de formação profissional, a equipe gestora atual do Câmpus entende como necessária a estruturação de uma ação institucional e permanente que proveja aos docentes e discentes que aqui tem suas atividades, os conhecimentos técnicos específicos do país parceiro. Para isso, está construindo-se uma estratégia de ação que atenderá, acredite-se, a demanda apresentada. Tal estratégia apresenta-se na proposição de um curso modular, apoiados em materiais digitais, todos através de vídeo aulas com língua espanhola, com legendas em português e tradução em libras. Cada módulo inclui, além das videoaulas, atividades organizadas de acordo com os conteúdos interativos, bem como avaliações para consolidar o aprendizado. O curso prevê a oferta aos docentes, como forma complementar a sua formação, e aos egressos e discentes, durante o seu curso ou após. (Xavier, 2023, n.p.)

O e-mail teve retorno na mesma data de envio no qual o Reitor manifestou que a proposta poderia contribuir de forma significativa na integração com a UTU/Rio Branco além de agregar ao curso contribuições significativas. Também, solicitou o envio da previsão

orçamentária do projeto para ver as possibilidades de concretização dele. Na previsão da proposta, o projeto apresentou a solicitação de recursos financeiros para bolsistas nas seguintes áreas: professores conteudistas, design instrucional, design gráfico e digital, editor de hipermídias e intérprete de libras. O Reitor demandou que a previsão orçamentaria fosse apresentada à Pró-reitoria de Administração e Planejamento (PROAP), apontando a necessidade dos recursos para a execução da proposta. A tramitação de apresentação e solicitação do recurso ocorreu via processo eletrônico no Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP), no qual são tramitados os processos institucionais onde houve uma breve explanação do propósito do projeto e a apresentação dos recursos necessários. Para se chegar aos valores necessários realizou-se o levantamento de valores pagos aos profissionais nas áreas demandadas. A previsão orçamentária foi aprovada com a disponibilização do recurso financeiro para executar o projeto conforme APÊNDICE C.

#### 4.2.2 A definição da ação enquanto projeto estratégico

Disponibilizado o recurso financeiro para a execução da proposta de projeto, a fase seguinte consistiu em tratativas com as Pró-reitorias da Instituição para apresentação e possibilidade de execução. A proposta do projeto seguiu a trajetória:

Quadro 7 – Trajetória percorrida para a proposta do projeto

<b>PRÓ-REITORIA OU DIRETORIA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA</b>	<b>PÚBLICO-ALVO</b>	<b>CONSIDERAÇÕES EM RELAÇÃO À PROPOSTA</b>	<b>SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTOS</b>
Pró-reitoria de Ensino (PROEN)	Projeto intencionava contemplar alunos e professores do Campus	Consideraram de grande relevância a proposta	Abranger uma comunidade maior
Pró-reitoria de Extensão (PROEX)	O projeto atenderia alunos, professores e egressos	Consideraram de grande relevância a proposta, considerando a relevância institucional do projeto.	Para caracterizar-se como extensão a proposta não podia se restringir a públicos específicos, como intencionado. Indicação de registro enquanto proposta estratégica.
Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI)	O projeto pode atender alunos, docentes, egressos e profissionais da área	Consideraram de grande relevância a proposta, entendendo que atende ao PDI vigente e contempla ações de desenvolvimento institucional	Caracterizado enquanto projeto estratégico

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com o objetivo de propor o projeto inicialmente aos alunos matriculados e aos docentes que atuam no Câmpus, a intenção foi oferecê-lo como um projeto de ensino, visando atender esta comunidade escolar. Segundo o regulamento dos projetos de ensino do IFSul, no Art. 1º, são caracterizados:

Os projetos de ensino são atividades temporárias de desenvolvimento educacional que visam à reflexão e à melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem nos cursos/áreas. Os projetos de ensino se caracterizam pelo desenvolvimento de atividades complementares e de aprofundamento ao currículo do curso, sob responsabilidade e orientação de docente ou técnico-administrativo e destinam-se à comunidade discente do IFSul, podendo se desenvolver de forma multicampi. (IFSUL, 2016, p. 2).

Considerando os projetos de ensino fundamentais para proporcionarem atividades complementares e de novos conhecimentos ao currículo, incentivar a participação ativa dos alunos, enriquecer a experiência acadêmica e ampliar as oportunidades de aprendizado, considerou-se a realização do projeto para a proposta do curso. Ao apresentar a proposta à Pró-reitoria de Ensino, o Pró-reitor e a equipe, considerando a importância para o desenvolvimento institucional e a promoção da binacionalidade do Câmpus, sugeriram que o projeto tivesse uma abrangência maior em relação ao público-alvo e indicaram que fosse executado como um projeto de extensão.

De acordo com a orientação da Pró-reitoria de Ensino, o projeto foi apresentado à Pró-reitoria de Extensão, aqui com a intenção de abranger alunos, docentes e egressos do curso. O regulamento que rege as propostas de extensão do IFSUL destaca:

Art. 2º A “Extensão” é definida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico, através do qual os Institutos poderão proceder à difusão, à socialização e à democratização do conhecimento acadêmico e tecnológico produzido e existente, com as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho e assim estabelecer uma inter-relação dialógica e transformadora, promovendo a troca de saberes, visando à solidariedade e o desenvolvimento humano, socioeconômico, ambiental e cultural sustentável, local e regional. (IFSUL, 2020, p. 2).

O processo extensionista tem como objetivo compartilhar, socializar e tornar acessível o conhecimento acadêmico e tecnológico produzido, por meio de atividades que promovem a aprendizagem, ações que valorizam e difundem a cultura, e iniciativas que visam a melhoria da qualidade de vida da sociedade, além da disseminação do conhecimento científico. O projeto em destaque apresentou características para ser considerado extensionista, mas, como ação de extensão, não pode ser restrito a um público específico, devendo atender a comunidade de forma ampla e inclusiva. Considerando sua abrangência e a intenção do curso de complementar

aprendizagens para um público mais definido, a apresentação como extensão não seria viável. Na ocasião, a Pró-reitora de extensão destacou a relevância do projeto e sugeriu apresentá-lo à DDI, já que ele contribuiria para a política de desenvolvimento da instituição por meio de uma ação estratégica.

Apresentado à DDI e definido como um projeto estratégico, a próxima etapa incluiu a elaboração do projeto alinhando-se ao PDI 2020-2024 do IFSUL, refletindo a missão, os valores e as diretrizes pedagógicas que guiarão as ações, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas da instituição. O projeto apresentou como objetivo estratégico desenvolver e consolidar relações com organizações públicas, privadas, movimentos sociais e egressos.

A proposta do projeto consistiu em desenvolver um curso MOOC para atender a demandas imediatas, como as de egressos recentes e atuais docentes, além de atender necessidades de médio e longo prazos para futuros egressos e profissionais da região fronteiriça. Devido à abrangência e especificidade do conteúdo, o curso foi organizado em módulos que poderão ser cursados em sequência. De maneira mais ampla, o projeto busca fortalecer o campus na região de fronteira e promover a internacionalização, que é parte da política institucional. O projeto estratégico, detalhado no APÊNDICE A, foi desenvolvido por uma equipe do IFSUL em parceria com a UTU. O projeto contou com um cronograma (ANEXO A), que abarcou diversas atividades de gerenciamento que se estenderam de dezembro de 2023 a novembro de 2024 e contou com as seguintes etapas, acompanhadas pela pesquisadora.

- 1) **Coordenação do projeto:** Esta fase começou em dezembro de 2023 e se estende até novembro de 2024, garantindo que todas as etapas do projeto sejam realizadas. A pesquisadora na coordenação do projeto participou de toda a fase.
- 2) **Participação de docentes da instituição no projeto:** Esta fase visou a apresentação da proposta de trabalho e a inclusão de docentes da área técnica do curso no projeto. A pesquisadora propôs e participou de reunião realizada.
- 3) **Coordenação com a UTU:** Esta fase teve como objetivo apresentar o projeto a UTU e foi crucial para o envolvimento e comunicação contínua com a instituição parceira. A pesquisadora propôs e participou de todas as reuniões realizadas.
- 4) **Participação de docentes voluntários nas áreas técnicas da UTU:** Esta fase visou a inclusão dos docentes uruguaios com interesse na temática e de contribuir com suas especializações na organização do currículo do projeto e elaboração das ementas. A pesquisadora apresentou a proposta do projeto e participou das reuniões na qual foram definidos os conteúdos a serem trabalhados.

- 5) **Seleção de docentes conteudistas uruguaios:** Através de edital específico foram selecionados docentes uruguaios para abordar os conteúdos previamente definidos, assegurando a inclusão de especialistas da região. A pesquisadora participou da elaboração do edital e membro da equipe de seleção dos docentes.
- 6) **Seleção da equipe técnica:** Através de edital específico foram selecionados profissionais na área de tecnologia da informação com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do curso, garantindo que todos os aspectos técnicos estivessem funcionando adequadamente. Envolvidos na criação de conteúdos digitais, na configuração do ambiente virtual de aprendizagem e a resolução de problemas técnicos que surgiram durante o projeto. O intérprete de libras teve o papel fundamental na inclusão. A pesquisadora participou da elaboração do edital e membro da equipe de seleção dos profissionais técnicos.
- 7) **Seleção de estudantes voluntários:** Visou envolver alunos interessados voluntariamente na participação do projeto.
- 8) **Seleção de tradutores e revisores linguísticos:** Através de edital específico foram selecionados profissionais da área. Teve como função garantir que o conteúdo do curso fosse acessível e de qualidade. Os tradutores foram responsáveis em adaptar o material para espanhol. Já os revisores linguísticos corrigiram erros gramaticais e estilísticos, enquanto os revisores pedagógicos avaliaram a adequação do conteúdo às práticas de ensino, assegurando que o material atendesse aos objetivos educacionais e fosse apropriado para o público-alvo. A pesquisadora participou da elaboração do edital e membro da equipe de seleção dos profissionais.
- 9) **Capacitação da equipe:** A equipe passou por capacitação, focando nas ferramentas e técnicas que foram utilizadas para desenvolver o curso. A pesquisadora participou da capacitação para acompanhar, contribuir e inteirar-se do processo.
- 10) **Reuniões de avaliação do projeto:** Essas reuniões aconteceram mensalmente, para monitorar o progresso e realizar ajustes conforme necessário as quais foram denominadas de Rodas de Conversa.
- 11) **Elaboração do relatório final do projeto:** O relatório final será concluído até novembro de 2024, documentando todas as etapas e resultados do projeto.

O cronograma do projeto prevê a criação do material didático, que, uma vez pronto, será disponibilizado na plataforma MUNDI, assim oferecerá o curso de maneira *online* e gratuita para a comunidade acadêmica e externa.

#### **4.2.3 A Instituição parceira UTU na proposta de realização do projeto**

Considerando a trajetória de parceria entre o IFSUL e a DGETP/UTU, e com o objetivo de fortalecer os laços institucionais, a proposta de oferta do curso foi desenvolvida para que a instituição parceira participasse envolvida em todas as ações planejadas. Assim, com a aprovação do recurso financeiro, foi realizada a primeira reunião para apresentação do projeto e organização das atividades.

Na primeira etapa, foi feita uma retomada do curso de edificações, destacando as normas uruguaias, que são diferentes das brasileiras e não estão incluídas como parte do curso. Além disso, foi apresentada uma proposta para atender essa demanda, com a intenção de capacitar os alunos, egressos, docentes e outros profissionais da área. Solicitou-se a colaboração da instituição parceira para organizar o curso, considerando que os docentes uruguaios, responsáveis pelas disciplinas na UTU, poderiam identificar os conteúdos necessários a serem incluídos nas ementas.

O projeto, considerado de grande relevância pelos participantes da reunião, gerou motivação e entusiasmo para seu desenvolvimento. Na ocasião, a direção da UTU solicitou a formalização dessa colaboração entre as instituições por meio de um documento. A parceria foi oficializada através de um formulário específico que detalhou as atividades propostas, incluindo: identificação dos parceiros, atribuições de cada parte, equipe designada, plano de aplicação dos recursos financeiros e as etapas de execução (APÊNDICE C).

A etapa seguinte envolveu a organização do grupo de trabalho da UTU em conjunto com a equipe do IFSUL para preparar as propostas de ementas que comporiam a matriz curricular do curso. Entre março e junho de 2024, ocorreram reuniões quinzenais para debater e estruturar as ementas. Em seguida, foi elaborado um edital para selecionar os professores responsáveis por ministrar o conteúdo definido nas ementas.

O edital 070/2024<sup>5</sup> foi conduzido pela Fundação Ennio de Jesus Pinheiro Amaral (FAIFSUL), dispôs sobre a seleção de candidatos para a função de Professor(a) Conteudista no

---

<sup>5</sup> Para acesso ao Edital FAIFSUL n.º 070/2024, para seleção de professores conteudistas, pode ser acessado através do link <<https://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/2909-edital-faifsul-70-2024>>.

curso livre “Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai”, na modalidade MOOC, vinculado ao projeto estratégico da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI) do IFSul, aprovada pelo Edital DDI/CGE – N. 01/2023 e financiado por meio do Termo de Convênio 23/2023 com a FAIFSUL.

O processo de seleção foi conduzido por uma comissão designada em portaria pela FAIFSUL, composta por membros do IFSul e da UTU (APÊNDICE D). A comissão incluiu a coordenadora do projeto, dois professores colaboradores do IFSul, a diretora da UTU e um professor da área de Construção da UTU. A seleção foi realizada em duas etapas: análise curricular (1ª fase), de caráter classificatório e eliminatório; e análise da videoaula (2ª fase), também de caráter classificatório e eliminatório. Sendo concluída esta etapa a etapa subsequente consistiu na seleção dos profissionais para a produção dos materiais digitais. Após a conclusão do processo de seleção de todos os profissionais requeridos para o projeto, a próxima fase envolveu a contratação deles e a elaboração do curso. Para garantir que essa etapa fosse realizada da forma mais organizada e colaborativa possível, a pesquisadora passou a agendar reuniões com todos os envolvidos no desenvolvimento do curso.

Os materiais educacionais produzidos pelos professores conteudistas farão parte do acervo do IFSul, podendo ser reutilizados conforme o interesse da administração pública. Para isso, os professores assinaram um termo de cessão de direitos do material produzido ao IFSul e à FAIFSUL.

O curso foi dividido em 4 disciplinas com carga horária total de 40h. A disciplina 1, *Introducción a la Normativas para Construcciones Edificias en Uruguay*, cujo objetivo geral consiste em identificar e aplicar as regulações administrativas e legais em obras de edificação civil a nível nacional e departamental no Uruguai. A carga horária total da disciplina foi de 16 horas, dividida em 4 módulos e composta por 12 unidades distribuídas em videoaulas, cada videoaula com no máximo 15 minutos. Esta disciplina teve como critério para seleção do professor conteudista habilitação em curso superior de Arquitetura ou equivalente no Uruguai, ou curso superior em Arquitetura no Brasil, mas com habilitação e atuação no Uruguai, e com fluência em espanhol.

A disciplina 2, *Introducción a la Normativa de Instalaciones Eléctricas en Uruguay* tem como objetivo conhecer o marco regulatório uruguaio para a eletrificação residencial, bem como os procedimentos e atores envolvidos em uma edificação na solicitação de um novo fornecimento de energia com conexão à rede pública de distribuição. A carga horária total da disciplina foi de 8 horas, dividida em 4 módulos e composta por 7 unidades distribuídas em videoaulas, cada videoaula com no máximo 15 minutos. Esta disciplina teve como critério para

seleção do professor conteudista Curso superior em Engenharia Elétrica ou equivalente no Uruguai, ou Curso superior em Engenharia Elétrica no Brasil, mas com habilitação e atuação profissional no Uruguai, e com fluência em espanhol.

A disciplina 3, *Introducción a la Normativa de Instalaciones Hidrosanitárias en Uruguay*, tem como objetivo identificar e aplicar as normas administrativas e legais de instalações sanitárias em obras de construção civil em nível nacional e departamental no Uruguai. A carga horária total da disciplina foi de 8 horas, dividida em 5 módulos e composta por 24 unidades distribuídas em videoaulas, cada videoaula com no máximo 15 minutos. Esta disciplina teve como critério para seleção do professor conteudista Curso superior em Engenharia Civil ou equivalente no Uruguai, ou técnico Instalador Sanitário egresso da DGETP/UTU ou Curso superior em Engenharia Civil no Brasil, mas com habilitação e atuação profissional no Uruguai, e com fluência em espanhol.

A Disciplina 4, *Introducción a las Normativas de Intervención en Patrimonio en Uruguay* tem como objetivo reconhecer as normas administrativas e legais de intervenção no patrimônio construído no Uruguai. A carga horária total da disciplina foi de 8 horas, dividida em 4 módulos e composta por 12 unidades distribuídas em videoaulas, cada vídeo aula com no máximo 15 minutos. Esta disciplina teve como critério para seleção do professor conteudista Curso superior em Arquitetura ou equivalente no Uruguai, com formação específica na área de Restauro Patrimonial, Curso superior em Arquitetura no Brasil, mas com habilitação e atuação profissional no Uruguai, e com fluência em espanhol e formação específica na área de Restauro Patrimonial.

Aos professores conteudistas coube as atribuições de produzir todos os materiais didáticos, inclusive vídeo aulas, em língua espanhola, auxiliar na adequação da ementa da disciplina e de outros documentos, se necessário, desenvolver o documento de informações da disciplina (conteúdo programático), no modelo fornecido, já no início da produção dos conteúdos e conforme os tópicos estabelecidos no edital, elaborar e entregar os conteúdos (informações gerais da disciplina, roteiros, slides, atividades e videoaulas) e materiais didáticos dos módulos solicitados, no modelo fornecido e no prazo determinado; refazer os materiais didáticos, caso solicitado pela coordenação; ter disponibilidade de tempo para cumprir o cronograma de trabalho estipulado; participar de capacitação específica para o desempenho de sua função; adequar com o auxílio da coordenadora do projeto, da coordenação da área e da coordenação do CPTE os conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizados para o desenvolvimento do curso à linguagem da modalidade a distância e de cursos massivos; disponibilizar e fornecer informações sobre a disciplina, as atividades propostas nos módulos e

os trabalhos realizados; participar das reuniões de planejamento e avaliação do curso; elaborar atividades avaliativas e complementares, com os critérios de correção; desenvolver roteiros para videoaulas; realizar gravações e regravações de videoaulas, gravações de áudio e vídeos instrucionais pertinentes ao planejamento da disciplina; utilizar exclusivamente os aplicativos da plataforma Google Drive para desenvolver os conteúdos e materiais didáticos pelos modelos padronizados disponibilizados pela coordenação e utilizar as plataformas para acompanhamento da produção e para a comunicação com os demais membros da equipe.

Quanto à organização do material, foi desenvolvido um fluxo de trabalho<sup>6</sup> detalhado. Esse fluxo descreve as atividades necessárias, as etapas do processo, os participantes responsáveis por tarefa e a duração prevista para cada fase. Cabe destacar que a pesquisadora participou de todas as fases desenvolvidas propondo reuniões, participando ou acompanhando as atividades em desenvolvimento. Abaixo, apresentamos um quadro que ilustra essas informações de maneira clara e estruturada.

Quadro 8 – Fluxo de trabalho

(continua)

ETAPA	DESCRIÇÃO	PARTICIPANTES	DURAÇÃO
<b>Elaboração de material</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os conteudistas iniciaram o processo de elaboração do material em parceria com as instituições, utilizando os conteúdos previamente elaborados na etapa de elaboração do material</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IFSul</li> <li>UTU</li> <li>CPTE</li> </ul>	4 semanas, concluído sem intercorrências
<b>Treinamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Treinamento dos conteudistas</li> <li>Utilização do Google Drive</li> <li>Aplicativo OBS (gravações)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IFSul</li> <li>CPTE</li> <li>Conteudista/UTU</li> </ul>	1 semana, concluído, porém estendido
<b>Revisão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Material passa por uma revisão por uma comissão de profissionais qualificados para verificar e aprovar o material para próxima etapa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IFSul</li> <li>UTU</li> </ul>	1 semana, concluído sem intercorrências
<b>Designer Gráfico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para todos os materiais audiovisuais, é realizada uma produção gráfica, que consiste em tela de abertura, uso de logo, créditos, além de produção de gráficos, imagens, ilustrações etc. Dependendo da necessidade, é envolvida a equipe de Design Gráfico nesse processo. A produção de slides ou ilustrações mais complexas podem aumentar consideravelmente o tempo dessa etapa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CPTE</li> <li>IFSul</li> </ul>	2 semanas, concluído sem intercorrências
<b>Gravação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tendo necessidade de captura com câmera, é realizada a gravação, que normalmente pode ser realizada em 1 dia para um pequeno vídeo, ou pode levar vários dias para videoaulas semanais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conteudista</li> <li>CPTE</li> <li>IFSul</li> </ul>	1 semana, concluído sem intercorrências

<sup>6</sup> O fluxo de trabalho consiste numa sequência estruturada de processos que são realizados dentro dos departamentos e detalha as rotinas de trabalho descrevendo quais são as etapas a serem percorridas e as atividades que precisam ser cumpridas durante a execução do projeto.

(conclusão)

<b>Edição de Vídeo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O processo de edição consiste em realizar cortes de erros de gravação, ajuste de cor, edição de som, ajuste de enquadramento, adição de materiais gráficos, abertura e créditos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CPTE</li> <li>• IFSul</li> </ul>	1 semana, concluído sem intercorrências
<b>Língua de Sinais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gravação de vídeo de língua de sinais para utilizar no vídeo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolsista de libras</li> <li>• CPTE</li> <li>• IFSul</li> </ul>	1 semana, concluído sem intercorrências
<b>Edição de Vídeo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O vídeo é finalizado, exportado nos formatos necessários, e preparado para a publicação. Garantir que cada vídeo tenha título, descrição e imagem de pré-visualização (thumbnail) são requisitos para a publicação na próxima etapa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CPTE</li> <li>• IFSul</li> </ul>	1 semana, a ser concluído em novembro
<b>Publicação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A equipe publica o vídeo no YouTube oficial da CPTE, e disponibiliza o link de acesso. Caso o material tenha como destino um ambiente virtual de aprendizagem, a equipe de Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação recebe o material para a publicação na plataforma.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CPTE</li> <li>• IFSul</li> </ul>	1 semana, será prorrogado com previsão de publicação em dezembro de 2024

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

É importante ressaltar que todos os documentos gerados durante esse processo foram traduzidos e disponibilizados em português e espanhol, assegurando que a informação estivesse acessível a todos os participantes. As ementas do curso, e seus respectivos conteúdos foram apresentados em espanhol, visto que foram debatidas coletivamente em parceria dos docentes de ambos os países e organizadas na ementa pelos docentes uruguaios.

Figura 8 – Apresentação inicial do curso na plataforma Mundi



Fonte: Arquivo pessoal da Autora (2025)

A fim de garantir o gerenciamento dos recursos junto a FAIFSUL designou-se dois membros em comissão para esta finalidade (APÊNDICE E). Os recursos tiveram o objetivo de contratação dos docentes e equipe técnica para a elaboração do curso.

#### 4.3 OBTENÇÃO DOS DADOS

Este relatório crítico-reflexivo apresenta uma abordagem qualitativa na área da binacionalização do ensino, devido à natureza do problema que se tratou por meio de ação de intervenção. A pesquisa qualitativa, adotada com uma abordagem intervencionista, apresenta uma perspectiva enriquecedora para a compreensão e a transformação de contextos específicos, na intencionalidade de intervir e promover mudanças no cenário apresentado, objetivando melhorias e transformações. A pesquisa qualitativa intervencionista pode realizar uma ampla abordagem de tópicos e questões educacionais, com o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, permitindo a identificação de desafios e a criação de estratégias específicas para enfrentá-los.

Conforme Minayo (2001, p. 7), “a pesquisa qualitativa lida com questões específicas que não podem ser quantificadas. Ela se ocupa de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, abrangendo uma dimensão mais profunda das relações e fenômenos que não se restringem à mera operacionalização de variáveis”.

Para esta pesquisa com a proposta de intervenção, buscou-se a pesquisa bibliográfica como ponto de partida. Para Gil (2002, p. 17) “a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”. Marconi e Lakatos (2021, p. 183) descrevem: “[...] a pesquisa bibliográfica propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica com buscas de referencial para conceituar a internacionalização da educação, tipos e estratégias de internacionalização, a educação técnica profissionalizante, legislação educacional do ensino médio técnico, histórico e acordos do Brasil e Uruguai para a formalização da binacionalidade e enfim, a compreensão de internacionalização e binacionalidade na educação, conforme detalhado anteriormente.

A pesquisa é atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo (Minayo; Gomes, 2012). A pesquisa bibliográfica se refere ao levantamento da bibliografia que

tenha relação com o tema em estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que foi escrito sobre determinado assunto (Marconi; Lakatos, 2021). A pesquisa interventiva parte da prática, com o suporte de uma teoria crítica, permitindo que o conhecimento já seja produzido organicamente sob o crivo da veracidade prática. A pesquisa com caráter de intervenção pedagógica utilizou-se do projeto estratégico para a elaboração e criação do curso MOOC a ser ofertado na plataforma MUNDI, com impacto institucional.

Na intervenção, foram realizadas reuniões/rodas de conversa, pressupondo a problematização, troca de ideias e reflexão para a ação. De acordo Warschauer (2004, p. 16), roda de conversa propicia: “[...] ouvir e se fazer ouvir mutuamente, partilhar sua vivência sem se apropriar da vivência do outro que o escuta, pelos confrontos e conflitos com o outro, pela diferença de ideias e posturas [...]”. Ao criar um ambiente propício para o diálogo e a reflexão, durante as rodas de conversa busca-se promover a exposição de novas propostas para o desenvolvimento de novas possibilidades, no que se refere à binacionalidade no Campus. Considera-se as rodas de conversa uma prática pedagógica eficaz e significativa no contexto educacional com a intenção de promover a troca de ideias, a reflexão e novas estratégias para a solução do problema. As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior. Conversar, nesse sentido, significa compreender com mais profundidade, refletir mais e ponderar, no sentido de compartilhar, como assim partilha Warschauer (2004, p. 179). Algumas vantagens da Roda são a socialização de saberes, implementação a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos, na perspectiva de construir e reconstruir novos conhecimentos sobre a temática que for proposta.

Neste contexto dentre as diversas reuniões que a pesquisadora realizou durante todo o processo da elaboração do projeto serão destacadas as principais reuniões que deram início a pesquisa e fizeram parte da elaboração do projeto estratégico, consideradas neste contexto como Rodas de Conversa.

Para a coleta de dados, a pesquisadora utilizou recursos como registros fotográficos, videogravações e observações, considerando-os elementos fundamentais para a garantia da fidelidade do momento, enriquecendo e qualificando a pesquisa.

Com relação às ações elencadas no projeto e na proposta de intervenção, apresenta-se abaixo a proposta de ação:

Quadro 9 – 1º Roda de Conversa - O papel do Campus Avançado Jaguarão na fronteira – Rio Branco/Uruguai

<b>Ação</b>	O papel institucional do Campus avançado Jaguarão na fronteira.
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Identificar o papel institucional do Campus na fronteira;</li> <li>● Reconhecer a missão e o papel do campus apontados no Regimento Interno;</li> <li>● Propor espaço de troca e reflexão em relação a importância do campus na região de fronteira</li> <li>● Identificar o conhecimento dos docentes em relação aos aspectos do campus no contexto fronteiriço</li> <li>● Reconhecer possíveis participantes na participação do projeto</li> </ul>
<b>Desenvolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Evidenciar a função social do Campus na fronteira com destaque para a prioridade dos cursos de forma binacional;</li> <li>● Roda de conversa sobre a importância do Campus na região de fronteira</li> </ul>
<b>Avaliação</b>	O encontro será considerado satisfatório se houver interesse por parte do grupo em participar de forma ativa no processo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O objetivo inicial dessa reunião foi identificar, junto aos docentes do campus, o reconhecimento que eles tinham sobre o papel do Campus Avançado Jaguarão, localizado na região de fronteira com o Uruguai, e sua importância estratégica tanto no contexto local quanto binacional. A reunião buscou refletir sobre a missão, os desafios e as oportunidades do campus na região de fronteira, com o intuito de entender como os docentes perceberam e se relacionaram com esse contexto.

A roda de conversa foi um espaço no qual os docentes puderam compartilhar suas percepções, experiências e ideias sobre como o campus contribui para o desenvolvimento local e para a integração entre os dois países. Essa troca de ideias foi fundamental para fortalecer a conscientização sobre o impacto do campus e para gerar sugestões que poderiam ser incorporadas às atividades do campus e criar um ambiente de diálogo aberto, onde os docentes se sentissem à vontade para expressar suas opiniões e colaborar na construção de estratégias para fortalecer o papel do campus na fronteira. Reflexões e sugestões levantadas durante a roda de conversa foi registrada como material para as próximas reuniões.

Quadro 10 – 2º Roda de Conversa - A binacionalização do Campus Avançado Jaguarão - proposição do projeto

<b>Ação</b>	Proposição do projeto como ação de fortalecimento da binacionalidade do Câmpus.
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Reconhecer as lacunas existentes no curso binacional</li> <li>● Apresentar a proposta de projeto como ação que atenda a demanda específica do curso</li> <li>● Convidar docentes para participarem do projeto.</li> </ul>
<b>Desenvolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Roda de conversa sobre a atual condição do curso binacional e a proposição do projeto a fim de atender a necessidade atual do curso e receber as considerações, sugestões e ideias para o seu desenvolvimento</li> </ul>
<b>Avaliação</b>	O encontro será considerado satisfatório se houver interesse por parte do grupo em participar de forma ativa no processo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A segunda roda de conversa foi especificamente aos docentes da área técnica do curso de Edificações Subsequente e teve como foco a proposição de um projeto para o fortalecimento da binacionalidade do Campus Avançado Jaguarão, voltado para atender às necessidades do curso binacional oferecido pela instituição.

Inicialmente, foi proposta uma análise da condição atual do curso, na qual os docentes compartilharam suas percepções sobre a realidade binacional. Para dar início ao debate a pesquisadora apresentou as seguintes perguntas aos participantes:

- Participou do PPC vigente?
- O que consideras que deve ser readequado neste momento de estudo da nova proposta?
- O que compreendes em relação a internacionalização?
- O que evidencias de questões de internacionalizadas no PPC atual?

O objetivo foi permitir uma reflexão coletiva sobre os pontos fortes e as dificuldades enfrentadas por alunos e professores nesse modelo de curso, buscando soluções para melhorar a qualidade do processo atual, com o desenvolvimento de ações destinadas a superar as lacunas existentes e aprimorar a integração acadêmica entre as instituições parceiras.

Durante a apresentação detalhada da proposta de projeto, foi explicado como ele deveria preencher as lacunas indicadas. A proposta apresentada para a elaboração do curso foi estruturada para atender às necessidades do curso binacional, com foco na implementação de estratégias que fortalecem a parceria com a instituição parceira na criação de um curso que promova a integração das instituições e o aprimoramento de práticas pedagógicas.

Nessa reunião, dois docentes que demonstraram interesse em atividades binacionais colocaram-se à disposição para integrar a equipe como membros ativos do projeto. Apesar de todos os presentes terem reconhecido a importância do projeto para o curso binacional, os

demais justificaram a impossibilidade de participação direta naquele momento, devido a outras demandas relacionadas ao curso, como o envolvimento em atividades e ações já programadas. Os docentes tiveram espaço para expressar dúvidas, compartilhar ideias e propor ajustes à proposta, fomentando uma construção coletiva e colaborativa.

Ao término da reunião, foi elaborado um resumo dos resultados da roda de conversa, registrando as principais ideias, sugestões e os nomes dos docentes que se dispuseram a participar. Esses resultados foram utilizados como base para planejar os próximos passos do projeto, garantindo que ele fosse construído de forma compatível com as necessidades do campus e da região.

Quadro 11 – 3º Roda de Conversa - Apresentação da proposta do projeto estratégico no Câmpus

<b>Ação</b>	Apresentação da proposta do projeto estratégico
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar aos docentes do Câmpus a proposta do projeto e a sua justificativa</li> </ul>
<b>Desenvolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação da proposta justificando a sua intenção             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Roda de conversa com a proposição do projeto e a importância da ação para o fortalecimento do Câmpus na região</li> </ul> </li> </ul>
<b>Avaliação</b>	O encontro será considerado satisfatório se houver interesse por parte dos docentes em participar de forma ativa da roda de conversa

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Considerando-se nesta etapa que o projeto já tinha definido a equipe de participação e junto a ela realizado as reuniões necessárias para definir as ações e estratégias que fariam parte do projeto se propôs uma roda de conversa para apresentar aos docentes do Câmpus a definição do projeto enquanto estratégico e suas finalidades. O encontro teve início com uma explicação sobre o projeto estratégico, ressaltando sua justificativa e a importância no contexto local e institucional. Com uma exposição detalhada sobre o projeto, foi explicado seu propósito e a forma que ele pretende ser desenvolvido através da proposição do curso MOOC.

A roda de conversa buscou refletir sobre como o projeto se conecta às metas institucionais e contribui para fortalecer o papel do campus na região. Também foi espaço para que os docentes contribuíssem com ideias e percepções que pudessem enriquecer o projeto. Houve participação expressiva dos docentes em manifestar a importância do projeto como ação para preencher as lacunas existentes. Ao final do encontro, foi realizada uma síntese das principais contribuições levantadas durante a roda de conversa. As ideias e sugestões coletadas foram registradas como subsídios para aprimoramento nas etapas subsequentes do projeto.

Quadro 12 – 4º Roda de Conversa - Apresentação da proposta do projeto estratégico a UTU

<b>Ação</b>	Apresentação da proposta do projeto estratégico a instituição parceira
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar a direção da UTU a proposta do projeto estratégico e a justificativa de realização do projeto junto as instituições</li> <li>• Consolidar a parceria das instituições para a executar a proposta</li> </ul>
<b>Desenvolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação da proposta justificando a sua intenção</li> <li>• Roda de conversa com a apresentação do projeto visando apresentar a sua importância para ambas as instituições com a intenção de fortalecer a parceria</li> </ul>
<b>Avaliação</b>	O encontro será considerado satisfatório se houver interesse pela instituição parceira em participar de forma ativa da proposta

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A quarta roda de conversa foi considerada um momento essencial para fortalecer a colaboração entre o Campus Avançado Jaguarão e a UTU. O objetivo principal foi apresentar a proposta de projeto estratégico para instituição parceira, destacando sua relevância para ambas as partes e consolidando a parceria para sua execução. A ação consiste na apresentação formal da proposta à direção da UTU, detalhando seus objetivos, justificativa e as contribuições esperadas da instituição no âmbito da integração binacional, buscando fortalecer o relacionamento entre elas e promover o comprometimento mútuo na implementação do projeto e na realização das ações propostas.

Durante a reunião, foi discutido como a proposta poderia impactar positivamente as duas instituições, fortalecendo a parceria e contribuindo para a qualidade dos cursos binacionais. Foram ouvidas as percepções, sugestões e preocupações da equipe da UTU, o que garantiu que o projeto fosse ajustado para atender às expectativas e necessidades de ambas as instituições. Também foram identificados pontos de colaboração e compromissos preliminares para o desenvolvimento e execução conjunta do projeto. A demonstração de engajamento por parte da instituição parceira foi um indicador-chave de que a parceria estava fortalecida e que o projeto estava alinhado para ser implementado. Essa reunião marcou o fortalecimento da colaboração entre o Campus Avançado Jaguarão e a UTU, permitindo o alinhamento de expectativas, o ajuste da proposta às demandas das instituições e a consolidação da parceria para a realização do projeto estratégico. Na ocasião, a direção da UTU se propôs a complementar a sua equipe com docentes da área pertinente do curso a fim de darem suas contribuições,

Quadro 13 – 5º Roda de Conversa - Participação dos docentes da UTU no projeto estratégico

<b>Ação</b>	Apresentação da proposta do projeto estratégico aos docentes da área técnica da UTU
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar aos docentes da UTU a proposta do projeto estratégico e a justificativa de realização do projeto junto as instituições</li> <li>• Apresentar as atividades pertinentes a serem realizadas pelo grupo junto ao IFSUL</li> <li>• Promover o interesse dos docentes em participar da proposta</li> </ul>
<b>Desenvolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação da proposta justificando a sua intenção</li> <li>• Roda de conversa com a apresentação do projeto visando apresentar a sua importância para a formação complementar dos estudantes</li> </ul>
<b>Avaliação</b>	O encontro será considerado satisfatório se houver interesse por parte dos docentes em participar de forma ativa da proposta

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A quinta roda de conversa teve como objetivo apresentar a proposta do projeto estratégico aos docentes da área técnica da UTU, garantindo que todos compreendessem a relevância do projeto e suas contribuições para a formação complementar dos estudantes. Esta etapa buscou promover o engajamento dos docentes da UTU no projeto, envolvendo-os ativamente nas atividades propostas. Foram apresentadas as atividades específicas que os professores da UTU poderiam desenvolver na proposta do projeto, incluindo a participação nas ações de desenvolvimento curricular e outras atividades acadêmicas que visam promover a integração binacional. A manifestação de interesse por parte dos docentes foi um indicador-chave de que a proposta era relevante e capaz de atender à demanda apontada. As sugestões e ideias compartilhadas durante a reunião foram fundamentais para garantir que a proposta estivesse alinhada às expectativas dos docentes e às necessidades do curso.

Na ocasião, foram definidos novos encontros entre os grupos para a continuidade da elaboração do material e para tratar de outras questões que viessem a surgir ao longo do processo. A participação ativa dos docentes da UTU nesta etapa do projeto foi essencial para garantir a continuidade da proposta. Essa reunião proporcionou um espaço para discussão, esclarecimento de dúvidas e definição dos próximos passos, avançando para a implementação eficaz do projeto estratégico.

Quadro 14 – 6º Roda de Conversa - Apresentação da proposta do projeto estratégico aos docentes selecionados como professores conteudistas

<b>Ação</b>	Apresentação da proposta do projeto estratégico aos docentes selecionados em edital como professores conteudistas
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar aos docentes a proposta do projeto estratégico e a justificativa de sua realização</li> <li>• Criar vínculo dos professores do IFSUL, da UTU e os conteudistas para continuidade das ações</li> <li>• Apresentar aos professores conteudistas as suas atribuições</li> </ul>
<b>Desenvolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação da proposta justificando a sua intenção</li> <li>• Roda de conversa com a apresentação do projeto visando a sua importância para ambas as instituições e troca de ideias em relação aos temas já selecionados para compor o curso</li> </ul>
<b>Avaliação</b>	O encontro será considerado satisfatório se houver interesse por parte da equipe em participar de forma ativa

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A sexta roda de conversa teve como propósito a apresentação da proposta do projeto estratégico aos docentes que foram selecionados por meio de edital para atuar como professores conteudistas. No primeiro momento se realizou a apresentação dos participantes de cada equipe e suas atribuições desempenhadas nas instituições e no projeto. Posteriormente passou-se a apresentação do projeto estratégico e contextualização de sua relevância acadêmica e institucional. O momento foi propício para estabelecer um vínculo de colaboração entre os docentes do IFSUL, da UTU e os professores conteudistas, ressaltando a importância das relações para a continuidade das ações além, de esclarecer as atribuições específicas dos professores conteudistas no desenvolvimento do projeto.

A roda de conversa foi um momento para exposição do projeto e discussão de sua relevância, incentivando a troca de ideias entre os participantes. Foi realizada a revisão e alinhamento dos temas selecionados para o curso, abrindo espaço para sugestões e reflexões por parte dos conteudistas. Realizou-se uma explicação detalhada sobre os papéis e responsabilidades dos professores conteudistas, com foco em prazos, formatos e conteúdos esperados. Este momento foi fundamental para consolidar a parceria entre as equipes, fortalecer a motivação dos envolvidos e garantir um alinhamento eficaz para o avanço do projeto estratégico. No final apresentou-se o cronograma para a execução das atividades e os prazos estabelecidos, dentre os quais estavam inicialmente a realização de outras reuniões para tratar especificamente em relação aos conteúdos que foram definidos.

Quadro 15 – 7º Roda de Conversa - Integração dos docentes conteudistas e a equipe técnica do projeto

<b>Ação</b>	Integração das equipes na proposta do projeto estratégico
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar a equipes de docentes conteudistas a equipe técnica</li> <li>• Integrar as equipes de trabalho para a continuidade das ações da proposta do projeto</li> <li>• Apresentar o trabalho da equipe técnica para a elaboração do curso na plataforma</li> </ul>
<b>Desenvolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação das equipes</li> <li>• Roda de conversa com a apresentação de cada equipe visando a sua integração e a definição das atividades que devem continuar de forma integrada entre os envolvidos</li> </ul>
<b>Avaliação</b>	O encontro será considerado satisfatório se houver interesse por parte de todos em participar de forma ativa

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A sétima roda de conversa teve a intenção de promover a integração entre os docentes conteudistas e a equipe técnica envolvida no projeto estratégico, destacando a colaboração entre os grupos. Houve uma breve retomada da proposta do projeto estratégico a fim de fortalecer a visão conjunta das equipes. Na sequência cada equipe se apresentou, e compartilhou suas experiências. Foi apresentado as atividades em andamento e as próximas etapas, com foco na colaboração e no trabalho em conjunto, também se realizou a identificação de pontos de interseção entre as tarefas dos docentes conteudistas e da equipe técnica, com a atualização de processos. Após, a equipe técnica plataforma onde o curso será desenvolvido, incluindo as possibilidades e requisitos técnicos. Os participantes demonstram interesse ativo em colaborar e integrar suas atividades. As atividades e os papéis de cada equipe foram compreendidos de forma clara, com alinhamento em relação aos próximos passos do projeto. O encontro consolidou a relação entre as equipes, promovendo um ambiente de cooperação e garantindo a qualidade e a eficiência na elaboração do curso estratégico.

Considera-se que o impacto institucional promovido por este projeto é significativo pois, além de ampliar as oportunidades de formação para docentes, discentes e egressos, contribui diretamente para o fortalecimento da colaboração binacional da fronteira. Ao oferecer o curso, o projeto fomenta a binacionalização da educação, fortalecendo o papel das instituições participantes na construção de uma educação mais integrada e globalizada. O projeto também serve como referência para outras iniciativas de cooperação entre as instituições, estabelecendo uma rede de aprendizado contínuo e colaborativo. Além disso, ao integrar as dimensões locais e globais da educação, o projeto fortalece a imagem institucional das instituições envolvidas, e promove uma educação de qualidade e internacionalizada.

Das reuniões, rodas de conversa, leituras bibliográficas, análise de documentos e do acompanhamento do projeto, desde a criação em 2023, até sua execução em 2024, traz-se um apanhado de 2 pontos importantes que foram destacados entre os participantes no debate da binacionalização e na constituição da oferta de um curso para ambos os países, focando nas suas potencialidades e fragilidades.

#### **4.3.1 A internacionalização/binacionalização da educação na rede federal no contexto do ensino médio**

A internacionalização da educação e do ensino médio técnico foi um tema amplamente abordado entre os participantes, com pontos de vista que enfatizaram sua importância. Destaca-se que a internacionalização do ensino médio técnico enriquecia o currículo, permitindo que os estudantes adquirissem conhecimentos diversificados e relevantes para o mundo de trabalho. A ideia complementou-se ao destacar que os institutos federais proporcionam ensino gratuito e de qualidade, democratizando o acesso à educação. Foi enfatizado que o ensino médio oferecido nos institutos federais prepara os estudantes para já dar início às suas carreiras técnicas profissionalmente, ou para continuar os estudos com ingresso nas universidades, devido à qualidade do ensino que oferece. Ao fato, acrescentou-se que essa preparação os torna aptos a enfrentar um mundo cada vez mais globalizado. Nesse mesmo sentido, foi afirmado que a internacionalização da educação amplia horizontes, possibilitando que os alunos desenvolvam uma visão global do ensino.

Além de enriquecer a formação dos estudantes, a internacionalização também fortalece laços institucionais, que se dá por meio da solidificação de parcerias com outras instituições, ou que, por sua vez, fortalece a rede de conhecimento e a troca de experiências entre as instituições.

Adicionalmente, afirmou-se que os institutos federais apresentam uma abordagem integrada de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação de cidadãos críticos e conscientes e que ao fomentar a cooperação científica e tecnológica, os Institutos Federais fortalecem o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e novas abordagens educacionais.

#### **4.3.2 O curso MOOC e a promoção de ação de binacionalização do ensino na fronteira**

De acordo com as falas dos participantes, a binacionalidade na fronteira foi um tema de grande relevância, refletindo-se na importância do curso que seria realizado, destacando-se

a importância de promover a integração cultural e a troca de conhecimentos, essenciais para o desenvolvimento das comunidades fronteiriças. O curso promoveria uma ponte de diálogo entre as instituições e comunidades, permitindo que se encontrassem e se enriquecessem mutuamente.

A aproximação e a integração das instituições foi outro ponto enfatizado pelos participantes, que enfatizaram a necessidade de uma colaboração mais estreita entre elas para atender às particularidades da região de fronteira. Também foi mencionada a situação específica da região, onde as dinâmicas sociais e econômicas contribuem para uma abordagem que considera as particularidades locais.

Houve argumentos de que era fundamental construir uma identidade binacional, que refletisse as especificidades dos dois países. Fortalecer a parceria das instituições foi considerado um passo essencial para garantir que o curso atenda às demandas e expectativas da comunidade. Também se destacou a importância de fortalecer a política de internacionalização de maneira institucional, garantindo que as ações fossem sustentáveis e eficazes a longo prazo. Destacaram a importância do curso como maneira de oportunizar uma formação integral dos estudantes que os prepara para atuar em ambos os países.

Além disso, as ações de integração das instituições foram vistas como cruciais para atender às demandas imediatas da região, garantindo que a proposta educacional fosse relevante e impactasse positivamente a vida dos estudantes e das comunidades envolvidas. Essa visão conjunta entre os participantes evidenciou a importância do curso para a promoção da binacionalidade na fronteira e para o fortalecimento das relações entre as instituições.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para apresentar as implicações desta pesquisa, foi realizada uma visão reflexiva baseada nos dados coletados, na intervenção aplicada e nas análises desenvolvidas ao longo do estudo. Neste momento, nosso objetivo é encontrar respostas para a questão central da pesquisa, que envolveu a realização de um projeto estratégico para promover uma ação de binacionalização da educação no Campus Avançado Jaguarão através da elaboração e a oferta de um curso MOOC que abordou as normativas e legislações da construção civil do Uruguai. Neste ponto, o objetivo é consolidar nossa interpretação sobre o diálogo estabelecido entre os registros encontrados na pesquisa e os referenciais teóricos utilizados, além de deixar um legado de capacitação para estudantes, egressos, docentes e profissionais da área, abordando as normativas e legislações da construção civil do Uruguai.

A pesquisa teve como foco promover ações de binacionalidade no ensino e fortalecer os vínculos das instituições situadas em regiões de fronteira resultando na promoção da internacionalização institucional.

Nesse sentido, foi desenvolvido o projeto estratégico referenciado, que contou com envolvimento institucional no apoio financeiro do projeto, o engajamento da equipe do campus e a participação e motivação demonstradas ao longo do curso pela instituição parceira.

A pesquisa possibilitou a ampliação dos conhecimentos sobre a binacionalização do ensino, promovendo um espaço de debate e troca de experiências entre os docentes brasileiros e uruguaios. O processo estimulou novas reflexões e novas estratégias educacionais para atender às necessidades dos dois países. A interação, troca de experiências e o envolvimento ativo entre os participantes foi fator relevante para o desenvolvimento do projeto o que impulsionou o desenvolvimento das atividades, e fortaleceu o senso de pertencimento ao projeto.

Considera-se que o engajamento no projeto serviu de fator para a sustentabilidade da parceria, fortalecendo os laços institucionais e ampliando as oportunidades de cooperação em outras frentes, com novos cursos e novos projetos. Assim, contribuir para a continuidade das ações e o aprimoramento dos propósitos de ambas as instituições.

Ao longo do estudo, entende-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois foi possível desenvolver diversos conhecimentos e promover reflexões com os participantes, tais como o compartilhamento de experiências entre os dois países, além de criação de novas estratégias para atender às demandas relacionadas à parceria entre as instituições. Além disso, os participantes demonstraram grande interesse e motivação em apoiar o projeto, contribuindo

significativamente para o seu desenvolvimento. O projeto também contribuiu para aproximar as instituições, fortalecendo os laços institucionais e abrindo caminhos para colaborações futuras.

## REFERÊNCIAS

ARNDT, Ângela Barbosa Montenegro. **Percepções sobre as prioridades da internacionalização da educação superior: caminhos para o multidiálogo.** 2020. 273 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2020.

BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARANZELI, Caroline. **Internacionalização da educação superior e o desenvolvimento de competências: perspectivas docentes em distintos contextos.** 2021. 180 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2021. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9957>. Acesso em 22 dez. 2024.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa participante.** 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto legislativo nº 76, de 1975.** Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, assinado em Rivera, a 12 de junho de 1975. Brasília, DF. 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1970-1979/decretolegislativo-76-8-setembro-1975-365053-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm). Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004.** Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, de 21 de agosto de 2002. Brasília, DF, 2004b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm). Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8.455, de 20 de maio de 2015.** Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços, firmado em Brasília, em 1º de abril de 2005. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/decreto/d8455.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8455.htm). Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm). Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Ensino Técnico e Superior da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2008a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art4](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art4). Acesso em: 27 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm). Acesso em: 28 ago. 2023.

CASTRO, Alda Araújo; CABRAL NETO, António. O Ensino Superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, v. 21, n. 21, p. 69-96, 28 out. 2012. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082>. Acesso em: 30 ago. 2023.

COELHO, Iandra Maria W. da S. **A internacionalização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, fundamentos, ações e perspectivas**; Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 87, p. 423-460, ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200007>.

DE WIT, Hans. Internationalization of higher education in the United States of America and Europe. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Humanidades, Universidade de Amsterdam, 2001. Disponível em: <https://dare.uva.nl/search?identifier=7f8def8d-699c-4812-ac69-0ab486926488>. Acesso em 22 dez. 2024.

DINIS, Miguel Ângelo Pereira; MELLO, Luciano Moura de. **Cursos binacionais: relatos de uma experiência inovadora**. Santana do Livramento, RS: Cia do Ebook, 2015.

DORNELES, Graciele Melo. **O (Des)caminho da Binacionalização do Ensino: a experiência da gestão universitária do instituto federal sul-rio-grandense - IFSUL, campus Sant'ana do Livramento, na fronteira Brasil e Uruguai**. 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Pampa, Sant'Ana do Livramento, RS, 2022. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/7604>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DUARTE, Gisela L.; MATAREDONA, Edgar A. C.; VIEIRA, Sandra C.; PEREIRA, Rafael M.; PEREIRA, Rafael L.; FELBERG, Miguel R. A extensão e cultura no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL). In: LOPES, Régio L.; ALMEIDA, Renato T. R. de (orgs.). **10 anos de extensão de Rede Federal de Educação Profissional** [recurso eletrônico]. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2021. p. 25-31. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/16093>. Acesso em: 08 abr. 2023.

FORINTER. Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais. **Política de relações internacionais dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. Brasília, DF: FORINTER, 25 nov. 2009. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/documento/documentos-institucionais/politica-de-relaes-internacionais-dos-institutos-federais.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IFSUL. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Campus Avançado Jaguarão. 2022. Disponível em: <http://www.jaguarao.ifsul.edu.br/>. Acesso em: 27/01/2024.

IFSUL. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Aprovar, na forma do anexo, o Projeto Pedagógico do Curso de Edificações, forma subsequente, do campus avançado de Jaguarão, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Resolução nº 97/2013**. Pelotas, RS: IFSUL, 06 dez. 2013. Disponível em: <https://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/download/documento/1616>. Acesso em: 27 dez. 2024.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Regimento Interno Campus Avançado Jaguarão**. Jaguarão, RS: IFSUL, 2017. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral>. Acesso em: 28 ago. 2023.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **O Instituto Federal Sul-rio-grandense**. Pelotas, RS: IFSUL, 2023a. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/instituto>. Acesso em: 08 mai. 2023

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Câmpus do IFSUL**. Camaquã, RS: IFSUL, 2023b. Disponível em: <http://www.camaqua.ifsul.edu.br/mapa>. Acesso em: 30 mar. 2023.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Relatório de Gestão 2022**. Pelotas, RS: IFSUL, 2023c. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/16-pro-reitoria-de-administracao-e-planejamento>. Acesso em: 30 ago. 2023.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 do IFSul**. Pelotas, RS: IFSUL, 2020a. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/remocoes/item/1334-pdi-2020-2024-ifsul>. Acesso em: 30 ago. 2023.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Projeto Pedagógico Institucional**. Pelotas, RS: IFSUL, 2015. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional>. Acesso em: 30 ago. 2023.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. **Saiba mais sobre a Mundi**. Pelotas, RS: IFSUL, [2023]. Disponível em: <https://mundi.ifsul.edu.br/portal/sobre.php>. Acesso em: 27 dez. 2024.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Resolução nº 29, de 29 de março de 2016. Aprovar o Regulamento para Projetos de Ensino do IFSul. **Resolução Nº 29/2016**. Pelotas, RS: IFSul, 29 mar. 2016. Disponível em: <https://www.ifsul.edu.br/images/PROEN/Outros%20Documentos/Regulamento%20Projetos%20de%20Ensino%20IFSul.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2024.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Resolução nº 035, de 16 de dezembro de 2020. Aprovar, conforme o Anexo, o Regulamento das Ações de Extensão e Cultura do IFSul. **Resolução Nº 035/2020**. Pelotas, RS: IFSul, 16 dez. 2020b. Disponível em: <https://www.ifsul.edu.br/regulamento-de-acoes-de-extensao-e-cultura>. Acesso em: 22 dez. 2024.

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Resolução nº 113, de 05 de dezembro de 2014. O Pró-Reitor de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso de suas atribuições, considerando as decisões emanadas da reunião da Câmara de Ensino, resolve aprovar para o Curso Técnico em Edificações – forma integrada, do Câmpus Jaguarão, para vigor a partir do primeiro semestre letivo de 2015. **Resolução Nº 113/2014**. Pelotas, RS: IFSUL, 05 dez. 2014. Disponível em:

IFSUL. Instituto Federal Sul-rio-grandense. **Integração: uma realidade.** Educação Técnica na Fronteira. Pelotas, RS: IFSUL, 2011.

IPATRIMÔNIO. Patrimônio Cultural Brasileiro. **Ponte Internacional Barão de Mauá.** São Paulo: IPatrimônio, [202-?]. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/jaguarao-ponte-internacional-maua/#!/map=38329&loc=-32.570649,-53.378050999999999>. Acesso em 16 out. 2022.

KNIGHT, Jane. Internationalization Remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, mar. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1028315303260832>.

KRÜGER, Edelbert. **O resgate histórico da função social da Educação Profissional Brasileira, à luz do decreto 2.208/97:** um estudo do perfil socioeconômico do aluno do CEFET-RS. 2007. 369 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7617>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MEC. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2012a. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECEBN112012.pdf?query=FUNCIONAMENTO](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN112012.pdf?query=FUNCIONAMENTO). Acesso em: 28 ago. 2023.

MEC. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2012b. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes\\_cne/rceb006\\_12.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf). Acesso em 30 ago. 2023.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros para a Internacionalização da Educação Básica no Brasil.** Brasília, DF: MEC/SEB, 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/367336554\\_Parametros\\_para\\_a\\_Internacionalizacao\\_na\\_Educacao\\_Basica\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/367336554_Parametros_para_a_Internacionalizacao_na_Educacao_Basica_no_Brasil). Acesso em: 28 ago. 2023.

MEIRELES, Céres Mari da Silva. **Educação profissional:** uma visão histórica sobre o processo de criação, fins e princípios da Escola Técnica Federal que tornou Pelotas centro de referência (1942-1998). 2002. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2002.

MENDES, Ovidio Jairo Rodrigues. **Concepção de cidadania.** 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI: [doi:10.11606/D.2.2010.tde-13122010-163731](https://doi.org/10.11606/D.2.2010.tde-13122010-163731).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Coleção Temas Sociais).

MOROSINI, Marília. Como internacionalizar a universidade: concepções e estratégias. In: MOROSINI, Marília (org.). **Guia para a internacionalização universitária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 11-27. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/livro/1383/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 6 jan. 2025.

MUELLER, Cristiana Verônica. **O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/78147>. Acesso em: 30 ago. 2023.

PACHECO, E. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v.4, n. 1, 2020. DOI: Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4i1.575>.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; CRUZ, José Luis Vianna da. Os Institutos Federais e o desenvolvimento regional: interface possível. **HOLOS**, ano 35, v. 4, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Localização de Jaguarão no Rio Grande do Sul**. Jaguarão, RS: Prefeitura Municipal de Jaguarão, 2022. Disponível em: <https://www.jaguarao.rs.gov.br/localizacao-da-cidade/>. Acesso em 16 out. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica, v. 5).

RIBEIRO, Martha Fervenza. **Realidades transformables: Grupo de alunos uruguaios de um campus binacional**. 2020. 36 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Charqueadas, Charqueadas, RS, 2020. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=9329750](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=9329750). Acesso em 27 dez. 2024.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1983.

SCHOLTE, Jan Aart. **Globalization: a critical introduction**. London: Red Globe Press, 2005.

SOUZA, Claudia Schiedeck Soares de. **Internacionalizando a rede federal de educação profissional**: um estudo substantivo. 2019. 179 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2019. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9032>. Acesso em: 22 dez. 2024.

THIESEN, Juarez da S. **Currículo e Internacionalização na Educação Básica**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.868.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa**. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2.ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A., 2009.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, dez. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022005000300009>.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação. **Educação para a cidadania global**: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília, DF: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>. Acesso em: 28 ago. 2023.

VASCONCELOS, Luciana Machado de. **Interculturalidade**. 2007. (CD de trabalhos de alunos do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cult - CULT, Universidade Federal da Bahia - UFBA). Disponível em: <https://cult.ufba.br/wordpress/publicacoes/outras-publicacoes/mais-definicoes-em-transito/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

WARSCHAUER, Cecília. Rodas e narrativas: caminhos para a autoria de pensamento, para a inclusão e a formação. In: SCOZ, Beatriz *et al.* **Psicopedagogia**: contribuições para a educação pós-moderna. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 13-23.

XAVIER, Cátia Simone de Cardozo. **Projeto Binacional Câmpus Jaguarão**. E-mail enviado para: Flávio Nunes <[flavionunes@ifsul.edu.br](mailto:flavionunes@ifsul.edu.br)>; Jander Luis Fernandes Monks <[jandermonks@ifsul.edu.br](mailto:jandermonks@ifsul.edu.br)>. 21 ago. 2023.

## APÊNDICE A – PROJETO ESTRATÉGICO: NORMATIVAS E LEGISLAÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO URUGUAI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sulriograndense

**PROJETO ESTRATÉGICO**  
**PROEST 1/2023 - JG-CTED/JG-DEPEX/JG-DIR/IFSRIOGRAN**  
**FORMULÁRIO DE PARCERIA**

### IDENTIFICAÇÃO DAS PARCERIAS

**PARCEIRA:**

1. Razão Social: Dirección General e Educación Técnica y Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay
2. Nome Comercial (SIGLA): DGETP/UTU
3. CNPJ: RUT 216438040014
4. Endereço: San Salvador 1674, Montevideo
5. E-mail: utu@utu.edu.uy - campusnoreste@gmail.com
6. Telefone: (+598) 2410 7971 - (+598) 46240637

**Representante legal da parceira**

Nome: Felipe de Vargas

Cargo: Director Campus Noreste DGETP UTU

RG: 4683311-8 (CI uruguaia)

Órgão expedidor: CPF:

E-mail: campusnoreste@gmail.com

Telefone: +598 46240637

### OBJETO DA PARCERIA

(O que os proponentes pretendem com a parceria)

Desenvolver e consolidar relações entre as organizações IFSUL e DGETP/UTU por meio do PROJETO ESTRATÉGICO "Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai", aprovado pelo Edital DDI/CGE Nº 01/2023 com o código PROEST 1/2023 - JG-CTED/JG-DEPEX/JG-DIR/IFSRIOGRAN.

### METAS A SEREM ATINGIDAS

(Evidenciar a relação entre o objeto da parceria e os objetivos institucionais do IFSul)

- Consolidar as relações entre o IFSUL, Câmpus Avançado Jaguarão, e a DGETP/UTU - Dirección General e Educación Técnica y Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay
- Promover a formação permanente dos egressos do curso técnico binacional em Edificações;
- Disponibilizar o curso MOOC (Massive Online Open Courses – curso online massivo e aberto) "Normativas da Construção Civil do Uruguai" na Plataforma Mundi do IFSul e na Plataforma MOODLE do Campus Virtual da DGETP (Dirección General de Educación Técnico Profesional).
- Divulgar o curso entre os egressos e profissionais da construção civil que atuem na região fronteiriça.

#### **ATRIBUIÇÕES DAS PARTES CONVENIENTES**

(Descrever todas as responsabilidades das partes)

O PROJETO ESTRATÉGICO "Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai" é uma ação conjunta do IFSUL e a DGETP/UTU, com objetivo estratégico de consolidar a relação entre ambas as Instituições, e com os egressos do curso técnico binacional em Edificações, ofertado pelo Câmpus Avançado Jaguarão do IFSUL desde 2014.

Para isso, ficam acordadas as seguintes atribuições para DGETP/UTU:

- Participar do planejamento, coordenação, execução e controle dos eventos programados;
- Designar representantes nas quatro áreas técnicas tratadas nos módulos (Disciplinas):
- I - Área de projeto arquitetônico e suas demandas legais, ambientais e de representação gráfica;
- II - Instalações elétricas;
- III - Instalações hidro sanitárias; e
- IV - Materiais, técnicas construtivas e de restauro utilizadas no Uruguai; e

Para a definição dos aspectos pedagógicos do curso (PPC, ementas e conteúdo das disciplinas).

1. Assessorar tecnicamente a seleção de docentes conteudistas uruguaios, definindo o perfil de cada docente a ser selecionado.
2. Divulgar o edital e selecionar os docentes conteudistas do curso seguindo o processo com a FAIFSul.
3. Assessorar tecnicamente durante a definição dos conteúdos das disciplinas (módulos) e durante todo o processo de desenho do curso;
4. Divulgar a programação e execução das ações em suas mídias.

Atribuições para o Câmpus Avançado Jaguarão do IFSul:

1. Participar do planejamento, coordenação, execução e controle dos eventos programados;
2. Coordenar as atividades desenvolvidas junto à Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais (CPTE);
3. Coordenar a certificação da equipe executora da ação junto à Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI);
4. Coordenar a certificação binacional dos participantes do curso na plataforma Moodle;
5. Realizar a gestão financeira do Projeto por meio da Fundação de Apoio ao IFSul (FAIFSul);
6. Divulgar a programação e execução das ações em suas mídias.

#### PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

(Descrever a origem dos recursos e a forma do repasse)

O recurso financeiro será gerenciado pelo IFSUL.

O PROJETO ESTRATÉGICO "Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai" é uma ação conjunta do IFSUL e a DGETP/UTU, com objetivo estratégico de consolidar a relação entre ambas as Instituições, e com os egressos do curso técnico binacional em Edificações, ofertado pelo Câmpus Avançado Jaguarão do IFSUL desde 2014.

Para isso, ficam acordadas as seguintes atribuições para DGETP/UTU:

- Participar do planejamento, coordenação, execução e controle dos eventos programados;
- Designar representantes nas quatro áreas técnicas tratadas nos módulos (Disciplinas):
- I - Área de projeto arquitetônico e suas demandas legais, ambientais e de representação gráfica;
- II - Instalações elétricas;
- III - Instalações hidro sanitárias; e
- IV - Materiais, técnicas construtivas e de restauro utilizadas no Uruguai; e

Para a definição dos aspectos pedagógicos do curso (PPC, ementas e conteúdo das disciplinas).

1. Assessorar tecnicamente a seleção de docentes conteudistas uruguaios, definindo o perfil de cada docente a ser selecionado.
2. Divulgar o edital e selecionar os docentes conteudistas do curso seguindo o processo com a FAIFSul.
3. Assessorar tecnicamente durante a definição dos conteúdos das disciplinas (módulos) e durante todo o processo de desenho do curso;
4. Divulgar a programação e execução das ações em suas mídias.

Atribuições para o Câmpus Avançado Jaguarão do IFSul:

1. Participar do planejamento, coordenação, execução e controle dos eventos programados;
2. Coordenar as atividades desenvolvidas junto à Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais (CPTE);
3. Coordenar a certificação da equipe executora da ação junto à Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI);
4. Coordenar a certificação binacional dos participantes do curso na plataforma Moodle;
5. Realizar a gestão financeira do Projeto por meio da Fundação de Apoio ao IFSul (FAIFSul);
6. Divulgar a programação e execução das ações em suas mídias.

#### **PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS**

(Descrever a origem dos recursos e a forma do repasse)

O recurso financeiro será gerenciado pelo IFSUL.

### ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

(Descrever o cronograma de atividades)

I - Gerenciamento do Projeto (dez.2023 a nov.2024)

1º - formalizar a parceria IFSUL / UTU neste Projeto;

2º - definir a estrutura, disciplinas, carga horária, currículos, conteúdos... do curso elaborados em parceria IFSUL/UTU;

O curso MODC será organizado em quatro módulos, sendo o Módulo 1 refere-se a área de projeto arquitetônico e suas demandas legais, ambientais e de representação gráfica. O módulo 2 se refere a instalações elétricas. O Módulo 3 a instalações hidro sanitárias, e o Módulo 4 a materiais, técnicas construtivas e de restauro utilizadas no Uruguai. Todos os módulos serão produzidos com legenda em português e tradução em língas.

### EQUIPE DESIGNADA

MÓDULO	INSTITUIÇÃO	COORDENADOR	ASSESSORIA TÉCNICA
1	DGETP/UTU	Paula Camerlati mcamerlati@utu.edu.uy	Fernando Franca
1	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier catiaxavier@ifsul.edu.br	Cláudia Anahi Aguilera Larrosa Claudiaalarrosa@ifsul.edu.br
2	DGETP/UTU	Andrés Crovetto acrovetto@utu.edu.uy	
2	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier catiaxavier@ifsul.edu.br	Danilo dos Santos Telechi danilotelechi@ifsul.edu.br
3	DGETP/UTU	Paula Camerlati mcamerlati@utu.edu.uy	José Burgueño
3	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier catiaxavier@ifsul.edu.br	Danilo dos Santos Telechi danilotelechi@ifsul.edu.br
4	DGETP/UTU	Paula Camerlati mcamerlati@utu.edu.uy	Jorge Bruzzese

4	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier	Cláudia Anahi Aguilera Larrosa Claudialarrosa@ifsul.edu.br
<p>3º - seleção de docentes uruguaios (por módulos)</p> <p>O Edital será elaborado em parceria entre as equipes do IFSUL e da DGETP/UTU, e será publicado pela FAIFSul. Após a publicação, o Edital será divulgado pela DGETP /UTU.</p> <p>A equipe de seleção dos conteudistas será composta por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DGETP: Paula Camerlatti e Andrés Crovetto.</li> <li>• IFSUL: Cátia Simone de Cardozo Xavier, Cláudia Anahí Aguilera Larrosa e Danilo dos Santos Telechi</li> </ul> <p>II - Produção dos Módulos do curso MOOC (maio.2024 a nov.2024)</p> <p>4º - apoio técnico do CPTE (Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais): vídeos e materiais didáticos produzidos pelos docentes uruguaios em parceria com docentes brasileiros;</p> <p>5º - pós produção pelo CPTE (edição de vídeo, tradução para Libras, Legendas, montagem do curso na plataforma Mundi);e</p> <p>6º - Divulgação do curso aos egressos, docentes, profissionais da área que atuam na fronteira.</p>			

#### UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA OU BENS PERTENCENTES AO IFSUL

Serão utilizadas as instalações físicas do Câmpus Avançado Jaguarão (salas e auditório) para realização de reuniões, e ações com os estudantes da Instituição e/ou das redes parceiras do evento.

---

Cátia Simone de Cardozo Xavier

Coordenador da Proposta

---

Magda Santos dos Santos

Diretora Geral do IFSul - Câmpus Avançado Jaguarão

---

Representante da DGETP/UTU

**PROYECTO ESTRATEGICO**

**PROEST 1/2023 - JG-CTED/JG-DEPEX/JG-DIR/IFSRIOGRAN**

**FORMULARIO DE ACUERDO**

**IDENTIFICACIÓN DE LAS PARTES**

ACUERDO CON:

1. Raón Social: Dirección General de Educación Técnico y Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay
2. Nombre Comercial (SIGLA): DGETP/UTU
3. RUT: 216438040014
4. Dirección: [San Salvador 1674, Montevideo](#)
5. E-mail: [utu@utu.edu.uy](mailto:utu@utu.edu.uy) - [campusnoreste@gmail.com](mailto:campusnoreste@gmail.com)
6. Telefono: (+598) 2410 7971 - (+598) 46240637

Representante legal

Nombre: Felipe de Vargas

Cargo: Director Campus Noreste DGETP UTU

Ci: 4683311-8

E-mail: [campusnoreste@gmail.com](mailto:campusnoreste@gmail.com)

Telefono: +598 46240637

**OBJETO DEL ACUERDO**

(O que os proponentes pretendem com a parceria)

Desarrollar y consolidar relaciones entre las organizaciones IFSUL y DGETP/UTU a través del PROYECTO ESTRATÉGICO "Reglamento y Legislación Uruguaya de Construcción Civil", aprobado por Circular DDJ/CGE N° 01/2023 con código PROEST 1/2023 - JG-CTED/ JG-DEPEX/ JG-DIR/IFSRIOGRAN.

#### **METAS A ALCANZAR**

(Evidenciar la relación entre el objeto del acuerdo de cooperación y los objetivos institucionales de IFSul)

- Consolidar relaciones entre IFSUL, Câmpus Avanzado Jaguarão y DGETP/UTU - Dirección General de Educación Técnico y Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay
- Promover la formación continua de los egresados del curso técnico binacional en Construcción de obra civil;
- Poner a disposición el curso MOOC (Cursos Masivos Online Abiertos) "Normativa Uruguaya de Construcción Civil" en la Plataforma IFSul Mundi y en la Plataforma MOODLE del Campus Virtual de la DGETP (Dirección General de Educación Técnico Profesional).
- Difundir el curso entre los egresados y profesionales de la construcción que actúen en la región fronteriza.

#### **ATRIBUCIONES DE LAS PARTES**

(Describir todas las responsabilidades de las partes)

El PROYECTO ESTRATÉGICO "Normas y Legislaciones para la Construcción Civil en Uruguay" es una acción conjunta entre el IFSUL y la DGETP/UTU, con el objetivo estratégico de consolidar la relación entre ambas Instituciones, y también con los egresados del curso técnico terciario binacional en Construcción de Obra Civil, ofrecido en Campus Avanzado Jaguarón del IFSUL desde 2014.

Para el efecto, se acuerdan las siguientes funciones para la DGETP/UTU:

- Participar en la planificación, coordinación, ejecución y control de eventos programados;
- Designar representantes en las cuatro áreas técnicas cubiertas en los módulos (Disciplinas):
  - I - Área de diseño arquitectónico y sus exigencias jurídicas, ambientales y de representación gráfica;
  - II - Instalaciones eléctricas;
  - III - Instalaciones hidrosanitarias;
  - IV - Materiales, técnicas de construcción y restauración utilizados en Uruguay;

Definir los aspectos pedagógicos del curso (PPC, plan de estudios y contenidos de la asignatura).

- Asesorar técnicamente en la selección de docentes de contenidos uruguayos, definiendo el perfil de cada docente a seleccionar.
- Difundir la convocatoria y seleccionar los docentes de contenidos para el curso siguiendo el proceso con la FAIFSul.
- Brindar asistencia técnica durante la definición del contenido de la materia (módulos) y durante todo el proceso de diseño del curso;
- Difundir la programación y ejecución de acciones en sus medios.

Responsabilidades para el Campus Avanzado Jaguarón del IFSul:

- Participar en la planificación, coordinación, ejecución y control de eventos programados;
- Coordinar las actividades desarrolladas con la Coordinación de Producción de Tecnologías Educativas (CPTE);
- Coordinar la certificación de la acción con la Dirección de Desarrollo Institucional (DDI);
- Coordinar la certificación binacional de los participantes de los cursos en la plataforma Mundi;
  - Realizar la gestión financiera del Proyecto a través de la Fundación de Apoyo IFSul (FAIFSul);
- Difundir la programación y ejecución de acciones en sus medios.

#### PLAN DE APLICACIÓN DE RECURSOS FINANCIEROS

(Describir el origen de los recursos y la forma de transmisión)

O Recurso financiero será gerenciado por IFSul.

**ETAPAS O FASES DE LA EJECUCIÓN**

(Describir el cronograma de actividades)

Gestión del Proyecto (Dic.2023 a Nov.2024)

1° formalizar la asociación IFSUL/UTU en este Proyecto;

2° definir la estructura, materias, carga de trabajo, planes de estudio, contenidos del curso elaborado en colaboración con el IFSUL/UTU;

El curso MOOC estará organizado en cuatro módulos, siendo el Módulo 1 referido al área del diseño arquitectónico y sus demandas legales, ambientales y de representación gráfica. El módulo 2 se refiere a instalaciones eléctricas. El Módulo 3 cubre instalaciones hidrosanitarias y el Módulo 4 cubre materiales, técnicas de construcción y restauración utilizados en Uruguay. Todos los módulos serán producidos con subtítulos en portugués y traducción a Libras.

**EQUIPO DESIGNADO**

MÓDULO	INSTITUCION	COORDINADOR	ASESORIA TÉCNICA
1	DGETP/UTU	Paula Camerlati <a href="mailto:mcamerlati@utu.edu.uy">mcamerlati@utu.edu.uy</a>	Fernando Franca
1	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier <a href="mailto:catiaxavier@ifsul.edu.br">catiaxavier@ifsul.edu.br</a>	Cláudia Anahi Aguilera Larrosa <a href="mailto:ClaudiaLarrosa@ifsul.edu.br">ClaudiaLarrosa@ifsul.edu.br</a>
2	DGETP/UTU	Andrés Crovetto <a href="mailto:acrovetto@utu.edu.uy">acrovetto@utu.edu.uy</a>	
2	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier <a href="mailto:catiaxavier@ifsul.edu.br">catiaxavier@ifsul.edu.br</a>	Danilo dos Santos Telechi <a href="mailto:danielotelechi@ifsul.edu.br">danielotelechi@ifsul.edu.br</a>
3	DGETP/UTU	Paula Camerlati <a href="mailto:mcamerlati@utu.edu.uy">mcamerlati@utu.edu.uy</a>	José Burgueño
3	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier <a href="mailto:catiaxavier@ifsul.edu.br">catiaxavier@ifsul.edu.br</a>	Danilo dos Santos Telechi <a href="mailto:danielotelechi@ifsul.edu.br">danielotelechi@ifsul.edu.br</a>
4	DGETP/UTU	Paula Camerlati <a href="mailto:mcamerlati@utu.edu.uy">mcamerlati@utu.edu.uy</a>	Jorge Bruzzese

4	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier	Cláudia Anahí Aguilera Larrosa <a href="mailto:ClaudiaLarrosa@ifsul.edu.br">ClaudiaLarrosa@ifsul.edu.br</a>
---	-------	--------------------------------	--

3º - selección de docentes uruguayos (por módulos)

La convocatoria será elaborada en colaboración entre los equipos del IFSUL y de la DGETP/UTU y será publicada por la FAIFSuL. Luego de su publicación, será difundido por la DGETP/UTU.

El equipo de selección de contenidos estará compuesto por:

DGETP: Paula Camerlati y Andrés Crovetto.

IFSUL: Cátia Simone de Cardozo Xavier, Cláudia Anahí Aguilera Larrosa y Danilo dos Santos Telechi

1 - Producción de módulos de cursos MOOC (mayo de 2024 a noviembre de 2024)

4º - apoyo técnico de la CPE (Coordinación de Producción de Tecnologías Educativas): videos y materiales didácticos producidos por profesores uruguayos en colaboración con profesores brasileños;

5º - postproducción por CPE (edición de video, traducción a Libras, subtítulos, montaje del curso en la plataforma Mundi);

6º - Publicidad del curso a egresados, docentes, profesionales del ramo que trabajan en la frontera.

#### UTILIZACIÓN DE INFRAESTRUCTURA O BIENES PERTENECIENTES A IFSUL

(Listar instalaciones y bienes de IFSul que serían necesarios para la ejecución de esta propuesta de cooperación)

Las instalaciones físicas del Campus Avanzado de Yaguarón (salas y auditorio) serán utilizadas para la realización de reuniones y acciones con estudiantes de la Institución y/o de las redes asociadas al evento.

Fecha: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024.

\_\_\_\_\_  
Cátia Simone de Cardozo Xavier

Coordinadora de la Propuesta (IFSul)

\_\_\_\_\_  
Magda Santos dos Santos

## APÊNDICE B – ATA DE REUNIÃO DA MISSÃO INTERNACIONAL PUNTA DEL ESTE/URUGUAI

### Encontro entre IFSul e UTU no Uruguai 27 de Julho de 2023 Punta del Este - Maldonado UY

#### Lista de presentes

Flávio Nunes - Reitor do IFSul  
 Veridiana Bosembecker - Vice-reitora do IFSul  
 César Nogueira - Diretor de Assuntos Internacionais do IFSul  
 Celso Gonçalves - Diretor do IFSul - Câmpus Santana do Livramento  
 Miguel Dinis - Chefe do departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão - IFSul - Câmpus Santana do Livramento  
 Everton Felix - Coordenador de Assuntos Binacionais - IFSul - Câmpus Santana do Livramento  
 Jander Monks - Chefe do Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias do IFSul  
 Magda dos Santos - Diretora do IFSul - Câmpus Jaguarão  
 Cátia Xavier - Chefe do departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão - IFSul - Câmpus Jaguarão

8h30 - Boas vindas das autoridades com falas de Juan Pereyra e Flávio Nunes que reforçaram a importância do projeto para as instituições e destacaram a importância da colaboração conjunta em sua execução. Após, passou-se para os temas previamente agendados.

#### Primeira Parte:

- Miguel Dinis realizou a leitura da ATA do Comitê Gestor de 2022, e após concluído, a mesma será encaminhada para leituras e assinaturas em cada instituição.
- Transporte pela UTU para estudantes de cursos no IFSul no Uruguai  
 Everton Felix realizou uma proposta de saídas técnica/saída didática para o território Uruguai, uma para um EMT e uma para um curso Terciários, de cursos que ocorrem no IFSul Câmpus Santana do Livramento, com transporte custeado pela UTU, por ano. Juan Pereyra confirmou a disponibilidade e o aporte necessário, somente destacou que os pedidos foram realizados com antecedência devido aos trâmites burocráticos.

Encaminhamento: Gestionar essas saídas técnicas via Comitê Pedagógico Local.

- Transporte UTU e IFSul em Rio Branco e Jaguarão - Mauro Reyes  
 Mauro Reyes contextualizou sobre uma proposta de que as instituições viabilizem o transporte até a fronteira para auxiliar os

## APÊNDICE C – PROCESSO NO SUAP REFERENTE AO PROJETO ESTRATÉGICO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sulrio-grandense

**PROJETO ESTRATÉGICO**  
**PROEST 1/2023 - JG-CTED/JG-DEPEX/JG-DIR/IFSRIOGRAN**  
**FORMULÁRIO DE PARCERIA**

### IDENTIFICAÇÃO DAS PARCERIAS

**PARCEIRA:**

1. Razão Social: Dirección General e Educación Técnica y Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay
2. Nome Comercial (SIGLA): DGETP/UTU
3. CNPJ: RUT 216438040014
4. Endereço: San Salvador 1674, Montevideo
5. E-mail: utu@utu.edu.uy - campusnoreste@gmail.com
6. Telefone: (+598) 2410 7971 - (+598) 46240637

Representante legal da parceira

Nome: Felipe de Vargas

Cargo: Director Campus Noreste DGETP UTU

RG: 4683311-8 (CI uruguaia)

Órgão expedidor: CPF:

E-mail: campusnoreste@gmail.com

Telefone: +598 46240637

### OBJETO DA PARCERIA

(O que os proponentes pretendem com a parceria)

Desenvolver e consolidar relações entre as organizações IFSUL e DGETP/UTU por meio do PROJETO ESTRATÉGICO "Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai", aprovado pelo Edital DDI/CGE Nº 01/2023 com o código PROEST 1/2023 - JG-CTED/JG-DEPEX/JG-DIR/IFSRIOGRAN.

### METAS A SEREM ATINGIDAS

(Evidenciar a relação entre o objeto da parceria e os objetivos institucionais do IFSul)

- Consolidar as relações entre o IFSUL, Câmpus Avançado Jaguarão, e a DGETP/UTU - Dirección General e Educación Técnica y Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay
- Promover a formação permanente dos egressos do curso técnico binacional em Edificações;
- Disponibilizar o curso MOOC (Massive Online Open Courses – curso online massivo e aberto) "Normativas da Construção Civil do Uruguai" na Plataforma Mundial do IFSul e na Plataforma MOODLE do Câmpus Virtual da DGETP (Dirección General de Educación Técnico Profesional);
- Divulgar o curso entre os egressos e profissionais da construção civil que atuam na região fronteiriça.

#### **ATRIBUIÇÕES DAS PARTES CONVENIENTES**

(Descrever todas as responsabilidades das partes)

O PROJETO ESTRATÉGICO "Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai" é uma ação conjunta do IFSUL e a DGETP/UTU, com objetivo estratégico de consolidar a relação entre ambas as Instituições, e com os egressos do curso técnico binacional em Edificações, ofertado pelo Câmpus Avançado Jaguarão do IFSUL desde 2014.

Para isso, ficam acordadas as seguintes atribuições para DGETP/UTU:

- Participar do planejamento, coordenação, execução e controle dos eventos programados;
- Designar representantes nas quatro áreas técnicas tratadas nos módulos (Disciplinas):
- I - Área de projeto arquitetônico e suas demandas legais, ambientais e de representação gráfica;
- II - Instalações elétricas;
- III - Instalações hidro sanitárias; e
- IV - Materiais, técnicas construtivas e de restauro utilizadas no Uruguai; e

Para a definição dos aspectos pedagógicos do curso (PPC, ementas e conteúdo das disciplinas).

1. Assessorar tecnicamente a seleção de docentes conteudistas uruguaios, definindo o perfil de cada docente a ser selecionado.
2. Divulgar o edital e selecionar os docentes conteudistas do curso seguindo o processo com a FAIFSul.
3. Assessorar tecnicamente durante a definição dos conteúdos das disciplinas (módulos) e durante todo o processo de desenho do curso;
4. Divulgar a programação e execução das ações em suas mídias.

Atribuições para o Câmpus Avançado Jaguarão do IFSul:

1. Participar do planejamento, coordenação, execução e controle dos eventos programados;
2. Coordenar as atividades desenvolvidas junto à Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais (CPTE);
3. Coordenar a certificação da equipe executora da ação junto à Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI);
4. Coordenar a certificação binacional dos participantes do curso na plataforma Moodle;
5. Realizar a gestão financeira do Projeto por meio da Fundação de Apoio ao IFSul (FAIFSul);
6. Divulgar a programação e execução das ações em suas mídias.

#### PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

(Descrever a origem dos recursos e a forma do repasse)

O recurso financeiro será gerenciado pelo IFSUL.

### ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

(Descrever o cronograma de atividades)

I - Gerenciamento do Projeto (dez.2023 a nov.2024)

1º - formalizar a parceria IFSUL / UTU neste Projeto;

2º - definir a estrutura, disciplinas, carga horária, currículos, conteúdos... do curso elaborados em parceria IFSUL/UTU;

O curso MODC será organizado em quatro módulos, sendo o Módulo 1 refere-se a área de projeto arquitetônico e suas demandas legais, ambientais e de representação gráfica. O módulo 2 se refere a instalações elétricas. O Módulo 3 a instalações hidro sanitárias, e o Módulo 4 a materiais, técnicas construtivas e de restauro utilizadas no Uruguai. Todos os módulos serão produzidos com legenda em português e tradução em língas.

### EQUIPE DESIGNADA

MÓDULO	INSTITUIÇÃO	COORDENADOR	ASSESSORIA TÉCNICA
1	DGETP/UTU	Paula Camerlati mcamerlati@utu.edu.uy	Fernando Franca
1	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier catiaxavier@ifsul.edu.br	Cláudia Anahi Aguilera Larrosa Claudiaalarrosa@ifsul.edu.br
2	DGETP/UTU	Andrés Crovetto acrovetto@utu.edu.uy	
2	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier catiaxavier@ifsul.edu.br	Danilo dos Santos Telechi danilotelechi@ifsul.edu.br
3	DGETP/UTU	Paula Camerlati mcamerlati@utu.edu.uy	José Burgueño
3	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier catiaxavier@ifsul.edu.br	Danilo dos Santos Telechi danilotelechi@ifsul.edu.br
4	DGETP/UTU	Paula Camerlati mcamerlati@utu.edu.uy	Jorge Bruzzese

4	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier	Cláudia Anahi Aguilera Larrosa Claudialarrosa@ifsul.edu.br
<p>3º - seleção de docentes uruguaios (por módulos)</p> <p>O Edital será elaborado em parceria entre as equipes do IFSUL e da DGETP/UTU, e será publicado pela FAIFSul. Após a publicação, o Edital será divulgado pela DGETP /UTU.</p> <p>A equipe de seleção dos conteudistas será composta por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DGETP: Paula Camerlatti e Andrés Crovetto.</li> <li>• IFSUL: Cátia Simone de Cardozo Xavier, Cláudia Anahí Aguilera Larrosa e Danilo dos Santos Telechi</li> </ul> <p>II - Produção dos Módulos do curso MOOC (maio.2024 a nov.2024)</p> <p>4º - apoio técnico do CPTE (Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais): vídeos e materiais didáticos produzidos pelos docentes uruguaios em parceria com docentes brasileiros;</p> <p>5º - pós produção pelo CPTE (edição de vídeo, tradução para Libras, Legendas, montagem do curso na plataforma Mundi);e</p> <p>6º - Divulgação do curso aos egressos, docentes, profissionais da área que atuam na fronteira.</p>			

#### UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA OU BENS PERTENCENTES AO IFSUL

Serão utilizadas as instalações físicas do Câmpus Avançado Jaguarão (salas e auditório) para realização de reuniões, e ações com os estudantes da Instituição e/ou das redes parceiras do evento.

---

Cátia Simone de Cardozo Xavier

Coordenador da Proposta

---

Magda Santos dos Santos

Diretora Geral do IFSul - Câmpus Avançado Jaguarão

---

Representante da DGETP/UTU

**PROYECTO ESTRATEGICO**

**PROEST 1/2023 - JG-CTED/JG-DEPEX/JG-DIR/IFSRIOGRAN**

**FORMULARIO DE ACUERDO**

**IDENTIFICACIÓN DE LAS PARTES**

ACUERDO CON:

1. Raón Social: Dirección General de Educación Técnico y Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay
2. Nombre Comercial (SIGLA): DGETP/UTU
3. RUT: 216438040014
4. Dirección: [San Salvador 1674, Montevideo](#)
5. E-mail: [utu@utu.edu.uy](mailto:utu@utu.edu.uy) - [campusnoreste@gmail.com](mailto:campusnoreste@gmail.com)
6. Telefono: (+598) 2410 7971 - (+598) 46240637

Representante legal

Nombre: Felipe de Vargas

Cargo: Director Campus Noreste DGETP UTU

Ci: 4683311-8

E-mail: [campusnoreste@gmail.com](mailto:campusnoreste@gmail.com)

Telefono: +598 46240637

**OBJETO DEL ACUERDO**

(O que os proponentes pretendem com a parceria)

Desarrollar y consolidar relaciones entre las organizaciones IFSUL y DGETP/UTU a través del PROYECTO ESTRATÉGICO "Reglamento y Legislación Uruguaya de Construcción Civil", aprobado por Circular DDJ/CGE N° 01/2023 con código PROEST 1/2023 - JG-CTED/ JG-DEPEX/ JG-DIR/IFSRIOGRAN.

#### METAS A ALCANZAR

(Evidenciar la relación entre el objeto del acuerdo de cooperación y los objetivos institucionales de IFSul)

- Consolidar relaciones entre IFSUL, Câmpus Avanzado Jaguarão y DGETP/UTU - Dirección General de Educación Técnico y Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay
- Promover la formación continua de los egresados del curso técnico binacional en Construcción de obra civil;
- Poner a disposición el curso MOOC (Cursos Masivos Online Abiertos) "Normativa Uruguaya de Construcción Civil" en la Plataforma IFSul Mundi y en la Plataforma MOODLE del Campus Virtual de la DGETP (Dirección General de Educación Técnico Profesional).
- Difundir el curso entre los egresados y profesionales de la construcción que actúen en la región fronteriza.

#### ATRIBUCIONES DE LAS PARTES

(Describir todas las responsabilidades de las partes)

El PROYECTO ESTRATÉGICO "Normas y Legislaciones para la Construcción Civil en Uruguay" es una acción conjunta entre el IFSUL y la DGETP/UTU, con el objetivo estratégico de consolidar la relación entre ambas Instituciones, y también con los egresados del curso técnico terciario binacional en Construcción de Obra Civil, ofrecido en Campus Avanzado Jaguarón del IFSUL desde 2014.

Para el efecto, se acuerdan las siguientes funciones para la DGETP/UTU:

- Participar en la planificación, coordinación, ejecución y control de eventos programados;
- Designar representantes en las cuatro áreas técnicas cubiertas en los módulos (Disciplinas):
  - I - Área de diseño arquitectónico y sus exigencias jurídicas, ambientales y de representación gráfica;
  - II - Instalaciones eléctricas;
  - III - Instalaciones hidrosanitarias;
  - IV - Materiales, técnicas de construcción y restauración utilizados en Uruguay;

Definir los aspectos pedagógicos del curso (PPC, plan de estudios y contenidos de la asignatura).

- Asesorar técnicamente en la selección de docentes de contenidos uruguayos, definiendo el perfil de cada docente a seleccionar.
- Difundir la convocatoria y seleccionar los docentes de contenidos para el curso siguiendo el proceso con la FAIFSul.
- Brindar asistencia técnica durante la definición del contenido de la materia (módulos) y durante todo el proceso de diseño del curso;
- Difundir la programación y ejecución de acciones en sus medios.

Responsabilidades para el Campus Avanzado Jaguarón del IFSul:

- Participar en la planificación, coordinación, ejecución y control de eventos programados;
- Coordinar las actividades desarrolladas con la Coordinación de Producción de Tecnologías Educativas (CPTE);
- Coordinar la certificación de la acción con la Dirección de Desarrollo Institucional (DDI);
- Coordinar la certificación binacional de los participantes de los cursos en la plataforma Mundi;
  - Realizar la gestión financiera del Proyecto a través de la Fundación de Apoyo IFSul (FAIFSul);
- Difundir la programación y ejecución de acciones en sus medios.

#### PLAN DE APLICACIÓN DE RECURSOS FINANCIEROS

(Describir el origen de los recursos y la forma de transmisión)

O Recurso financiero será gerenciado por IFSul.

**ETAPAS O FASES DE LA EJECUCIÓN**

(Describir el cronograma de actividades)

Gestión del Proyecto (Dic.2023 a Nov.2024)

1° formalizar la asociación IFSUL/UTU en este Proyecto;

2° definir la estructura, materias, carga de trabajo, planes de estudio, contenidos del curso elaborado en colaboración con el IFSUL/UTU;

El curso MOOC estará organizado en cuatro módulos, siendo el Módulo 1 referido al área del diseño arquitectónico y sus demandas legales, ambientales y de representación gráfica. El módulo 2 se refiere a instalaciones eléctricas. El Módulo 3 cubre instalaciones hidrosanitarias y el Módulo 4 cubre materiales, técnicas de construcción y restauración utilizados en Uruguay. Todos los módulos serán producidos con subtítulos en portugués y traducción a Libras.

**EQUIPO DESIGNADO**

MÓDULO	INSTITUCION	COORDINADOR	ASESORIA TÉCNICA
1	DGETP/UTU	Paula Camerlati <a href="mailto:mcamerlati@utu.edu.uy">mcamerlati@utu.edu.uy</a>	Fernando Franca
1	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier <a href="mailto:catiaxavier@ifsul.edu.br">catiaxavier@ifsul.edu.br</a>	Cláudia Anahi Aguilera Larrosa <a href="mailto:ClaudiaLarrosa@ifsul.edu.br">ClaudiaLarrosa@ifsul.edu.br</a>
2	DGETP/UTU	Andrés Crovetto <a href="mailto:acrovetto@utu.edu.uy">acrovetto@utu.edu.uy</a>	
2	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier <a href="mailto:catiaxavier@ifsul.edu.br">catiaxavier@ifsul.edu.br</a>	Danilo dos Santos Telechi <a href="mailto:danielotelechi@ifsul.edu.br">danielotelechi@ifsul.edu.br</a>
3	DGETP/UTU	Paula Camerlati <a href="mailto:mcamerlati@utu.edu.uy">mcamerlati@utu.edu.uy</a>	José Burgueño
3	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier <a href="mailto:catiaxavier@ifsul.edu.br">catiaxavier@ifsul.edu.br</a>	Danilo dos Santos Telechi <a href="mailto:danielotelechi@ifsul.edu.br">danielotelechi@ifsul.edu.br</a>
4	DGETP/UTU	Paula Camerlati <a href="mailto:mcamerlati@utu.edu.uy">mcamerlati@utu.edu.uy</a>	Jorge Bruzzese

4	IFSUL	Cátia Simone de Cardozo Xavier	Cláudia Anahi Aguilera Larrosa <a href="mailto:ClaudiaLarrosa@ifsul.edu.br">ClaudiaLarrosa@ifsul.edu.br</a>
---	-------	--------------------------------	--

3º - selección de docentes uruguayos (por módulos)

La convocatoria será elaborada en colaboración entre los equipos del IFSUL y de la DGETP/UTU y será publicada por la FAIFSul. Luego de su publicación, será difundido por la DGETP/UTU.

El equipo de selección de contenidos estará compuesto por:

DGETP: Paula Camerlati y Andrés Crovetto.

IFSUL: Cátia Simone de Cardozo Xavier, Cláudia Anahi Aguilera Larrosa y Danilo dos Santos Telechi

1 - Producción de módulos de cursos MOOC (mayo de 2024 a noviembre de 2024)

4º - apoyo técnico de la CPE (Coordinación de Producción de Tecnologías Educativas): videos y materiales didácticos producidos por profesores uruguayos en colaboración con profesores brasileños;

5º - postproducción por CPE (edición de video, traducción a Libras, subtítulos, montaje del curso en la plataforma Mundi);

6º - Publicidad del curso a egresados, docentes, profesionales del ramo que trabajan en la frontera.

#### UTILIZACIÓN DE INFRAESTRUCTURA O BIENES PERTENECIENTES A IFSUL

(Listar instalaciones y bienes de IFSul que serían necesarios para la ejecución de esta propuesta de cooperación)

Las instalaciones físicas del Campus Avanzado de Yaguarón (salas y auditorio) serán utilizadas para la realización de reuniones y acciones con estudiantes de la Institución y/o de las redes asociadas al evento.

Fecha: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024.

\_\_\_\_\_  
Cátia Simone de Cardozo Xavier

Coordinadora de la Propuesta (IFSul)

\_\_\_\_\_  
Magda Santos dos Santos

**APÊNDICE D – PORTARIA FAIFSUL DESIGNAÇÃO BANCA EXAMINADORA****PORTARIA FAIFSUL 008/2024**

O Presidente da Fundação Ênio de Jesus Pinheiro do Amaral de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (FAIFSul) no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Designar as pessoas abaixo relacionadas para, sob a presidência do primeiro compor banca examinadora da seleção de candidatas e candidatos para a função de PROFESSOR(A) CONTEUDISTA para atuar no curso livre "Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai" na modalidade massiva - MOOC (Massive Open Online Courses).

Cátia Simone de Cardozo Xavier  
Cláudia Anahí Aguilera Larrosa  
Danilo dos Santos Telechi  
Paula Camerlati  
Andrés Crovetto

A banca atuará conforme Edital 70/2024 publicado por esta Fundação e estará dissolvida após a conclusão dos trabalhos relacionados a este processo de seleção.

Pelotas, 26 de julho de 2024.

Osmar Renato Brito Furtado  
Diretor - Presidente da FAIFSul

## APÊNDICE E – PORTARIA DESIGNAÇÃO COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO FINANCEIRA DO PROJETO



SERVÍÇO PÚBLICO FEDERAL

Portaria n.º 3091, de 14 de dezembro de 2023

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE, no uso das atribuições legais,

considerando o Processo 23163.004458.2023-75, resolve:

Art. 1º Designar responsáveis pela coordenação e pela supervisão financeira do Projeto Estratégico: Normativas e Legislações da Construção Civil do Uruguai:

Cátia Simone de Cardozo Xavier - SIAPE 2841447 - Coordenadora  
Arlides Silva Rodrigues - SIAPE 2152919 - Supervisor Financeiro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flávio Luis Barbosa Nunes  
Reitor

Documento assinado eletronicamente por:

• Flávio Luis Barbosa Nunes, REITOR(A) - CD1 - IFSRIOGRAN, em 14/12/2023 17:53:37.

Este documento foi emitido pelo SIAPE em 14/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://snp.ifsul.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 262342

Código de Autenticação: 5362c9136



